



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estudos
Estratégicos



2007/Nº 07



Estudos

Cadernos de

estratégicos

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

Julho - 2007

Cadernos de Estudos Estratégicos

O “Caderno de Estudos Estratégicos” é uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Com tiragem de nnn exemplares, tem circulação de caráter nacional e internacional. Edição irregular.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Centro de Estudos Estratégicos - CEE

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 07 (jul 2007) - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2007 - p. v.; 21cm

Edição Irregular

152 p.

ISSN 1808-947X - Cadernos de Estudos Estratégicos

1. Cultura. 2. Relações Internacionais. 3. Modernidade. 4. Axiologia. 5. Praxiologia. 6. Polemologia. 7. Cratologia. 8. Segurança.

Comandante e Diretor de Estudos
Alte Esq José Antonio de Castro Leal

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos

Esta publicação está disponível na INTERNET, no link “Publicações” do site da Escola Superior de Guerra: www.esg.br

Julho - 2007

Sumário

Apresentação	05
Dimensão Econômica da Globalização	07
<i>Jorge Calvario dos Santos</i>	
O Tratamento Diferenciado e Especial no Comércio Internacional	59
<i>Reinaldo Gonçalves</i>	
Sistema Financeiro Internacional: Novas Questões, Novos Atores, Novas Agendas	73
<i>Luiz Alfredo Salomão</i>	
Comércio Internacional: Uma Nova Ordem Jurídico-Econômica AMI – Acordo Multilateral de Investimentos	105
<i>Gerardo José de Pontes Saraiva</i>	

Apresentação

O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra tem por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político-estratégico brasileiro.

Para tal, cria oportunidades de debates e de discussões com a sociedade, o que permite gerar questionamentos e desenvolver idéias. No exercício dessas atividades, o Centro conta com a participação do Corpo Permanente de professores da Escola, de convidados do meio acadêmico e empresarial e de integrantes da administração pública do país. A interação se desenvolve, de modo geral, por intermédio de simpósios, seminários, ciclos de estudo e conferências, na procura conjunta pela atualização e difusão de conhecimentos sobre temas nacionais e internacionais de interesse.

Com a finalidade de dar visibilidade à produção intelectual desses especialistas e estudiosos, o CEE vem editando “Cadernos de Estudos Estratégicos” desde janeiro de 2006. As idéias neles contidas, embora encerrem o pensamento dos autores, encontram eco em uma Escola de Altos Estudos Políticos e Estratégicos, permanentemente preocupada com os destinos do País.

Na atual forma de organização, o enfoque temático dos Cadernos busca concentrar idéias em áreas específicas do conhecimento humano e apresentar temas que, normalmente, não se apresentam de forma integrada, muito devido à extensão e profundidade da abordagem. Assim, o presente volume se concentra em aspectos econômicos do relacionamento internacional.

Aos leitores, concitamos a construir juntos outros Cadernos de Estudos Estratégicos, para o que a Escola Superior de Guerra estará sempre pronta, no interesse maior da sociedade brasileira!

Centro de Estudos Estratégicos
Escola Superior de Guerra
www.esg.br/CEE
cee@esg.br

Dimensão Econômica da Globalização

Jorge Calvario dos Santos

Cel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ, Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

A independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes dos outros povos, como os Estados Unidos da América. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo próprio país, além de legítimo otimismo e confiança em relação ao seu futuro.

(Walter Gordon, ex-Ministro das Finanças do Canadá, em "A Choice for Canada Independence or Colonial Status", Toronto, 1966.)

Por que o processo de Globalização busca a abertura das economias nacionais? Essa é uma questão que a maioria dos indivíduos, provavelmente terá como resposta que só assim é possível o desenvolvimento, ainda que este não possa ocorrer, nessas condições. Entretanto, com a abertura dos mercados, as grandes corporações passam a interferir, conduzir e mesmo determinar o mercado dos países mais fracos. Com a economia conduzida e controlada por um poder exógeno, o país não consegue definir seus próprios rumos.

Olhando um pouco para o passado, através dos olhos de Karl Polanyi, vemos que a civilização do século XIX teve sua sustentação em quatro instituições: sistema de equilíbrio de poder; padrão ouro internacional; mercado auto-regulável; estado liberal. Duas são instituições políticas e duas são econômicas. Duas são instituições internacionais e duas são nacionais. Entre si, diz

Polanyi, elas determinam os contornos característicos da história de nossa civilização (Polanyi, 1988).

Polanyi nos diz ainda: *“a origem ou a fonte do sistema foi o mercado auto-regulável. O padrão ouro foi um esforço para ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional. O sistema de equilíbrio de poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão ouro e nele, parcialmente fundamentada. O Estado liberal foi uma criação do mercado auto-regulável. A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado”* (Polanyi, 1988).

Assim sendo, é natural que o sistema de equilíbrio de poder, vigente no século XIX, não poderia assegurar a paz, caso a economia mundial, sobre a qual repousava, viesse a fracassar. A ruptura ocorreu, e de forma abrupta, assim que a economia entrou em colapso. Ainda que a séria crise, pela qual a civilização passou tivesse sido regulada pelo fracasso da economia mundial, certamente, não foi sua causa. Os indicadores levam à convulsão tecnológica e social, no início do século XIX, a partir da qual surgiu na Europa a idéia do mercado auto-regulável, fonte das principais crises. O colapso do padrão ouro internacional, então vigente, foi o elo invisível entre a desintegração da economia mundial na passagem do século e a transformação ocorrida na década de trinta. A transformação ocorreu rapidamente. A Primeira Guerra Mundial e as revoluções que ocorreram no pós-guerra faziam parte do século XIX. A Segunda Guerra Mundial é sua extensão.

A quebra do padrão ouro levou à destruição de importantes instituições da sociedade do século XIX. Em muitos países o governo liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e o livre mercado foi substituído por uma nova forma de economia. Ao observador atento é possível identificar fortes semelhanças entre este final de século XX e o século XIX. As ditaduras existem, desta vez, porém, apoiadas pelos promotores do livre mercado e de forma não aparente na verdade com uma imagem democrática, porém uma democracia aparente, de fantasia, que defende os interesses de uma economia liberal, do mercado auto-regulável.

Em resumo, como objetivo explícito tem-se o reforço da dominação dos países centrais sobre os demais países do mundo.

A penetração crescente dos interesses capitalistas nos países periféricos e a implantação de regimes democráticos puramente formais como forma de diminuir os riscos de tensões sociais que coloquem o capitalismo ou os objetivos estratégicos desses países em risco, são exemplo nítido desse processo de dominação.

Constata-se que a economia mundial é uma sucessão de crises intercaladas por regulações e desregulações. Morin diz que *“Profundamente regulada, ela não cessa de restabelecer regulações oficiais, freqüentemente às custas de destruições (de excedentes, por exemplo, para manter o valor monetário dos produtos) e de prejuízos humanos, culturais, morais e sociais em cadeia (desemprego, progressão do cultivo de plantas destinadas à droga). O crescimento econômico, desde o século XIX, foi não apenas o motor, mas também o regulador da economia, fazendo aumentar simultaneamente a demanda e a oferta. Ele produziu melhorias consideráveis no nível de vida, ao mesmo tempo provocou perturbações no modo de vida.*

De toda forma, vemos instalar-se e manifestar-se no interior do mercado mundial:

- 1. a desordem nas cotações das matérias-primas com suas conseqüências em cadeia desastrosas;*
- 2. caráter artificial e precário das regulações monetárias (intervensões dos bancos centrais para regular o movimento de trocas, para impedir, por exemplo, as quedas do dólar);*
- 3. a incapacidade de encontrar regulações econômicas aos problemas monetários (as dívidas externas, entre as quais a dos países em desenvolvimento estimada em 100 bilhões de dólares) e regulações monetárias aos problemas econômicos (abandonar ou restabelecer a liberdade do preço do pão, do cuscuz, etc.), os quais são ao mesmo tempo problemas sociais e políticos;*
- 4. a gangrena das máfias, que se generaliza em todos os continentes;*
- 5. a fragilidade diante das perturbações não estritamente econômicas (fechamento de fronteiras, bloqueios, guerras);*
- 6. a concorrência no mercado mundial, que acarreta a especialização das economias locais ou nacionais; isso*

provoca uma solidarização cada vez mais vital entre cada um e todos, mas, ao mesmo tempo, em caso de crises ou de perturbações sociais e políticas, a destruição dessas solidariedades seria mortal para cada um e todos” (Morin, 1995).

Uma máquina infernal pôs-se em funcionamento. A economia internacional impõe a qualquer preço um constante acréscimo de produtividade, que é essencialmente destinado à redução dos custos para possibilitar novos acréscimos de produtividade, formando dessa maneira um círculo vicioso, sem fim, sem destino e sem vínculo com o homem, a verdadeira razão de ser da economia.

A economia diversifica ou amplia sua área de atuação. Ela passa a querer explicar questões políticas, sociais e formas de governar. Ainda assim, parece esquecer que o homem é o objeto maior de todas as coisas.

Dependência e Controle dos Mercados

“As fábricas americanas estão produzindo mais do que o povo americano pode usar; o solo americano está produzindo mais do que o povo americano pode consumir. O destino escolheu para nós a política a adotar; o comércio do mundo deve ser, e será, nosso...”

Senador Albert J. Beveridge – 1898

A economia liberal durante quase trezentos anos constituiu um paraíso, convivendo com o domínio mais cruel e violento do colonialismo de ocupação na África, na Ásia e na Oceania. O desenvolvimento das nações da América Ibérica também foi prejudicado. No Brasil, a história nos mostra que o liberalismo atrasou a industrialização por cem anos, promovendo dessa forma a dependência externa.

O objetivo de Portugal, quando se lançou às grandes navegações, não era descobrir novas terras, mas controlar o comércio marítimo. Para controlar os mercados e o comércio

marítimo, os portugueses instalaram pontos de apoio na África, Índia e Ásia.

Foram os conhecimentos da Escola de Sagres que permitiram aos portugueses descobrir novos caminhos marítimos. O controle de todas as rotas marítimas era um objetivo português. Toda embarcação que não dispusesse de uma permissão, dada por Portugal, era impedida de navegar por rotas portuguesas. Embarcações que não apresentassem a autorização, as “Cartas”, eram tratadas como piratas e apresadas. Podemos negar que a expansão portuguesa pretendia o monopólio dos mercados? O mesmo podemos dizer dos espanhóis? Num período de sessenta anos, nenhuma nação conquistou tantas terras.

A expansão marítima holandesa teve como objetivo maior a acumulação de capital. O controle dos mercados foi um passo fundamental.

Ao final do século XV a Inglaterra promove a nacionalização de sua economia. O Estado passa a estimular e controlar o comércio. A partir de então a importação de vinhos franceses só poderia ser feita através de navios ingleses. Por decisão de Henrique VII o fretamento de navios estrangeiros só poderia ser feito se não houvesse embarcações inglesas disponíveis. Inicia-se o expansionismo naval britânico, que proporcionará condições para controle dos mercados em todo o mundo.

Ferro observa que Walter Raleigh, um teórico do imperialismo marítimo, aprofunda a visão político-estratégica: “*Quem comanda o mar comanda o comércio; Quem comanda o comércio comanda a riqueza do mundo, e por conseguinte o próprio mundo ...*” (Ferro, 1996).

O tratado de Alcaçovas assinado com a Espanha em 1479, garantiu a Portugal o monopólio do comércio com a África negra. Portugal buscava novo monopólio de maior potencialidade. Como objetivo estratégico, conseguiu que a linha demarcatória, prevista pela Bula Inter-Coetera, fosse deslocada para 270 léguas a oeste. A nova linha, após o Tratado de Tordesilhas, agora com 370 léguas (100 mais 270 léguas) a oeste de Cabo Verde e Açores, dava a Portugal o controle da região do estrangulamento do Atlântico. Essa nova divisão, realmente, permitia que Portugal pudesse

exercer o controle das rotas marítimas e dos mercados do mundo ativo, à época.

Os colonos da América do Norte eram vistos pela Inglaterra como consumidores e mão-de-obra, que lhes exportavam matérias-primas a bom preço e a quem vendiam produtos manufaturados. O monopólio inglês no comércio, com as suas colônias ultramarinas, funcionava em benefício das indústrias inglesas conquanto que os colonos da América do Norte, nada fabricassem e tudo importassem da Inglaterra.

Ferro, em “História das Colonizações” (Ferro, 1996), referencia André Gide, em seu livro “Viagem pelo Congo”, que relata que os colonizadores “*fincavam suas bandeiras em nome dos direitos humanos, da igualdade, justamente, do Habeas-Corpus e da liberdade, sem enxergar que violavam seus princípios de ação*”.

Para Gide não existiam exceções. Toma Bugeaud como o melhor exemplo. Durante sua atuação na Argélia, Bugeaud assim se expressou: “*Na Europa, não guerreamos apenas contra os exércitos, guerreamos contra os interesses ... controlamos o comércio nas alfândegas e esses interesses são forçados a capitular ... Na África só existe um interesse a ser controlado, o interesse agrícola ... é mais difícil controlá-lo do que em outro lugar, pois não há povoados nem propriedades rurais. Refleti sobre isso bastante tempo, ao me levantar e ao me deitar: pois bem, não consegui descobrir outra maneira de dominar o território, a não ser controlando esse interesse*”.

Cecil Rhodes, inglês, ardoroso defensor do Império Britânico, também chamado “construtor de Impérios” queria colocar o mundo sob as leis britânicas, tendo chegado a dizer que “*Se eu pudesse, anexaria até os planetas ...*”. Quanto à África, assim se expressou: “*Afinal de contas, não vamos deixar a África para os pigmeus, quando uma raça superior se está multiplicando ... Não tenho escrúpulo em pegar de Mankoarane o território de Bechuanalândia ... Esses indígenas estão fadados a serem dominados por nós ... O indígena deve ser tratado como uma criança, e a franquia eleitoral lhe é proibida pelas mesmas razões do álcool*”. Quanto à colonização, assim referiu-se em outra oportunidade: “*O objetivo*

da colonização é enriquecer sem escrúpulos e com decisão nosso próprio povo, às custas de outros povos mais fracos” (Ferro, 1996).

Quanto à presença inglesa na Índia, Jawaharlal Nehru escreveu (Ferro, 1996): *“Uma das características mais notáveis da dominação inglesa na Índia é que os piores males que ela infligiu a esse povo, apresentam externamente o aspecto de dádivas de céu: estrada de ferro, telégrafo, telefone, rádio e o resto foram bem vindos, eram necessários e somos muito gratos à Inglaterra por tê-los trazido. Mas não devemos esquecer que o seu primeiro objetivo era o fortalecimento do imperialismo britânico em nosso solo, permitindo a consolidação da vigilância administrativa e a conquista de novos mercados para os produtores da indústria inglesa. Entretanto, apesar de todo o meu rancor pela presença e pela conduta dos senhores estrangeiros, eu não tinha nenhum ressentimento pelos ingleses como indivíduos. No fundo de mim mesmo, até admirava essa raça”.*

Em 1965, Kwame Nkrumah, presidente de Gana, escrevia (Ferro, 1996): *“A essência do neocolonialismo é que um Estado que é teoricamente independente e dotado de todos os atributos da soberania tem, na realidade, sua política dirigida do exterior”.*

Nkrumah estava se referindo a nova situação das ex-colônias. Os antigos colonizadores não mais ocupavam o território. Não mais controlavam as ex-colônias de dentro do território. Agora, o controle assumiu nova face. Programas de ajuda ao desenvolvimento, passaram a ter a função de um governo invisível, onde organismos multilaterais de crédito e de fomento ao desenvolvimento atuam no sentido de internacionalizar os mercados dessas nações.

A partir dos anos sessenta, a atuação das empresas transnacionais em outros territórios, que não o de origem, gerou tamanha dependência, que a maioria das nações, antigas colônias, encontram-se numa condição de pobreza pior do que a que tiveram quando colônias.

A rigor, a dependência do Brasil inicia-se antes da nossa própria independência. A dependência externa tem início ainda no período colonial. Em 1654, Cromwell submete Portugal à Inglaterra. Como consequência direta, os ingleses passaram a

controlar o vasto mercado mundial sob influência portuguesa. Essa situação foi consolidada com o Tratado de Methuen. A partir da vigência desse tratado, Portugal fica restrito a exportação de vinhos e azeite de oliva, e entrega seu mercado interno e o de suas colônias à Inglaterra. Em seguida, os ingleses apropriam-se das vinhas e olivais.

Com o Tratado de Methuen, a Grã-Bretanha aniquilou a florescente indústria de tecidos de Portugal, incrementada pelo Conde de Ericéia. Ei-lo, na íntegra (Sodré, 1986):

“Artigo. 1º - Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio Nome como no dos Seus Sucessores, admitir para sempre de aqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2º - É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em Seu Próprio Nome, e no de seus Sucessores, será obrigada para sempre, de aqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo Terça parte do direito do costume.

Porém se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito, como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá justa e legitimamente proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo 3º - Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este tratado, e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações”.

Amparado por lei, o comércio inglês concorria com o português, no próprio território de Portugal.

O Tratado de Methuen, datado de 1703, torna o Brasil, ainda que indiretamente, mas de fato, uma colônia econômica da Inglaterra. Tal situação, institucionalizada com a Abertura dos Portos e o Tratado de Aliança e Progresso, em 1808, cortou os projetos de industrialização, almejados por D. João VI. Naquela época, a industrialização era um óbice aos interesses industriais e comerciais ingleses, já em plena expansão e em busca do domínio dos mercados para seus produtos industrializados.

A exclusão do Brasil da Primeira Revolução Industrial foi consequência natural do Tratado de Methuen e da Abertura dos Portos. Em meados do século XVIII, o Brasil, em Minas Gerais, iniciou uma próspera fabricação de tecidos. O comércio inglês ressentiu-se com o desenvolvimento industrial brasileiro. A Inglaterra passou a exercer fortes pressões e ameaças, obrigando Portugal a assinar o alvará, de 5 de Janeiro de 1785, que, sob ameaças de graves penas, determinava a destruição de todas as fábricas, manufaturas, teares e fusos existentes no Brasil. O alvará, assinado por D. Maria I, de inspiração inglesa, fez com que nossa incipiente industrialização fosse destruída. O Decreto assim dizia: (Azevedo, 1989) *“Eu, a Rainha, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de qualquer outra qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores; e de panos, baetas, doroguetes, saetas, ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã ... sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil”*.

Nas instruções do Ministro de Portugal, Martinho de Melo e Castro, ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos Souza, que foram enviadas junto com o Alvará da rainha, transparece a grande preocupação de Portugal:

“Quanto às fábricas e manufaturas, é indubitavelmente certo que, sendo o Estado do Brasil o mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo seus habitantes, vassallos desta coroa, por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para sustento da vida, mas muitos artigos importantíssimos para fazerem como fazem, um extenso

e lucrativo comércio e navegação; e se a estas incontestáveis vantagens juntarem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades precisas, ou que o uso e costume têm introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante; é por conseqüência indispensavelmente necessário abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas” (Azevedo, 1989).

Os portugueses estavam certos. Pouco tempo depois, surgiu um movimento pela independência, que foi sufocado às custas de muito sangue. No programa dos inconfindentes constava a intenção de *“montar fábricas de tecidos de algodão e forjas de ferro, assim como fábricas de pólvora”*.

Pelo Tratado de Methuen, as manufaturas de lã produzidas pela Inglaterra tinham acesso ao mercado português em condições bastante favoráveis. Algumas décadas mais tarde, os governantes portugueses se deram conta de que a ausência de uma indústria manufatureira no reino português obrigava a que a riqueza gerada no Brasil terminasse por ser transferida à Inglaterra ao invés de se fixar em Portugal. Esse processo beneficiava e fortalecia a indústria inglesa. O Marquês de Pombal, responsável pela administração portuguesa, comentou (Azevedo, 1989): *“Os negros que trabalham nas minas do Brasil devem ser vestidos pela Inglaterra, e assim o valor de sua produção depende do preço de suas roupas. Para trabalhar as minas, necessário se faz um grande capital invertido em escravos. Acrescente-se a isso a alimentação e o vestuário de mais de cem mil pessoas, negros e brancos, que as minas atraem para o Brasil e cuja alimentação não é obtida na colônia, devendo ser adquirida no estrangeiro. Afinal, para suprir as necessidades materiais do país, que desde a descoberta das minas perdeu suas manufaturas e artes, todo o ouro produzido se torna propriedade de nações estrangeiras. Que riqueza essa, Deus meu!, cuja posse implica a ruína do país”*.

O decreto de Abertura dos Portos e o Tratado de Liberdade para as Indústrias de 1810, que se seguiu, transferia à Inglaterra o controle do nosso mercado interno como conseqüência do controle do mercado externo por ela exercido. À Inglaterra não interessava que o Brasil viesse a se industrializar.

O Tratado de 1810 entregava à Inglaterra o privilégio do comércio exterior do Brasil. Antes mesmo da assinatura, Hipólito da Costa prevenia os brasileiros contra as negociações. O Tratado permitia a exportação de manufaturas inglesas para o Brasil, mas não obrigava a Inglaterra a receber produtos brasileiros. O sistema colonial britânico abasteceria a Inglaterra. A Inglaterra impunha tarifa protetora dos produtos manufaturados ingleses o que se constituía em monopólio. O Tratado estabelecia a obrigatoriedade de um juiz, nomeado pela Inglaterra, para o julgamento dos litígios com os ingleses. Os portugueses ficavam sujeitos à justiça britânica como estrangeiros.

O jornal Correio Brasiliense apontava os óbices, criados pelo Tratado, ao desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil. Hipólito da Costa, em um dos seus artigos escreveu (Sobrinho, 1995): *“É verdade que, depois de estar uma nação ligada por tal Tratado de Comércio, recomendar-lhe que cuide de sua prosperidade é o mesmo que deitar um homem ao mar com um peso ao pescoço e dizer-lhe que se esforce a nadar para terra. Porém, se o peso não for tão grande que absolutamente o faça mergulhar logo, é de seu dever esforçar-se para chegar à praia. Nestes termos, ainda que o Tratado seja, como convém todos hoje em dia, um grande impedimento à prosperidade do Brasil, contudo, como isto já não tem remédio, deve-se olhar para os ramos de indústria e prosperidade nacional que admitirem melhoramento, e nadar com o peso ao pescoço o melhor que puder ser”*.

O Tratado de 1810 com a Inglaterra anulava o da abertura dos portos. Por este, assinado em 1808, as nações amigas pagariam o direito de alfândega de 24%, enquanto os produtos portugueses seriam taxados em 16%. O bilateral de 1810 passava a taxar os produtos ingleses em 15% mantendo os 16% para os portugueses e os 24% para as demais nações amigas. É importante assinalar aqui que, sob essa verdadeira máscara diplomática em que se disfarça, sob reiteradas afirmações de “reciprocidade”, ocorreu uma perfeita subordinação do Brasil aos interesses ingleses (Aguiar, 1969). Tal como hoje, não faltavam cidadãos que não percebessem a terrível condição subalterna. Carecia, porém de poder de autodeterminação. Não é de admirar, como diz Pinto

de Aguiar, a efervescência política e social que desencadearia toda uma seqüência de revoluções a prolongar-se até os fins da Regência.

Para reconhecer a independência do Brasil, as nações européias e os Estados Unidos mantiveram nossa economia dentro da monocultura do café. A crise da superprodução do café transformaria em parte esse nosso cenário econômico.

A independência do Brasil só foi reconhecida pela Inglaterra em 18 de outubro de 1825. Para isso, o Brasil foi obrigado a aceitar um empréstimo, com o qual ficamos economicamente escravizados. Predominou o mercantilismo (D'Albuquerque, 1941). *“Nem será exagero afirmar que a política externa britânica nunca esqueceu que a prosperidade comercial é a condição da grandeza e força da Grã-Bretanha. O grande Pitt disse uma vez que ‘British policy is british trade’. E, muito mais perto de nós, Joseph Chamberlain confirmou a famosa frase, declarando que O Império é o comércio”.*

Barbosa Lima Sobrinho referencia a apreciação de Oliveira Lima em seu livro “Desde Quando somos Nacionalistas?” (Sobrinho, 1995): *“A Grã-Bretanha nunca exerceu sobre o Brasil uma espécie de protetorado que, sob o disfarce da aliança, de há séculos exerce sobre Portugal, encontrando nuns tempos certa resistência, noutros maior docilidade. Gozou, porém, aquela nação, no Império, de privilégios, que fazem pensar no que as potências ocidentais da Europa impuseram no Oriente, com o regime das capitulações. Em virtude do Tratado de Comércio de 1827, não era lícito ao Brasil aumentar os direitos de importação além dos 15%, estabelecidos sobre as mercadorias inglesas, mesmo quando fossem aumentados sobre as mercadorias de outra procedência. As presas efetuadas em consequência do contrabando de escravos eram, a começo, julgadas por comissões mistas anglo-brasileiras, com sede no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, na costa da África, mas ao passo que os cidadãos brasileiros eram sujeitos, na Inglaterra, aos tribunais ordinários, as causas cíveis e criminais dos súditos britânicos eram, no Brasil, da alçada privativa de um juiz conservador britânico, escolhido pelo governo inglês, dentre os desembargadores brasileiros. A missão Ellis, em 1842, pretendeu*

mesmo, posto que sem resultados, porque o sentimento público se lhe opôs fortemente, obter a criação dum tribunal misto, para os litígios ocorrentes, no Império, entre ingleses e brasileiros, e entregar o julgamento dos navios negreiros apresados somente a magistrados britânicos. Em troca, prometia o diplomata, que o seu governo concederia favores especiais ao comércio nacional na Grã-Bretanha”.

A abertura dos portos a nações “amigas” e, por imposição do governo inglês, a manutenção do “status quo”, ou seja, manter a institucionalização de dependência não sofreu alterações nem com a independência, nem com a implantação da República, em 1889. Na prática, essa situação, ou melhor, essa condição somente veio a ser de alguma forma modificada com a Revolução de 1930, que trazia no seu seio os ideais do Movimento Tenentista. A partir de 1930, a consciência nacional parece que deixou de ser um tanto adormecida e uma onda otimista de desenvolvimento tomou conta do Brasil. O movimento armado de 1964 procurou consolidá-lo. Foram cerca de 50 anos de crescimento em todos os aspectos. Mas a dependência não foi eliminada. Através do sistema financeiro internacional, o Brasil acaba por ficar refém da dívida externa, e conseqüentemente, em posição subalterna junto às nações hegemônicas e ao sistema financeiro internacional. Na verdade, de 1703, a partir do Tratado de Methuem até os nossos dias, nada mudou.

É oportuno entender a extensão da ambição e da cobiça internacionais. Para tanto, é importante identificar que as intenções colonizadoras dos denominados Estados Diretores não se encerraram com a “ilusão” das libertações das antigas colônias. Na verdade, o processo possui uma nova face, um novo modo de apresentar-se.

O Brasil entrou no campo de interesses dessas nações, a partir do momento em que Portugal inicia seu processo de queda como grande potência, à sua época. A ascensão da Inglaterra a leva a ocupar o lugar até então de Portugal. A fuga da família real portuguesa para o Brasil sob a proteção da armada britânica é importante para marcar a ascensão britânica e a submissão portuguesa.

Com a intenção de mostrar os fundamentos das relações com as nações centrais ou mais industrializadas, transcrevo trechos e comentários de uma longa reportagem do “Times” de Londres, na época vitoriana, que foram reproduzidos no livro “De Estado Servil a Nação Soberana” (Vidal, 1988).

“A matéria apresenta o mérito de estar comentada por Eça de Queiroz em uma de suas famosas ‘Cartas da Inglaterra’. Ela é baseada no trabalho de um enviado especial do próprio Times que, durante um ano, realizou levantamentos sociais, econômicos e políticos na América Ibérica, ensejando a publicação de uma série de extensos artigos. No último da série, então enfocados – relativamente ao Brasil – o comércio, a indústria, a cultura, a religião, o caráter nacional, a educação, a Constituição, a República; enfim, tudo. Nele se percebe que as intenções metropolitanas de então pouco se distinguem das atuais, embora geograficamente o poder maior tenha deslizado de Londres para Washington (DC) e os métodos de dominação e controle tenham se sofisticado de modo extraordinário. No geral, os artigos dão ao Peru, Bolívia, Equador e outros países uma imagem que Eça considera ferina e negra. Essa gente, diz o enviado, “vive numa indolência vil, que não é incompatível com muita arrogância e muita exagerada vaidade. Desse torpor só rompe por acesso de frenesi político”. A isto acrescenta Eça: “Isto é cruel e não sei se é justo: mas entre estas linhas palpita todo o rancor de um inglês possuidor de maus títulos peruanos”. Quando o enviado procura contrapor à agressividade dos hispano-americanos a docilidade brasileira, Eça acrescenta: “O Brasil é português e não espanhol: isto explica tudo”.

“O vadio das ruas de Lima, Caracas ou Buenos Aires nutre um soberano desprezo pelos juízos que a Europa (leia-se Inglaterra) possa formar de suas tragicomédias políticas. Não tem consciência de coisa alguma a não ser de seu sangue castelhano ... Sente decerto o inconveniente de ser expulso do crédito e das bolsas da Europa”. Evidentemente, o enviado do Times e demais conterrâneos de Drake, já não se lembravam que esses centros financeiros foram lastreados como resultado de pilhagens em várias cidades da América Ibérica por piratas ingleses em brutais

incursões durante as quais assassinavam, em massa, a população. O mais interessante vem a seguir: “O financista brasileiro, porém, esse presta uma tão respeitosa atenção ao temperamento das bolsas de Londres e Paris ...”. Trata-se, como se vê, de um afago ao subjugado subserviente. Muitas figuras atuais das nossas finanças continuam a fazer jus a esses carinhos. A isso, Eça reage irônico: “Mas, onde o Times se engana é quando pretende que o Brasil deva ao seu sangue português esta bela qualidade de obedecer aos juizes do mundo civilizado”. Aproveita, então, o autor lusitano, para desancar contra o marasmo e a estupidez portuguesa da época. A benevolência do correspondente do Times para com o Brasil vai mais longe: “Em riquezas e aptidões o Brasil leva gloriosamente a palma às outras nacionalidades da América do Sul”. É pena, acrescenta: “Dez milhões de homens (a população do Brasil à época) estão perdidos num estado maior que toda a Europa com uma linha de costas de 4 mil milhas de comprimento ... O Brasil exporta em valor de gêneros a Quarta parte menos do que o diminuto reino da Bélgica”. Eça acrescenta: “O Times, todavia, tem a generosidade de admitir que nem a densidade da população, nem o total das receitas, nem as cifras das exportações constituem a felicidade de um povo e a sua grandeza moral”. “Todavia, continua o Times, “se a escassez da população, de rendimento e de comércio, não colocam o Brasil num estado de adversidade, são uma prova que faltam a esse povo alguma das qualidades que fazem a grandeza das Nações”. Depois lamenta “a ambição que têm os brasileiros de fazer tudo por si mesmos, vendo com aborrecimento as grandes obras entregues à perícia estrangeira, preferindo os esforços da ciência e do talento nacionais, ainda mesmo quando eles falham”. Aqui vemos quanto perdemos dessa nobre ambição, aceitando – faz três décadas – um “modelo” de crescimento econômico que precisamente rejeita essa postura. A afirmação do enviado do Times serve, contudo, para comprovar que a atitude de dependência não é intrínseca a nossa cultura. Em seguida vem o porrete: “Mas enquanto o brasileiro se mostra assim, em teorias políticas e administrativas, ansioso por fomentar ele mesmo, por ele mesmo fazer todas as obras de seus 5 milhões de milhas quadradas, a suas mãos repugnam agarrar o rabo da

enxada, ou tomar a rabiça do arado, que é justamente o serviço que a natureza reclama dele". A natureza ou a conveniência da Inglaterra? O Times vai mais longe e começa a abrir o jogo: "O brasileiro ou tem de trabalhar por suas mãos ou então larga a rica herança que é incompetente para administrar. À maneira que o tempo se adianta, vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade ...". "A civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os Estados do Sul da América, permaneçam estéreis e inúteis e que, se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão entregar a mãos mais fortes e mais hábeis". A isto Eça adiciona: "É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina ...". Continua o Times, ainda com mais ferocidade: "No Peru, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, na Venezuela ..., em outros mais, os atuais ocupadores do solo terão de gradualmente desaparecer e descer àquela condição inferior, que o seu fraco temperamento lhes marca como destino". "Nunca se escreveu tão ferino" diz Eça. Continua ainda o Times: "O povo brasileiro, porém, tem qualidades excelentes e a Inglaterra não chegará prontamente à conclusão de que ele tem de partilhar a sorte de seus febris e casmurros vizinhos". "Mas, dadas as condições do seu solo, o Brasil mesmo tem de escolher entre um semelhante futuro ou então o trabalho." ... "Se o seu destino tivesse levado os brasileiros para outro canto do continente, nem tão largo, nem tão belo, poder-se-ia permitir-lhes que passassem a existência numa grande sonolência". "Mas ao brasileiro está confiada a décima quinta parte da superfície do Globo: essa parte, é toda ela, um tesouro de belezas, riquezas e felicidades possíveis; e de tal responsável, o brasileiro tem de subir ou cair ...". Eça conclui advertindo que "o Times é uma espécie de consciência escrita da classe média e que sua prosa é a matéria-prima de que se faz o estofado da opinião na Inglaterra ...".

A Globalização da economia mundial tem sido apresentada como inexorável, como inevitável, como um objetivo e mesmo como uma receita que trará bons frutos. O processo da Globalização é transmitido ou divulgado como irreversível, direcionado para um

futuro de paz e prosperidade, onde o moderno é o desejado. Essa Globalização permitiria a redução gradual do subdesenvolvimento. Para tanto, todas as nações deveriam eliminar os óbices aos movimentos internacionais de capitais e abrir seus mercados.

Globalização, no que se refere à economia, é parte de uma massiva e distorcida percepção. É usada com a conotação de um processo, cujos benefícios têm abrangência mundial, o que não ocorre. Alcança apenas áreas onde existem pessoas ou instituições com disponibilidade financeira, cujos governos tenham planejado a abertura das economias de outros países, com a orientação e o apoio do Fundo Monetário Internacional, com o propósito de produzirem e repatriarem para seus países, vultuosos lucros (Childers, 1997).

O tempo passou e nada mudou, apenas o discurso toma nova roupagem, onde a economia é o tema central. A Globalização da economia mundial tem suas raízes fortemente associadas à expansão das corporações transnacionais. Essas gigantescas corporações, possuidoras de módulos de produção localizados em diversos territórios, agem como se a economia fosse global, como se não existissem fronteiras entre as nações. Praticam um comércio dentro da própria organização (Guimarães, 1993).

Sendo a Globalização considerada como um processo inexorável e em pleno curso, negociações são realizadas para a redução de obstáculos aos fluxos de bens entre nações. Dentre elas, temos as rodadas de negociação comercial do GATT (“General Agreement of Trade and Tariffs”), atual OMC (Organização Mundial de Comércio). A rodada de Negociações Comerciais Multilaterais, denominada Rodada do Uruguai, iniciada em 1986, constituiu-se em forte e amplo esforço no sentido da globalização da economia mundial, o que representa (e que de fato vem acontecendo), o aumento das restrições comerciais para os países não desenvolvidos. Para manter esse estado, os países desenvolvidos pretendem que a Organização Mundial do Comércio passe a ter vínculos de controle pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (Childers, 1997).

O processo de internacionalização das economias, ainda que não iniciado no período pós-guerra, tomou impulso nessa época,

vindo acelerar-se a partir da década de 80. Na última década, o processo de internacionalização da produção é explicado pelas transformações globais nos setores tecnológico, organizacional e financeiro, principalmente. O avanço desse processo é o determinante fundamental do fenômeno conhecido como processo da Globalização da economia.

Importantes mudanças tecnológicas e organizacionais beneficiam o capitalismo e se refletem nas relações econômicas internacionais. Essas mudanças foram captadas nas empresas transnacionais, que efetivaram transformações em suas estratégias de atuação.

A contribuição da tecnologia tem sido marcante nas últimas duas décadas, o que tem possibilitado uma revolução em diversas áreas da atividade humana. O surgimento de novas tecnologias tem levado a mudanças que afetam quase toda a estrutura industrial. As telecomunicações, o transporte, a administração e outros têm sofrido significativas transformações.

A atuação das empresas transnacionais no sentido de expandir seus negócios, tem sido uma constante. Por decorrência, a dependência das nações menos desenvolvidas tem crescido continuamente, enquanto que tais empresas aumentam seu poder. Essa mudança, inicialmente conhecida como transnacionalização, tem implicações nas áreas do desenvolvimento econômico e tecnológico. Entretanto, sofre grande influência a Expressão Política. As relações de poder entre os Estados toma forma diferente. O poder e o controle que essas empresas detêm é fruto da utilização de técnicas modernas de tratamento da informação, utilização de redes de computadores de abrangência mundial e esquemas de eficiência holística, o que representa eficácia transnacional econômica, social, cultural, política e militar.

A preocupação inicial das corporações transnacionais foi a de implantar a harmonia intracapitalista na sua amplitude global. Após terem atingido esse objetivo, caminham no sentido de redefinirem, em profundidade, os conceitos de segurança, estabilidade, ordem e democracia. Dito de outra maneira, procuram formar uma base de controle mundial que não se reduz tanto aos governos nacionais, mas também às corporações transnacionais.

Essa dimensão estratégica desloca o centro das atenções ou dos interesses para o controle de energia, alimentação e tecnologia, procurando, sempre, manter um processo acumulativo interno.

Um estudo da realidade econômica brasileira, num período favorável de 1962 a 1970, feito para o Comitê do Senado norte-americano sob a presidência do Senador Frank Church, que levantou as ações das corporações transnacionais no Brasil e no México, analisado em “De Estado Servil a Nação Soberana” (Vidal, 1988), apresenta o seguinte trecho: “*A desnacionalização industrial progressiva tende a minar a soberania dos países. Soberania econômica não significa autarquia ou isolamento em matéria de investimento, produção, desenvolvimento tecnológico e mercado internacional. [...] O que é relevante, entretanto, é a autoconfiança e o autodirecionamento da capacidade industrial, como resposta às necessidades e prioridades dos países. Soberania econômica significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia. Na ausência de um quadro institucional poderoso para, explicitamente, controlar o poder das corporações transnacionais, o enfraquecimento das empresas privadas nacionais independentes, devido ao aumento da presença dessas corporações estrangeiras, ameaça a soberania econômica dos países. Onde essas empresas transnacionais têm penetrado e estendido o seu controle sobre a maior parte da produção, o poder de decisão, que afeta a conduta das firmas, fica transferido do capital nacional para o capital estrangeiro. A liderança dos negócios e da indústria como um todo passa a provir de fora, trazendo, com isso, a possibilidade de que as decisões-chave sejam mais relacionadas com a dinâmica mundial das operações das corporações transnacionais do que com as necessidades do mercado local. Essa dependência das decisões é levada ao extremo pelo tipo de relacionamento entre as subsidiárias e as matrizes dessas corporações. As subsidiárias são altamente dependentes em pesquisa e desenvolvimento, em tecnologia, em insumos críticos, em acesso aos mercados externos e em endividamento a longo prazo. Assim, em muitos setores industriais, a desnacionalização cria um grau substancial de dependência econômica externa. [...] Ao nível macroeconômico, a estrutura de*

propriedade estrangeira pode até contribuir para um desempenho adverso à economia desses países. Se uma recessão local resulta em uma queda da demanda agregada, essas subsidiárias têm a capacidade de reduzir a produção e elevar os preços para proteger seus níveis de lucro. Os ganhos são assim transferidos de modo mais rápido para as matrizes e o fluxo de investimento externo diminuído. Desse modo, os esforços da economia local para restaurar o crescimento econômico podem ser frustrados à medida que as empresas transnacionais exacerbam os déficits do balanço de pagamentos ...”.

A Globalização dos mercados acentua as dependências tecnológica, econômica e financeira. Reforça também os sentimentos de alienação e de perda da identidade. Nesse panorama Casanova afirma que: *“No complexo transnacional de estruturas institucionalizadas desaparece a diferença entre relações internas e relações exteriores. As relações internacionais de dependência se realizam e se ocultam como relações internas. As relações internas ou as que ocorrem no interior das grandes potências se realizam e se ocultam como internacionais. O internacional e o externo não desaparecem: combinam-se funcionalmente com o nacional e o interno. Isto é, tanto nas formas legais como nas relações financeiras, comerciais, tecnológicas, produtivas, culturais, militares, continuam existindo as relações exteriores”* (Casanova, 1995).

As políticas de ajuste, desregulamentação, privatização, desnacionalização, bem como o processo de abertura de economias que ainda não atingiram seu ápice não são fenômenos motivados pelo incentivo ao lucro, mas como um problema de controle e dominação. A transnacionalização é a “cabeça de ponte” da Globalização.

Liberalização, desregulamentação e privatização são instrumentos estratégicos da política dos estados desenvolvidos, que compõem o projeto neoliberal, como ideologia, adotado por esses Estados.

Na transnacionalização, a empresa transnacional tem o papel fundamental. Jacques Maisonrouge, ex-presidente da IBM World Trade Coporation disse que: *“Para as finalidades empresariais, as*

fronteiras que separam uma nação de outra são tão reais como o equador. Consistem meramente de demarcações convenientes de entidades étnicas, lingüísticas e culturais. Não definem necessidades empresariais nem tendências de consumidores. Uma vez que a administração compreenda e aceite essa economia mundial, a sua maneira de encarar a praça do mercado – e de planejá-la – necessariamente se expande. O mundo fora do país de origem não é mais considerado como uma série de clientes e perspectivas sem ligação entre si para seus produtos, mas como aplicações de um único mercado” (Barnet, 1974).

As empresas transnacionais têm seu poder sustentado por sua excepcional capacidade de usar as finanças, a tecnologia e avançados conceitos gerenciais e de comercialização, que lhes permite integrar a produção a nível mundial. Desse modo, contribuem significativamente para realizar o único e grande mercado global.

A visão cosmopolita das empresas transnacionais é a razão para o conflito com o Estado Nacional e de confronto com o nacionalismo. Para George Ball, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos e ex-presidente da Lehman Brothers Internacional, a empresa transnacional, *“planeja e atua muito à frente das idéias políticas mundiais”*. Isso é possível porque elas possuem *“um conceito moderno, elaborado para atender a necessidades modernas”*. O Estado, infelizmente, *“é uma idéia muito cediça e muito mal adaptada ao nosso atual e complexo mundo”*. Diz ainda Ball: *“Trabalhando através de grandes empresas que abarcam a Terra, o homem é capaz, pela primeira vez, de utilizar os recursos mundiais com uma eficiência ditada pela lógica objetiva do lucro”* (Barnet, 1974). De fato, pois a empresa transnacional é uma organização dedicada ao planejamento centralizado em escala mundial. O ex-presidente da Pfizer, John J. Powers, diz que a economia mundial (Barnet, 1974) *“não constitui uma concepção idealista, mas uma profecia irrespondível: é um papel para o qual estamos sendo empurrados pelos imperativos de nossa própria tecnologia”*. Maisonrouge da IBM, ataca frontalmente o Estado Nacional (Barnet, 1974): *“As estruturas políticas mundiais são inteiramente obsoletas. Não mudaram em pelo menos cem anos e*

estão lamentavelmente desafinadas com o progresso tecnológico. [...] O problema crítico de nossa época é o conflito conceptual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados-Nações”.

George Ball, sobre empresas transnacionais, diz que (Barnet, 1974): *“Tem, de fato, o poder de afetar a vida de pessoas e nações de uma maneira que, necessariamente, questiona as prerrogativas da autoridade política. De que modo pode um governo nacional elaborar confiantemente um plano econômico se uma diretoria reunida a 8.000 quilômetros de distância pode, alterando seu padrão de compras e produção, afetar de forma profunda a vida econômica do país?”.*

A empresa transnacional é fator de sérias preocupações. A esse respeito Jacques Maisonrouge assim se pronunciou (Barnet, 1974): *“A empresa é uma estrutura em que a única razão para existir consiste no auferimento de lucro, mediante fabricação de produtos pelo menor preço possível e pela sua venda pelo maior preço viável. Não importa se o produto faz bem ou mal. O que conta é que seja consumido em quantidades sempre maiores. Desde que tudo o que a empresa faz, tem como meta final, a produção do lucro, ela não oferece aos empregados satisfações pessoais profundas, nenhum sentimento de estar contribuindo com alguma coisa útil para a sociedade, e nenhum verdadeiro significado instila em suas atividades. Vá trabalhar para uma empresa e você será, através de bons salários e vários benefícios extras, instalado como um elo anônimo numa cadeia sempre maior, completando o círculo de todos aqueles trastes. E, como todos os círculos, a estrutura inteira nada significa”.*

Thomas Jefferson, identificou que os interesses e lealdades dos capitalistas transcendem o território nacional, quando disse (Barnet, 1974): *“Mercadores não possuem país que chamam de seu. Onde quer que se encontrem, nenhum laço formam com o solo. Interessam-lhes apenas a fonte de seus lucros”.* Eisenhower, em 1960, no Rio de Janeiro, apresentou o mesmo argumento quando declarou que o *“capital constitui algo curioso, talvez sem nacionalidade. Flui para onde é melhor servido”* (Barnet, 1974).

O comportamento das empresas transnacionais é algo

incrível e que mereceu estudo por parte de um grupo de pesquisa estratégica da Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos. Esse estudo concluiu que *“o fenômeno da empresa multinacional sempre maior, preponderantemente americana, pode desempenhar um papel de relevo em nosso poderio global político, militar e econômico ...”* (Barnet, 1974): Tal estudo conclui que a empresa transnacional, de origem norte-americana, constitui uma gigantesca força para a construção do poder econômico do mundo liderado pelos norte-americanos. *“Se queremos que prevaleçam nossos valores e sistema de vida, seremos obrigados a competir com outras culturas e centros de poder. A empresa multinacional oferece uma imensa ajuda para consecução desse objetivo. O seu crescente arsenal de operações no exterior trabalha por nós durante as vinte e quatro horas do dia. A sua ação osmótica transmite e instila não apenas métodos de operação mundial, técnicas bancárias e de comercialização americanas, mas nossos sistemas e conceitos jurídicos, nossas filosofias políticas, nossos sistemas de comunicação e idéias sobre mobilidade, bem como o grau de humanidade e artes que é peculiar à nossa civilização”* (Barnet, 1974).

As empresas transnacionais compõem o poder nacional norte-americano e são consideradas como patrimônio nacional, segundo o estudo.

Chomsky afirma que, além disso, as *“instituições do Estado transnacional em grande parte servem a outros senhores, como o poder de Estado tipicamente o faz; nesse caso, as ascendentes corporações transnacionais nos domínios da finança e outros serviços, na indústria manufatureira, mídia e comunicação – instituições que são totalitárias em sua estrutura interna, totalmente irresponsável, absolutista em caráter e imensa em poder. Dentro delas, um participante toma parte em uma hierarquia de dominação completamente rígida, implementando ordens de cima, transmitindo-as para baixo. Os de fora podem tentar alugar-se aos senhores e podem adquirir o que eles produzem, mas outras poucas estão abertas à grande massa da população”* (Chomsky, 1996). As instituições do Estado transnacional terminam por servir a outros senhores.

Barnertt & Muller, ao estudarem a atuação das empresas transnacionais, concluíram que (Barnertt, 1974): *“A empresa global é a mais poderosa organização humana jamais concebida para colonizar o futuro. Vasculhando todo o planeta em busca de oportunidades, transferindo recursos de indústria a indústria e de país a país, conservando simples sua finalidade suprema – a maximização mundial do lucro – ela se transformou numa instituição de excepcional poder”*.

Os interesses das transnacionais tornam-se particularmente graves, quando a privatização das empresas que impulsionam o desenvolvimento é decidida por sentimentos ideológicos.

O desenvolvimento das nações é tema constante de estudos. Sklair, ao estudar o desenvolvimento das nações, identifica as seguintes “teorias do sistema global”, que tiveram adeptos nesse século: Imperialista e neo-imperialista; modernizada e neoevolucionista; neo-marxista, que inclui as teorias da dependência; sistema mundial e teoria dos modos de produção (Sklair, 1995).

Dentre essas teorias, é interessante ressaltar a teoria da dependência. Essa é uma teoria dita neo-marxista porque foi uma inovação conceitual desenvolvida pelos marxistas. Quando na década de 50, no sistema capitalista e no chamado Terceiro Mundo, ocorreram profundas mudanças, houve a necessidade dessas transformações serem explicadas pelos marxistas.

O Modelo Dependencista

O modelo dependencista constituiu-se numa tentativa de criar um paradigma que pudesse ser aplicado às economias retardatárias. Surgiu no início da década de setenta.

A teoria da dependência foi uma inovação conceitual (Sklair, 1995) para a análise do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Para os dependencistas, nenhum crescimento seria possível porque as corporações transnacionais operam ativamente para subdesenvolver o Terceiro Mundo. Para A. G. Frank (Cambridge) e os adeptos do dependencismo, as nações periféricas não se desenvolvem e não se industrializam. Todas são dependentes. Defendem a tese de que (Frank, 1980) *“existe apropriação*

de excedente gerado nelas pelo centro e, portanto, o seu desenvolvimento econômico é bloqueado pelo imperialismo (o centro)". O modelo da dependência considera que: o subdesenvolvimento está intimamente ligado à expansão dos países industrializados; subdesenvolvimento e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, que representa um único processo universal; o subdesenvolvimento é uma condição natural e persistente; e a dependência se prende à estrutura, cultura, ambiente natural das nações.

O sistema global admitido pelos dependencistas, divide o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, numa polarização que se eterniza, pois a saída do subdesenvolvimento depende dos países desenvolvidos. A polarização do mundo, na visão dependencista, reforça a tese dos países desenvolvidos de que os não desenvolvidos devem aceitar tal condição e atender as necessidades dos desenvolvidos, como por exemplo, continuarem a ser fornecedores de recursos naturais a preços mínimos. Isso leva à aceitação de uma divisão do mundo em países dominantes e países dominados. Certamente essa não é uma condição que os nacionais de qualquer país aceitem.

Apesar de serem muitos os seguidores, os dependencistas não conseguiram explicar o crescimento econômico e industrial ocorrido em algumas nações do Terceiro Mundo. Tudo indica que o golpe fatal na teoria da dependência foi, além do rápido desenvolvimento do Brasil, o sucesso alcançado pelos novos países industrializados asiáticos. Eles tiveram um rápido crescimento e nada indica que, em futuro previsível, possa ocorrer um colapso de suas economias.

A classificação de "Países em Desenvolvimento Recente", (Sklair, 1995) para os que se desenvolveram, foi um reconhecimento da impropriedade da versão de A. G. Frank da teoria da dependência (desenvolvimento do subdesenvolvimento). Alguns autores, fortemente vinculados à teoria da dependência, viram isso, mas resistiram a abandonar a teoria. F. H. Cardoso, (Sklair, 1995) um dos adeptos, passou a denominar de "industrialização dependente associada" o que era apenas "desenvolvimento".

Benakouche afirma que *"Antigamente os patriotas lutavam, no âmbito dos movimentos nacionais de libertação nacional, pela*

independência política (formal). Hoje, os dependencistas batem-se pela liberdade econômica nacional, pela independência econômica". Existe aí uma questão fundamental. Como é possível alcançar a independência econômica sem ser politicamente independente? O que significa, para os dependencistas, a independência econômica? É possível ter independência econômica sem ter independência política? É fundamental conquistar a independência política, pois a nação é a base de tudo e é permanente no tempo.

A esse respeito J. P. Magalhães (Magalhães, 1996), afirma que: *"A teoria da dependência nunca chegou, por certo, a uma verdadeira maturidade científica, o que se deveu a dois motivos. O primeiro, de importância secundária, foi o fato de seus autores serem quase exclusivamente de formação marxista, o que, de um lado, limitava sua capacidade de manejar o instrumental mais refinado da ciência econômica da época e, de outro, introduzia um viés ideológico em suas análises. O segundo motivo, realmente importante, foi que, com o desaparecimento do regime militar, eles voltaram a seus países de origem recaindo nas limitações, supra-referidas, das instituições de pesquisa e ensino superior das regiões retardatárias. Este constitui o fator relevante. Tudo indica que, mantidas as condições favoráveis para seu trabalho, os autores da teoria da dependência teriam vencido suas limitações iniciais, passando a contribuições realmente científicas para a Economia do Desenvolvimento, as quais teriam, eventualmente, permitido a ruptura com padrão mimético inadequado".*

Peter Evans (Evans, 1980) estudou a experiência brasileira das décadas de 60 e 70 em seu contexto histórico. Evans focaliza as relações entre as empresas multinacionais, as empresas nacionais privadas e as empresas estatais nacionais. A essas relações Evans denominou de "A Tríplice Aliança". Procura mostrar como os interesses, poder e capacidades distintas dos três grupos se combinaram para gerar um sistema que promove a industrialização. Tudo em benefício da sociedade elitista, mas que exclui a grande massa da população dos benefícios do crescimento. Isso sugere que o desenvolvimento brasileiro priorizou a industrialização, deixando as necessidades sociais em menor prioridade. O cidadão não teve a prioridade a ele devida.

A modernização do sistema global é baseada na distinção entre o tradicional e o moderno. A questão principal da modernização está na idéia de que o desenvolvimento está nas atitudes e valores (Sklair, 1995). *“As sociedades modernas são regidas por indivíduos de pensamento moderno, que são ávidos pelas experiências, influenciados pelo pensamento racional. Já as sociedades tradicionais são dirigidas por indivíduos não preparados para inovar”*.

Liberalismo Econômico

“As doutrinas de ontem, os senhores a conhecem. A primeira, é a velha e nobre doutrina liberal do laissez-faire e do laissez-passer. Pelo que suscitou de iniciativas felizes, prestemo-lhe as homenagens que merece. Reconheçamos, porém, que face à concentração do capital, da dimensão das empresas, da internacionalização dos negócios, ela não é mais suficiente.”

André Tardieu, Primeiro Ministro da França

O período que precede o estabelecimento dos regimes liberais é convencionalmente chamado de Antigo Regime. Também é conhecido como era das monarquias absolutas.

Em 1300, na Itália, deu-se a primeira tentativa de emancipar a natureza política do homem. Isso se deve à redescoberta das obras de Aristóteles e sua tradução para o latim. A partir daí, o domínio intelectual da Igreja, indiviso até então, estava terminado.

O iniciador da doutrina moderna é Thomas Hobbes, autor do “Leviatã”. Hobbes afirma que, para que os homens possam viver em paz, há a necessidade de uma soberania absoluta. O absolutismo é fundamental. O fundamento de sua soberania absolutista é o direito do indivíduo. Para Hobbes os homens já não tinham que se guiar pelo bem, mas pelo direito nascido da necessidade de fugir do mal.

Hobbes é individualista. A manutenção da integridade do

indivíduo é a força de Hobbes. O indivíduo e sua vontade são o único fundamento da legitimidade política. Hobbes é absolutista porque é fundamentalmente individualista.

Na linguagem moral e política de Hobbes, e que ainda é a de nossos dias, o direito assumiu o lugar do bem. A ênfase positiva, a intensidade de aprovação moral que os antigos, pagãos ou cristãos depositavam no bem, os modernos, depois de Hobbes, passaram a depositar, apenas, no direito do indivíduo. Essa é a linguagem e o valor do Liberalismo. Depois dos direitos do indivíduo, a outra categoria fundadora do pensamento liberal é a representação.

Locke tem sua tese central formulada no Segundo Tratado sobre o Governo (Locke, 1973), nesses termos: “*O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade*”. Para Locke, o direito da propriedade é essencialmente anterior à instituição da sociedade. É um direito ligado apenas ao indivíduo. O individualismo é a base do liberalismo.

Locke é mais individualista do que Hobbes. Os direitos, sob a forma do direito fundamental de propriedade, ligam-se ao indivíduo solitário. O indivíduo tem um direito natural a uma propriedade que não tem limites naturais. Isto porque a moeda permite tornar imperecível qualquer quantidade de bens. A partir do momento em que a propriedade, introduzida no mundo pelo trabalho, tornou-se um valor representado pela moeda, o direito de propriedade desvinculou-se, legitimamente, do direito do trabalhador. Essas conclusões de Locke foram de grande importância para a formulação da doutrina liberal. Para Locke, o que caracteriza o trabalho é a produção do valor, o que caracteriza a propriedade é a preservação desse valor.

A doutrina de que o poder vem da representação acha-se formulada pela primeira vez em Locke. Essa é a razão pela qual se lhe é atribuída a formulação original do Liberalismo. A representação política no Estado Liberal seria a partir dos interesses a serem defendidos, o direito dos proprietários.

O Estado Liberal não é necessariamente democrático. Ao contrário, historicamente realiza-se em sociedades em que sua participação no governo é bastante restrita e limitada às classes

mais favorecidas. Para Bobbio (Bobbio, 1990) *“um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal”*.

O processo da Globalização da economia é motivado pela venda da idéia da modernidade, o que nada tem de original. Segundo Benevides, o discurso da modernidade tem como argumentos: a) Globalização da economia, como fator de igualização de oportunidades no sistema de trocas; b) interdependência econômica, que induzirá à mais equânime divisão social do trabalho em âmbito internacional e, conseqüentemente, ao nivelamento da distribuição de renda gerada pelo fluxo das trocas internacionais; c) abertura das economias nacionais segundo os ditames da economia de mercado, ou livre cambismo (Benevides-A, 1994). À esses argumentos podemos acrescentar que a idéia da modernidade contribui para uma deformação da formação cultural e coloca em xeque ou retira da pauta a noção de progresso tão necessária aos países em desenvolvimento.

Esses argumentos configuram a tese neoliberal e desbordam para idéias políticas com teses do Estado-mínimo, a extinção do Estado nacional e a renúncia ao direito de soberania.

A departamentalização estanque do saber, pelo excesso de especialização, acarreta insuficiência cultural. Ao estudar esse fenômeno, Comte afirmou que a especialização secciona o conhecimento, inibe a capacidade de ver as ligações existentes na natureza e na sociedade entre os fenômenos a que estão sujeitos.

Nessa mesma linha de pensamento, quanto ao desvalor das especializações excessivas, escreveu e Djacyr Meneses em *“O Sentido Antropógeno da História”*, que acertou em cheio sobre nossos atuais economistas. Disse ele *“...especialização do trabalho científico isola muitas vezes o técnico no setor de sua preferência; e ele pode se tornar, gradativamente, incapacitado para o exame de conjunto dos resultados obtidos. Perdendo o contato com a cultura geral, que lhe daria a perspectiva humana dos problemas - acaba no idiotismo profissional, por*

causa da privação dos vínculos comunicativos e expressivos que transformam o indivíduo no 'socius', com atributos culturais da personalidade" (Benevides-B, 1994)

A hiperespecialização e a redução ao quantificável produz cegueira em relação à existência, ao concreto, ao individual, mas principalmente em relação ao contexto, ao geral, ao que é fundamental (Morin, 1996). Isso representa a profunda racionalização. Assim podemos admitir que a racionalização pura conduz a irracionalidade.

Essas são as principais razões, que levam parcela das elites nacionais, em boa parte por desconhecimento da história, a aceitar o processo da modernidade e idéias que existem há trezentos anos e que não trouxeram paz nem prosperidade às nações.

O universalismo ou Globalização ocupa o lugar do particularismo e com isso o nacionalismo deixa de existir; logo, a soberania nacional torna-se desnecessária.

No momento histórico atual, o processo de Globalização, liderado pelos Estados Diretores, busca a estratificação dos atuais pólos de poder a nível mundial. Isso possibilitará aos detentores do poder o acesso aos recursos naturais e mercados, de modo a manter o eterno desenvolvimento dos Estados mais ricos e industrializados em detrimento dos outros.

O sistema econômico capitalista é sustentado pela filosofia do lucro e da maior vantagem comparativa. A esse respeito, John Gams (Benevides-A, 1994), da Columbia University, disse: *"Aqueles que não vão tirar o máximo de vantagem dos seus bens são geralmente superados pelos que são capazes de torná-los mais produtivos"*. Isso nos mostra a impossibilidade de igualização proposta pela tese neoliberal.

Os Estados diretores têm problemas de natureza crucial que são diretamente relacionados com:

- a) a escassez de combustíveis fósseis e a necessidade de exploração das florestas tropicais e equatoriais para o desenvolvimento da química farmacêutica e da biotecnologia;
- b) a inexistência, em seu território, de minerais

estratégicos e críticos tão necessários ao seu nível de desenvolvimento;

- c) a crescente escassez de reservas hídricas em seu território.

Ao analisarmos as declarações de políticos e dirigentes das nações mais industrializadas, verificamos a pretensão de resolverem seus graves problemas às custas do sacrifício das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Para tal, tencionam e de certa forma já conseguiram, em alguns casos, assumir o controle das economias e políticas das nações periféricas. Uma das soluções está na estratégia da divisão internacional do trabalho, ou seja, das atividades produtivas, para impor a condição absurda de que se dediquem às atividades primárias de produtores de matérias-primas. Isso significa para o Brasil o retrocesso às relações coloniais de produção e comércio, com renúncia ao seu destino de grandeza, explícito em suas características geopolíticas.

Se prevalecerem as intenções explícitas nas declarações de dirigentes e políticos das nações centrais, as nações periféricas, de grande extensão territorial, tenderão a ser subdivididas, de modo a formar um novo gênero de federalismo para encobrir novo estilo de colonialismo. A busca do controle está no próprio coração da Globalização.

A Globalização econômica tem no mercado um dos seus principais alicerces. A empresa é um dos seus fundamentos, assume atualmente um gigantismo e uma área de atuação que transcende seu território de origem. Essa empresa sobrevive do mercado, mas não olha para esse mercado como fator mais significativo de sua atuação. A empresa, nos dias atuais, se estrutura em posições de longo prazo e pensa o mercado em relação ao futuro. A prospectiva é uma de suas mais importantes atividades. Seu horizonte de planejamento é universal. Seu leque de opções é variado, possibilitando condições de escolha para decidir seu passo em direção ao futuro. Seu comportamento não é determinado. Pensa o futuro com visão estratégica.

Vemos que as empresas não estão submetidas à naturalidade do mercado. Como se pretender que a sociedade nacional esteja

submetida aos sinais de mercado? Como pode o mercado reger os destinos da sociedade, definir seu futuro?

O mercado não tem nenhuma atuação sobre a infraestrutura, saúde, educação, energia ou justiça, pois nenhum desses itens é objeto de comercialização. Apenas existe ou não para atender às necessidades da nação. Ao mercado apenas o que lhe compete. O mercado não pode alterar as externalidades. O mercado não altera as condições do interior da África nem de uma região favorecida da Europa. O mercado é impotente ante o desenvolvimento. Não é sua tarefa. Somos submetidos a uma intensa campanha ideológica que pretende convencer os indivíduos que a globalização é um processo inexorável e que as leis do mercado devem reger a sociedade. Isto é uma falácia. Para Childers o mercado não é livre mas poderosamente subsidiado e incrementado por meios indiretos. Sua “inexorabilidade” reduz a liberdade de comércio da maioria empobrecida da humanidade. *“Entre 1978 e 1990, a participação da humanidade no comércio mundial decresceu, de 28 para somente 19 por cento”* (Childers, 1997).

O Papa João Paulo II, em sua Carta Encíclica “Centesimus Annus”, nos alerta que: *“É tarefa do Estado prover à defesa e tutela de certos bens coletivos como o ambiente natural e o ambiente humano, cuja salvaguarda não pode ser garantida por simples mecanismos de mercado. Como nos tempos do antigo capitalismo, o Estado tinha o dever de defender os direitos fundamentais do trabalho, assim diante do novo capitalismo, ele e toda a sociedade têm a obrigação de ‘defender os bens coletivos’ que, entre outras coisas, constituem o enquadramento dentro do qual cada um poderá alcançar legitimamente os seus fins individuais”* (Paulo II).

Ainda com relação ao papel do Estado na economia, João Paulo II nos lembra que: *“A atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A principal tarefa do Estado é, portanto, o de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar*

dos frutos do próprio trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem econômica” (Paulo II).

Muitas são as “verdades” que têm sido estrategicamente impostas pelos senhores ocultos do mundo. No que se refere à “verdade” do mercado, Ricardo Petrella nos diz que: *“novas tábuas da lei são impostas progressivamente à humanidade [...] A civilização cristã firmou pacto entre Deus e o Homem [...] nesse quadro o homem garantia sua liberdade e podia pecar; Deus, em sua misericórdia, podia perdoar.*

As novas tábuas da lei conseguiram a aliança entre o mercado e a humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens, que, doravante, devem a ele adaptar-se. É necessário, dizem, concentrar nossa fé nos mecanismos de mercado, cujo motor principal é o preço, submetido às mudanças induzidas pelos processos técnicos, às exigências e aos constrangimentos dos quais nenhum indivíduo ou sociedade pode escapar.

Nesse contexto, a liberdade que o mercado concede ao homem é a de a ele submeter-se. Se não se submete, peca e não será perdoado. Será simplesmente eliminado do mercado de trabalho como do mercado de bens e de capitais ... As novas tábuas da lei exaltam a idéia da competitividade entre todos os homens e sociedades [...], pois proclamem que a salvação individual e coletiva passa pela conquista de parte do mercado” (Vidal, 1997).

O liberalismo é a ideologia que induz à adesão generalizada à estratégia de reestruturação pelo mercado. Para o liberalismo, o melhor meio de responder ao processo de Globalização é a integração progressiva de todos os mercados nacionais num único sistema econômico de livre-câmbio. Entretanto, a reestruturação pelo mercado agrava, consideravelmente, as disparidades da ordem internacional que já são profundamente desequilibradas.

Um mercado de abrangência mundial necessita de constante fluxo de capital e da concorrência comercial. O mercado globalizado induz a criação de um espaço geoeconômico global. Este espaço é a razão para que a segurança nacional ou regional dependa da capacidade dos Estados de se dotarem de poder e estratégia de âmbito global. Pelo mercado, são criadas novas necessidades e novos hábitos. Reduz-se a distinção entre o que é nacional e o que é estrangeiro. As barreiras culturais são violadas e as nações ficam expostas aos mesmos fluxos de idéias e informações. Passam a existir apenas as idéias e aspirações semelhantes e coincidentes.

A Globalização da economia, por força da aceitação equivocada do que seja o mercado, torna-se determinante da Globalização da vida política.

Justificada pela ideologia liberal, controlada pelo poder dominante, a mundialização dos mercados, a concentração do poder econômico e financeiro, e o controle de tecnologias nobres, se estendem por todo o planeta.

Em 1974, quando o governo estadunidense eliminou todos os controles de capital, ocorreu o esgotamento das estruturas regulatórias e o enorme aumento do capital desregulamentado que provocaram um forte impacto na economia internacional. John Eatwell, da Universidade de Cambridge, assim se manifestou: *“Em 1971, pouco antes que o colapso de Bretton Woods fixasse um sistema de taxa de câmbio, cerca de noventa por cento de todas as transações externas eram para o financiamento do comércio e do investimento de longo prazo, e somente dez por cento eram especulativas. Hoje essas porcentagens foram invertidas, com bem mais de noventa por cento de todas as transações sendo especulativas. Os fluxos especulativos diários agora regularmente suplantam as reservas cambiais de todos os governos do G-7”* (Chomsky, 1996).

O sistema econômico, exclusivamente monetarista, ganha impulso, a economia produtiva passa a ser secundária, o que acarreta sérios problemas aos países em desenvolvimento.

Todas as sociedades são condicionadas por fatores econômicos. A civilização do século XIX, como não podia deixar

de ser, também foi condicionada pela economia. Entretanto, tal condicionamento teve um sentido diferente dos que até então existiram. Foi baseado no lucro. Esse novo sentido não era reconhecido como válido na história, até então. O sistema econômico baseado numa economia de livre mercado surgiu desse princípio (Polanyi, 1988).

Economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, ou seja, uma economia dirigida pelos preços do mercado. É um sistema que se propõe capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa. Um mercado auto-regulável exige, ao menos, a separação institucional da sociedade em ambientes econômico e político.

O mercado auto-regulável do século XIX dependia do auto-interesse econômico para possibilitar sua regulação. O século XIX teve como uma de suas características a fraqueza da sua sociedade, a falta de fé, de vontade. Isso deveu-se a ser uma sociedade de mercado e não pelo fato de ser uma sociedade industrial. A chamada civilização industrial continuará a existir, mesmo sem a existência de uma economia de livre mercado.

O fim de uma economia baseada no livre mercado significa apenas que o mercado deixa de ser um órgão de auto-regulação econômica. O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes. A liberdade jurídica e real pode tornar-se mais ampla e mais abrangente do que jamais ocorreu em qualquer tempo. A regulação e o controle podem continuar a atingir a liberdade, os cidadãos, mas todos e não apenas alguns. A liberdade não deve ser um complemento de alguns privilégios, mas um direito consagrado que se estende muito além dos limites da esfera política e atinge a organização da própria sociedade. Uma sociedade assim constituída tem as condições básicas para permitir-se ser livre e justa, nos diz Polanyi. (Polanyi, 1988)

Nenhuma sociedade tem condições de existir sem que possua um sistema que assegure a ordem econômica. A ordem econômica é função da ordem social e política na qual ela está inserida. A Globalização econômica revela-se, de fato, singular, semelhante ao sistema existente no século XIX, em que a atividade

econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta.

A história econômica mostra que o surgimento dos mercados nacionais não foi resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. De fato, o mercado foi consequência de intervenção governamental, por vezes violenta, que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não econômicas. Na Europa ocidental o comércio interno foi criado, por intervenção do Estado (Polanyi, 1988).

A história da economia nos mostra que uma nação só é capaz de desenvolver-se e ter autonomia, se a vontade nacional para isto estiver direcionada.

Competição ou Cooperação?

“Basta abolir as taxas alfandegárias e apoiar o livre comércio, que também nossos trabalhadores, em todos os setores da economia, serão degradados a servos e miseráveis”

Abraham Lincoln, 16º Presidente dos EUA

A decisão tomada pelo então Presidente Richard Nixon, em 1971, de não mais converter o dólar foi o que fez iniciar o modelo do atual sistema financeiro. A crise da dívida dos países em desenvolvimento, nos anos de 1982 e 1983, desembocava na polarização dos fluxos financeiros entre países do hemisfério norte (os excedentes europeus e japoneses financiavam o déficit estadunidense) e na desregulamentação dos mercados de capital.

A partir desse momento, progressivamente se estabelecia um vasto sistema internacional em que a liberdade de movimento do capital se fazia total e a imobilidade das trocas desapareceu, as moedas tornaram-se objeto de especulação.

A Globalização econômica certamente atende aos interesses das economias mais poderosas, mais pujantes. Seus principais beneficiários são as nações mais industrializadas, que utilizam suas empresas transnacionais, como meio para conquistar e

dominar mercados. Importante ressaltar que “mercado interno”, além de fundamental ao desenvolvimento da nação, é seu patrimônio de inestimável valor. Dentre os instrumentos usados para a conquista e posterior dominação e controle dos mercados internos e externos das nações, estão a desregulamentação e a competição. A tecnologia é o elemento decisivo do poder econômico, logo, do controle dos mercados. Por essa razão, e como sua estratégia, as empresas transnacionais exercem total controle sobre os processos tecnológicos.

A política neoliberal, instrumento político-econômico da Globalização, consiste basicamente em tornar mínimo o setor produtivo, especialmente os de elevada tecnologia, e reduzir empregos para diminuir custos em nome da competição.

A desregulamentação incentiva a disputa por maiores lucros ou pela conquista de maior parcela do mercado. A desregulamentação esconde um incremento de poder daqueles que possuem grandes interesses no que eufemisticamente passou-se a denominar como forças de mercado. As conseqüências podem não ser as mais agradáveis ou as mais desejadas. Inúmeros casos de quebra de empresas têm ocorrido. A desregulamentação em empresas de transporte aéreo pode ter sérias conseqüências no que lhe é mais importante, a segurança de vôo. Como conciliar a voracidade pelo lucro e por maior fatia do mercado com a segurança dos passageiros e das aeronaves?

A livre competição possibilita a quebra, desnecessária, de empresas nacionais e a perda ou a transferência de controle do mercado interno para empresas transnacionais, perdendo, assim, a nação um dos seus mais valiosos patrimônios.

Como pode competir uma empresa de pequeno, médio ou mesmo de grande porte com uma gigantesca corporação transnacional, com todo tipo de recurso e apoio político propiciado por seus governos?

A competição, quando não orientada por regras definidas por entidade reguladora da economia nacional, gera desemprego, reduz recursos, aumenta os custos sociais crescentes, o conseqüente dismantelamento das entidades de classe e pode levar à perda de credibilidade por parte da população, quanto ao bem por ela

desejado. Nesse processo, o bem de menor valor passa a ser o ser humano. Muitos Estados europeus estão começando a admitir que a livre competição é prejudicial às suas instituições, à nação e à sociedade como um todo.

Contrariamente ao difundido, a economia globalizada tem contribuído para aumentar a distância entre as nações pobres e as nações ricas. O afastamento entre tais nações tem-se manifestado pela disparidade no acesso aos mercados e à tecnologia, bem como pela divisão do crescimento mundial.

As nações em desenvolvimento, para adaptarem-se à Globalização econômica, têm pago um alto preço, com sérias conseqüências políticas, sociais e econômicas, principalmente. Para se tornarem competitivas, dentro da visão liberal da economia, realizam um verdadeiro desmantelamento do seu parque industrial. A privatização de empresas públicas dos países em desenvolvimento proporciona excelentes negócios para os novos proprietários e transfere o controle da economia nacional para o setor privado, nacional ou estrangeiro. Isso significa uma liquidação, imprudente, do setor produtivo de que dispõem essas nações, que termina por inviabilizar o próprio desenvolvimento, que trará sérias conseqüências para a soberania. Em muitos casos, a incoerência prevalece. Empresas estatais estratégicas são transferidas a uma empresa estatal estrangeira, em detrimento do próprio capital, administração, autonomia e desenvolvimento nacional.

As nações em processo de desenvolvimento são massacradas quando em nome da modernidade, ingressam no processo dito competitivo, no campo de batalha da concorrência global aberta, qualquer que seja a ideologia que legitime sua motivação (Kurz, 1997).

Quem sabe podemos dizer que a Globalização tem alcançado os objetivos que os estadunidenses não conseguiram durante quase meio século de pressões, constrangimentos e intervenções, armadas ou não. As economias em desenvolvimento não resistem. As nações em desenvolvimento são quase que intimadas a participarem do processo de livre competição, justamente para que através desta suas economias entrem em crise e em seguida

em colapso. A Globalização econômica, além de desmontar o parque industrial produtivo, asfixia as economias nacionais, alerta que onde as estruturas de regulamentação estatal são rompidas, a estrutura de lealdade para com a nação também é rompida (Kurz, 1997).

A Globalização econômica, considerando o desencadeamento do mercado e a perda de poder do Estado nacional é, para as nações ainda não desenvolvidas, uma realidade, à qual não podem fugir. Para os Estados Unidos, esse é um processo que sua política e sua estratégia implantaram e que é de seu agrado.

Não existindo uma estrutura estatal de regulamentação nem uma estrutura de lealdade, fica difícil governar, surgem crises internas e os conflitos começam a instalar-se. O quadro possibilita o surgimento de convulsão social e, mais tarde, lutas separatistas formam o quadro seguinte. Poucos são os indivíduos, e mesmo autoridades da administração do Estado, que percebem a gravidade da situação. O discurso da modernidade entorpece-lhes os olhos.

Para Shumpeter a “competição perfeita” raramente existiu na política. Por tal razão, não havia motivos que levassem a considerar a competição como um paradigma de eficiência na promoção do crescimento econômico. As práticas competitivas fazem parte de um processo de destruição (Arrighi, 1996).

A competição deve ser substituída pela cooperação. As empresas nacionais devem cooperar entre si. O Estado deve promover ou incentivar a cooperação, de modo a poder crescer, fortalecer-se e, a partir daí, quando em condições de igualdade com as grandes corporações transnacionais, competir.

Quanto a esse tema, usando a expressão “concorrência”, é bastante ilustrativa a indignação e a nostalgia de Sismondi. Ainda que Sismondi tenha se manifestado, não contra os males do capitalismo, mas contra o capitalismo, no sentido de reação ao progresso, sua manifestação é bastante ilustrativa quando assim se expressa (Jouvenel, 1978): *“A escola crematística mostra-se deslumbrada diante das fábricas de tonéis do Loire, que tornam inúteis os toneleiros; diante das empresas de navegação a vapor, de diligências, de ônibus, de estradas de ferro que, contando com*

capitais imensos, substituem a indústria mesquinha dos barqueiros, dos carreteiros, dos carroceiros independentes. Cada um destes possui um pequeno capital, é mestre; pelo contrário, todo o trabalho das grandes empresas é feito por pessoas assalariadas, por proletários ... Será que nunca se há de perceber que em nome da riqueza e da economia, o homem é empurrado de um lado para outro, que se prova a cada profissão em particular que ela já não é necessária, e que não haverá necessidade de mudar o tom da linguagem para persuadir as nações de que por motivo de economia elas deveriam deixar de existir? [...] Não há dúvida de que, sob o ponto de vista da criação da riqueza e segundo as regras da crematística, esse sistema é mau; representa um obstáculo à abundância, ao aperfeiçoamento e ao barateamento dos produtos. Mas será que, quanto às pessoas, foram calculados todos os efeitos de sua destruição? Ele representava uma poderosa força de retenção dos camponeses, sempre empenhados em dirigir-se às cidades, mesmo perdendo a saúde, a independência e a felicidade; constituía um obstáculo quase insuperável ao crescimento desmesurado da população industrial, já que o número dos mestres era limitado, e nenhum trabalhador casava antes de se tornar mestre; mantinha a igualdade entre os mestres, assegurando a cada um deles a independência e a mediocridade, em vez de permitir que um deles reunisse em sua oficina centenas de operários e engolisse a indústria dos outros; assegurava a qualquer pessoa que entrasse na carreira industrial uma subsistência suficiente desde o momento em que começasse a trabalhar, em progresso lento mas seguro em direção à abastança, uma condição segura para si mesmo e para a família quando chegasse à idade madura". ("Études sur L'économie Politique, Paris, 1837").

Porém, a posição mais marcante contra a degradação moral que reina no ambiente da competição é a de Thomas Carlylle (Jouvenel, 1978), quando define competição como a atividade em que cada um por si e que o diabo carregue os que ficam para trás!

A competição sadia só é possível entre iguais. Não é possível haver competição entre uma gigantesca corporação transnacional

e uma empresa nacional de médio porte. O domínio tecnológico dos processos de produção ou uma inovação tecnológica definem os vencedores da competição. A tecnologia define quem monopoliza o mercado.

Shumpeter procurou demonstrar, teoricamente, o crescimento econômico através da incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo. A oferta de novos produtos ou a introdução de processos mais eficazes provocam alteração no mercado. Esse fato é responsável pela monopolização, mesmo que temporária, do mercado de certo produto.

Considerando que as nações mais desenvolvidas possuem melhores condições de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como as restrições (tecnológicas, comerciais, ecológicas, políticas e outras) que essas nações impõem às menos favorecidas, a competição sadia e ética torna-se impossível. Os mercados passam a tender cada vez mais, como consequência da competição imperfeita (Guimarães, 1993), para favorecer aos detentores de grande capital e tecnologia. Dessa forma, a falsa competição, que se transforma em monopolização, ainda que aparentemente “legitimada” pela teórica “competição”, passa a reger o mercado mundial. Essa competição falsamente legitimada e imperfeita passa a prevalecer quanto mais as nações detentoras de poder restringem a difusão de conhecimentos de novas tecnologias, principalmente através de organismos internacionais, formais ou informais, de controle.

“A economia do lucro é uma metafísica do ter”, afirma Leão (Leão, 1988). O individualismo e a competição desregrada a que os homens estão sendo submetidos os leva a procurar a ter cada vez mais. Acumular é o objetivo. Ter dinheiro, ter prestígio, ter poder, ter carro, ter imóveis, ter ações, ter terras, enfim ter tudo o que for possível. É a escravização imperceptível, aceitável e mesmo procurada pelo próprio homem.

Nesse mundo, uma economia fundamentada, não sobre as necessidades do homem, do seu desenvolvimento, do seu bem-estar, mas sobre a vida em todo o seu espectro, e principalmente em função do poder, não sobrevive. O mundo onde a técnica é importante instrumento de poder, quem perde sempre é o próprio

homem, que termina por desumanizar-se, por tornar-se pouco a pouco um tanto selvagem.

O que não deve jamais ser esquecido é que o progresso é fundamental ao desenvolvimento e bem-estar do homem. Entretanto, o progresso não deve ser entendido de modo exclusivamente econômico, mas num sentido integralmente humano. Não se trata apenas de elevar todos os povos ao nível que hoje usufruem apenas os países mais ricos e industrializados, mas de construir no trabalho solidário numa vida mais digna, fazer crescer efetivamente a dignidade e a criatividade de cada pessoa, a sua capacidade de corresponder à própria vocação.

Em função do atual conceito de desenvolvimento, o homem foi obrigado a suportar uma concepção da realidade imposta pelos detentores do poder e não através do esforço da própria razão. É necessário reconhecer os direitos da consciência humana, vinculada à verdade. Isto porque é feita excessiva valorização dos valores puramente utilitários e das tendências ao prazer imediato, o que torna difícil o reconhecimento e o respeito da hierarquia dos verdadeiros valores da existência humana. Aqueles que são imprescindíveis à boa convivência entre pessoas e nações.

O que jamais deve ser esquecido é que as modalidades de contato no relacionamento entre os homens, assim como entre as nações, são três: cooperação, competição e conflito, assim definidas.

Cooperação – Quando dois ou mais homens ou nações se unem em busca dos mesmos objetivos;

Competição – Quando dois ou mais homens ou nações buscam os mesmos objetivos, preservando nessa busca algumas regras acordadas;

Conflito – Quando dois ou mais homens ou nações buscam os mesmos objetivos, não se prendendo a nenhuma regra previamente acordada.

O que faz a mediação entre as formas de contato é a estratégia. Esta é a questão fundamental, pois aqui cabe perguntar: quem define a estratégia? Certamente não é uma nação sem significativo poder nacional. Podemos concluir que: as nações mais poderosas sempre definirão a estratégia, logo determinarão

a forma de relacionamento que lhes seja mais favorável, ou seja, a competição, que na verdade esconde o conflito, pois não há regras acordadas por ambas as partes.

Em nome da competitividade, da competição, da modernidade, da produtividade, da Globalização, de uma nova era, de uma atividade incessante, a servidão termina por transformar-se em uma nova e efêmera liberdade e a liberdade acaba em servidão, quem sabe, perpétua. Ainda que o sonho esperado da modernidade seja, dentre outros, a emancipação social, a autodeterminação do homem, maior autonomia, o que acontece é a asfixia do homem. Isso, de fato, é a aceitação voluntária ou induzida de um sofrimento, do fim da esperança e da impossibilidade da felicidade, o fim do homem, do ser humano.

A competição, tal como ocorre neste final de século, em nome da modernidade, da competência, enfim, no atendimento a um dos princípios ou pressupostos da Globalização, termina por converter-se numa competição totalitária, tendo como objetivo o poder, a riqueza, o domínio sobre as crenças dos homens, mas, como diz Bertrand Russell, acima de tudo, a própria vida, que pode levar por consequência a definição sobre o futuro das nações em desenvolvimento.

Globalização ou Regionalização?

“Um país é possuído e dominado pelo capital que nele se achar empregado. À proporção que o capital estrangeiro afluir e tomar ascendência, também a influência estrangeira assume e toma consciência.”

Woodrow Wilson

Quando em pleno processo de Globalização vemos surgir acordos econômicos e políticos regionais, uma questão fundamental se faz presente. Qual a tendência da economia mundial? A economia se constituirá num sistema global ou regional?

Uma questão fundamental, quando se estuda a natureza e a estrutura da chamada Nova Ordem Mundial, é se ela tende ou se apresenta para a forma globalizada ou regionalizada.

As transformações estão acontecendo a um ritmo impressionante e de maneiras contraditórias. A economia é um ótimo exemplo. Enquanto está ocorrendo um processo de integração e de Globalização econômica, o sistema político e econômico mundial toma nova forma.

O processo de integração das economias nacionais numa economia global e transnacional planetária ocorre rapidamente nas áreas de finanças, comércio e produção. Sendo que, nesta, ainda em menor intensidade. Os mercados de bens e serviços nacionais estão sendo substituídos por um amplo mercado mundial. Os mercados financeiros nacionais já compõem o sistema global. Constata-se que nesse processo estão sendo instaladas nas nações em desenvolvimento poderosas empresas transnacionais com o conseqüente o fechamento de empresas nacionais, especialmente aquelas que atuam em setores de tecnologia sofisticada ou que atuam em áreas estratégicas fundamentais ao desenvolvimento. A empresa transnacional passa a ter, com exclusividade, o poder decisório quanto à alocação de capital de investimento e quanto à localização da produção em grande parte do mundo. A esse respeito, François Mitterrand, em março de 1995, afirmou: “Um mundo dominado pelas leis do mercado é um mundo destinado ao desastre”.

A União Européia caminha, ainda que com dificuldades, em seu processo de unificação. A economia mundial, cujo centro era o Atlântico Norte, transformou-se numa economia global, onde economias dinâmicas de outras regiões do mundo passaram a se tornar fontes independentes e autogeradoras de crescimento econômico e de inovações tecnológicas.

Durante o processo de Globalização e integração transnacional, as alianças entre Estados e empresas se expandem. O protecionismo econômico é uma constante entre as nações ricas e mais industrializadas. As economias mais sólidas, mais avançadas, estabelecem meios de proteção ao mesmo tempo em que usam de todos os tipos e formas de pressão e constrangimentos para que as nações em desenvolvimento não utilizem nenhum mecanismo de proteção.

A Globalização e a Regionalização andam juntas no rumo da liberalização global dos mercados.

A Globalização econômica assim como o regionalismo econômico se fazem acontecer simultaneamente. Esses dois acontecimentos se complementam e regem um ao outro (Gilpin, 1993). A regionalização é a primeira etapa do processo globalizante. Não é rápida. Deverá ter longa duração, com inúmeros conflitos políticos e econômicos, até que se complete o processo de Globalização, se é que será possível. Estamos falando do mundo ocidental. Como se comportarão a Federação Russa, as novas repúblicas ou a China? O Brasil, com sua desesperada luta para romper as barreiras que inibem seu pleno desenvolvimento, como estará daqui a alguns anos?

A regionalização propicia condições para a continuação do processo liberalizante, enquanto a motivação comercial seja liberal e a competição o parâmetro maior das empresas. As iniciativas regionais têm procurado estruturar-se de modo a se tornarem compatíveis com o processo de Globalização. Isso é básico para que os Estados membros dos organismos regionais possam convergir para um mercado global. Como resultado, podemos entender que os pólos de crescimento regional são fontes partícipes do crescimento global.

Como as iniciativas regionais caracterizam-se pelo crescimento liderado pelas exportações, urge questionar como fica o mercado interno, valioso patrimônio nacional.

Evidencia-se um crescente regionalismo nos fluxos comerciais e no investimento, mas não é comprovada a inexistência de conflitos entre blocos, ainda que isso possa vir a acontecer em termos econômicos. O estímulo provocado por fluxos de investimento e de tecnologia gerou um atrito entre a tríade. A competição e a luta pelo domínio de tecnologias sofisticadas envolve a disputa entre empresas transnacionais e, também a disputa entre os diferentes sistemas de mercado que influenciam a capacidade competitiva das empresas. Envolve, acima de tudo, o aumento de poder e riqueza dessas nações.

O NAFTA ("North American Free Trade Agreement") é a agregação do Canadá e México em torno dos EUA, e formam um espaço de comércio para ser construído em quinze anos. O NAFTA não estabeleceu a unificação alfandegária, a coordenação

de políticas macroeconômicas ou a constituição de entidades comunitárias. Ele apenas estabelece regras para liberação comercial, normatiza gestões como investimento, serviços, propriedade intelectual e funcionamento do mercado de trabalho. Os Estados Unidos são responsáveis por 87% do produto global do bloco, estimado em 7,3 trilhões de dólares, em 1993, e por 68% da população.

A União Européia aglutina as nações da Europa Ocidental em torno da Alemanha. Constitui-se no mais ambicioso projeto de integração do mundo e estabelece que, além da livre movimentação de bens, serviços, capital e trabalho, propõe dar aos Estados-membros uma harmonização em suas políticas macroeconômicas setoriais e adoção de uma moeda comum até o final do século XX. A União Européia propõe a restrição do exercício da soberania dos Estados membros, em prol de instituições comunitárias, sendo a principal delas a Comissão Européia – órgão executivo supranacional.

A União Européia foi responsável por um produto global de 6,7 trilhões de dólares e uma população de 364 milhões de pessoas, em 1993. Neste ano, a Alemanha foi responsável por 27% do produto total do bloco.

O Complexo Asiático não se constitui de uma área de comércio integrada juridicamente, mas sim de um conjunto de economias nacionais articuladas por visões geopolíticas comuns e interesses comerciais compatibilizados. O carro-chefe deste bloco econômico é a economia japonesa; entretanto, pelas dimensões do seu mercado e pelos recursos disponíveis, a economia chinesa cada vez se faz mais presente. Em torno dessas duas economias gravitam, praticando graus diferentes de autonomia, as economias ascendentes da Coreia, Taiwan, Filipinas, Indonésia, Tailândia e outras mais do Sudeste Asiático. Mantidas as taxas de crescimento atuais, nos próximos dez anos, o complexo asiático poderá assumir a posição de prevalência sobre os demais blocos.

A formação de blocos regionais deverá se acentuar e firmar-se durante o processo de Globalização. Os Estados nacionais não desaparecerão com a Globalização, nem as contradições entre as nações se atenuarão. Entretanto, se constituirá, como recurso

crescente de consenso, no mundo de amanhã, para ter como condição de sobrevivência, o “megaestado”, composto da união de países de uma região.

Acordos regionais no mesmo sentido da integração europeia estão surgindo. A economia mundial globalizada passa a ser polarizada em três blocos, cada um com suas próprias características: a América, liderada pelos Estados Unidos; a Europa, pela Alemanha; e o Leste Asiático, pelo Japão. A Globalização que se faz em termos de regionalização é polarizada. O ciclo histórico geopolítico parece confirmar-se mais uma vez.

É bastante óbvio que o processo de Globalização deverá, e já podemos constatar em algumas nações, provocar graves problemas, de toda ordem, para as nações em desenvolvimento. Com a economia mundial globalizada e polarizada em três blocos regionais, dificilmente as nações em desenvolvimento deixarão de ser atraídas por um dos três pólos de influência política e econômica. A integração de nações do Oriente, do leste Europeu, norte da África, América do Sul e Central, com os blocos liderados pelo Japão, Alemanha e Estados Unidos, respectivamente, poderá levar a uma “nova ordem colonial”.

A respeito da polarização, (particularmente nos atuais três grandes blocos) Gonçalves nos diz que: *“refere-se à criação de um sistema econômico hierarquizado, de tal forma que existem uns poucos Estados-Nação que estruturam e dominam o conjunto de relações econômicas entre países. A existência de relações polarizadas significa, de fato, um sistema caracterizado pela assimetria em escala mundial. Isto é, existem ‘primus inter pares’ no cenário internacional que possuem ou se apropriam de recursos que são determinantes fundamentais para o crescimento da economia mundial. O movimento de polarização envolve um aumento do já elevado grau de concentração de renda e da riqueza entre países”* (Gonçalves, 1994).

Num sistema mundial globalizado, onde prevaleçam os fatores econômicos, as nações em desenvolvimento contam com muito pouca ou nenhuma, em alguns casos, fontes de poder. As nações centrais detêm quase que um monopólio dessas fontes de poder. Os instrumentos de política econômica são constituídos

do controle sobre o capital de investimento, tecnologia e acesso aos mercados. Os recursos naturais, principalmente o petróleo, ambos tão necessários às nações mais industrializadas, podem transformar-se em fonte de poder relativo.

Enquanto a Globalização se polariza em três megablocos regionais, surge a subpolarização, ou seja, a formação de blocos regionais de menor porte. Esse é o caso do MERCOSUL, um acordo entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que objetiva a criação de uma zona de livre comércio entre essas nações. A formação desses blocos é favorecida pelo crescimento do comércio intrapólos e intra-subpólos. O comércio intrapólos (três pólos) cresceu entre 1980 e 1989 de 37,6% para 44,4%. No MERCOSUL, o PIB do Brasil é três vezes maior que a soma dos PIB de seus demais parceiros.

Além dos três atuais blocos regionais, vislumbra-se a formação do bloco formado pelas nações do Oceano Índico. O bloco regional do Índico começa a ser esboçado. Dele é esperado que façam parte 34 nações da região. Começou a tomar forma com a conferência de março de 1995, na ilha Maurício, e recebeu o nome de “Indian Ocean Rim Initiative International Meeting of Experts”. Em junho de 1995, a cidade de Perth, Austrália, sediou a reunião, já com 23 nações, compondo o “International Forum on Indian Ocean Region”. Nova reunião foi realizada em dezembro de 1995, em Nova Delhi, Índia, recebendo o nome de “The First Regional Conference of Indian Ocean Research Network”. Essas reuniões objetivaram a composição do bloco regional a ser formado no Oceano Índico, o quarto bloco.

Os blocos regionais são, de fato, um esforço realizado pelas nações que os compõem para minimizar os efeitos negativos do processo de Globalização. Esses blocos possibilitam um comércio entre as nações da mesma região, maior condição de negociação com outros blocos e mesmo uma postura política de maior peso específico.

Os blocos são o início do que podemos classificar como megaestado. No processo de Globalização em curso, na crise que o mundo atravessa, creio que apenas os megaestados terão alguma condição de sobreviver, sem graves problemas, à profunda crise desse final de século XX.

O panorama que começa a se formar nos mostra um mundo regionalizado e de fragmentação limitada. Fragmentadas aquelas nações, que não estiverem compondo um bloco, para elas, a sobrevivência será difícil, no mundo que se aproxima.

Importante a observação de V. Forrester: *“Afinal, diriam alguns, nesse contexto de mundialização, de deslocamento, de desregulamentação, por que alguns países continuariam a ser privilegiados: a moda não é a equidade?”* (Forrester, 1997).

A economia globalizada, longe de possibilitar aos menos favorecidos sair dessa situação e caminhar rumo à prosperidade, como todos acreditavam ser, leva a que mesmo sociedades em processo de expansão regridam à condição primária. Nesse processo, constata-se a apropriação.

A indiferença é permanente. Ela permite todos os desvios, por mais sórdidos que possam ser. Nosso tempo é a única testemunha. É a indiferença que tem permitido a instalação de um poder absoluto, universal, que controla e dirige o destino de todas as nações, de todas as sociedades.

O sistema econômico globalizado tem propiciado o surgimento de populações anestesiadas, muitas em estado de pânico, ausência de trabalho, governos submetidos a uma toda poderosa economia privada, sem compromisso com a nação. Qual o destino da grande maioria da população mundial? Qual a perspectiva de vida e de futuro, para a juventude?

A concorrência, a competição, na maioria das vezes, é apenas um discurso. Um discurso que objetiva dividir para monopolizar. As redes mundiais de empresas transnacionais são por demais imbricadas, entrecruzadas e ligadas entre si para que tenham condições de se impor e conquistar todos os mercados.

Neste final de século XX, tem sido comum aceitar-se o poder econômico como inexorável, sem qualquer análise. Isso conduziu o mundo, ou melhor, os menos avisados a uma ênfase excessiva quanto à dimensão econômica da Globalização, principalmente na interpretação causal da história. Neste ponto julgo importante lembrar que a dimensão econômica, ou melhor, o poder econômico não é primário, mas derivativo. Numa unidade política, depende das leis. No concerto das nações, depende de

leis no que diz respeito às questões menores. Entretanto, nas questões maiores, nas questões que envolvem interesses vitais das nações envolvidas, depende do poder militar de cada uma dessas nações, podendo em alguns casos chegar ao conflito armado.

No mundo atual constatamos um novo fenômeno. A expressão econômica, a expressão militar e a ciência e tecnologia nunca estiveram tão fortemente vinculadas. Nenhuma nação consegue desenvolver-se, sem que a expressão militar de seu poder nacional aumente seu poder real. É através do poder militar que as nações aumentam suas possibilidades de melhor atender suas necessidades vitais.

Referências:

AGUIAR, Pinto. 1960. *A Abertura dos Portos do Brasil*. Livraria Progresso Editora. Salvador.

AZEVEDO, Carlos & ZAGO Jr, Guerino. 1989. *Do Tear ao Computador*. Ed. Política. Rio de Janeiro.

ARRIGHI Giovanni. 1996. *O Longo Século XX*. Ed. UNESP - Contraponto. Rio de Janeiro.

BARNET, Richard J. & MÜLLER, Ronald. 1974. *Poder Global*. Ed. Record. Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto. 1990. *Liberalismo e Democracia*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

BENEVIDES, Fernando Corrêa de Sá e./A 1994. *Liberalismo ou Sistema Nacional de Economia*. Mimeo. Rio de Janeiro.

BENEVIDES, Fernando Corrêa de Sá e./B. 1994. *A Crise do Capitalismo e o Falso Problema do Estado Nacional*. Mimeo. Rio de Janeiro.

- CHILDERS, Erskine. 1997. "The United Nations and Global Intitutions: Discourse and Reality" in *Global Governance*, volume 3, number 3, Sep.-Dec. 1997. Lianne Rienner Publishers. Boulder, CO. USA.
- CHOMLDI, Noam. 1996. *Novas e velhas ordens mundiais*. Ed Scritta. São Paulo.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. 1995. *O colonialismo Global e a Democracia*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. 1941. *Atentados contra o Brasil*. Gráfica Labor. Rio de Janeiro.
- EVANS, Peter. 1980. *A Tríplice Aliança*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- FERRO, Marc. 1996. *A História das Colonizações. Das conquistas às independências. Séculos XVIII a XX*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo.
- FRANK, André Gunder. 1980. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*. Ed. Brasiliense. São Paulo.
- FORRESTER, Viviane. 1997. *O Horror Econômico*. Editora UNESP. São Paulo.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Março de 1993. "Inovação Tecnológica e Poder" in *Política Externa* Vol 1. N°4.
- GILPIN, Robert. 1993. "A Nova_Ordem Política e Econômica Mundial" in *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Reinaldo. 1994. *Transformações Globais, Empresas Transnacionais e Competitividade Internacional do Brasil*. Nº 320. Instituto de Economia Industrial – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JOUVENEL, Bertrand de. 1978. *As Origens do Estado Moderno*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro.

KURZ, Robert. 1997. *Os Últimos Combates*. 2ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. 1988. "ATécnica e o Mundo no Pensamento da Terra", *Revista Filosófica Brasileira*. N° 2, Vol IV. Outubro de 1988. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

LOCKE, John. 1973. *Segundo Tratado sobre o Governo* in Coleção os Pensadores. Vol. XVIII. Ed. Abril. São Paulo.

MAGALHÃES, João Paulo de. 1996. *Causas da Inviabilização Econômica da América Portuguesa*. Ed. Paz e Terra. São Paulo.

MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. 1995. *Terra-Pátria*. Editora Sulina. Porto Alegre.

_____. 1996. *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

PAULO II, João. 1991. *Carta Encíclica Centesimus Annus*. Edições. Loyola. São Paulo.

POLANYI, Karl. 1988. *A Grande Transformação*. Ed. Campus. Rio de Janeiro.

SKLAIR, Leslie. 1995 *Sociologia do Sistema Global*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro.

SOBRINHO, Barbosa Lima. 1995. *Desde Quando somos Nacionalistas?* Ed. Vozes. Petrópolis.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1986. *As Razões da Independência*. Ed. DIFEL. São Paulo. São Paulo.

VIDAL, José Walter Bautista. 1997. *A Reconquista do Brasil*. Ed. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro.

O Tratamento Diferenciado e Especial no Comércio Internacional

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular, Economia Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ex-economista da Organização das Nações Unidas, Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra. rgoncalves@alternex.com.br.

Os arranjos comerciais propostos pelos países desenvolvidos têm seus conjuntos de critérios para conferir tratamento especial e diferenciado (TED) aos países em desenvolvimento. O TED é um instrumento de política externa dos países desenvolvidos que usam critérios flexíveis para avançar em seus interesses econômicos e políticos. Isto fica particularmente evidente no caso dos arranjos unilaterais. Em relação aos arranjos bilaterais, plurilaterais e multilaterais, as rodadas mais recentes de negociações no comércio internacional têm colocado uma maior ênfase na reciprocidade. No sistema multilateral, vale notar a existência do princípio e prática de graduação, bem como a falta de acordo sobre critérios para a graduação. O número crescente de acordos comerciais regionais e preferenciais pode ser visto como indicação de um fortalecimento significativo da reciprocidade em bases bilaterais e plurilaterais. A percepção é de que o TED para os países em desenvolvimento não apresentou um progresso significativo através de mecanismos unilaterais (principalmente o Sistema Generalizado de Preferências SGP) e multilaterais (acordos da Organização Mundial de comércio). A evidência sugere que o TED avançou mais no que tange a acessos bilaterais e plurilaterais relacionados a áreas de livre comércio. O problema básico com esses arranjos é que envolvem exigências de desempenho ou reciprocidade. Em relação a esta questão, o TED para os países em desenvolvimento, em suas relações comerciais (acesso à mercado), pode ser parte da política econômica externa (e.g. proteção aos direitos intelectuais,

proteção ao investimento e política de aquisição) dos países desenvolvidos.

Para o sistema de comércio mundial existe um tratamento especial e diferenciado (TED) sempre que os signatários de tratados de comércio intergovernamentais concordam em garantir mais vantagens do que aquelas aplicadas aos países não signatários. Tratados comerciais implicam discriminação. Discriminação, seja ela positiva ou negativa, sempre fez parte das relações internacionais. A discriminação é um instrumento da política externa. Além disso, para os países beneficiados pela discriminação positiva, pode ser um instrumento para o desenvolvimento. A importância da discriminação é evidente. Não é por outra razão que o Princípio de Nação Mais Favorecida (MFN) – não discriminação – é uma cláusula básica dos acordos comerciais.

Para ilustrar com alguns exemplos históricos, vale lembrar o tratado comercial assinado pela França e pelo Reino Unido em 1860 (O Tratado Cobben – Chevalier). O governo francês viu o tratado como instrumento para a abertura da economia francesa. Além dos interesses econômicos por trás da nova política de livre comércio, Napoleão III tinha objetivos políticos (Bairoch, 1999, p. 401). Sob hegemonia da Prússia, o Zollverein de 1833 estabeleceu a união de dezoito estados e foi a base para a unificação da Alemanha (Kenswood e Lougheed, 1971, pp. 76-77).

Também é importante mencionar o tratamento preferencial recebido pelo Reino Unido quando a Corte Portuguesa se mudou para o Brasil fugindo do exército de Napoleão I. O tratado bilateral de 1810 estabeleceu que as mercadorias britânicas tivessem um adicional tarifário de 15%, enquanto as mercadorias de todos os outros países (incluindo Portugal) tinham uma tarifa de 24% (Manchester, 1933, capítulo 4). Ao observar os exemplos históricos do séc. XX, vale destacar os acordos comerciais especiais entre as nações Européias e suas primeiras colônias (a primeira Convenção de Lomé foi assinada em 1975) (Mittaine e Pequerul, 1999, p.9).

O século XXI está repleto de exemplos de discriminação negativa e positiva na arena internacional. A discriminação negativa pode ter diferentes formatos como, por exemplo,

embargos e negativas a benefícios do MFN (Nação mais favorecida). Geralmente, a discriminação negativa é tomada em bases unilaterais. Um exemplo de discriminação negativa é o veto imposto pelo governo dos Estados Unidos sobre a participação de Cuba nas negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas.

Por outro lado, um exemplo de discriminação positiva foi a expansão da União Européia (UE) de 15 para 25 membros em 2004. As obrigações e os direitos destes membros incluem períodos de transição. Isto implica que a discriminação tem uma dimensão de tempo específico e questão específica.

A discriminação positiva envolve tratamento especial e diferenciado de acordo com abordagens diferentes: multilaterais, plurilaterais, bilaterais e unilaterais.

1. A abordagem multilateral

O TED multilateral é posto em prática sob a proteção do acordo de comércio multilateral (Organização de Comércio Mundial). As modalidades básicas de TED são: períodos maiores de transição, salvaguardas e isenção de regras.

No sistema de comércio multilateral, a discriminação positiva ou o tratamento especial e diferenciado podem assumir diferentes formas: acesso a mercado diferencial, salvaguardas, isenção de regras e mecanismos, e períodos de transição. No GATT de 1947, o TED foi introduzido através do Parágrafo 2 do Artigo 1 que trata do MFN (“o parágrafo 1 deste mesmo Artigo não deve requerer a eliminação de qualquer preferência”).

No anexo do GATT de 1947 há listas de acordos comerciais que envolveram o TED e, portanto, implicaram discriminações positivas. Durante as negociações da Rodada Kennedy lançada em 1964, o GATT foi expandido com a Parte IV (1965). Esta Parte lida com questões de desenvolvimento e comércio e menciona explicitamente o tema de tratamento especial e diferenciado. No artigo XXXVI há o reconhecimento das necessidades específicas dos países em desenvolvimento no que diz respeito a condições mais favoráveis de acesso a mercados e não-reciprocidade.

Em 1971 o Sistema Generalizado de Preferências (SGP) foi incorporado às regras do GATT. O SGP é um sistema unilateral de preferências generalizadas, não-recíprocas e não discriminatórias que beneficiam os países em desenvolvimento.

O tratamento especial e diferenciado foi mais claramente definido no final da rodada de Tokyo em 1979. A cláusula de Capacitação se refere a um tratamento mais favorável e diferenciado, reciprocidade e maior participação dos países em desenvolvimento. Esta cláusula reconhece o TED no caso das medidas tarifárias (no contexto do SGP), medidas não-tarifárias, acordos comerciais entre países em desenvolvimento, não reciprocidade e promoção do desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Levando em consideração este último ponto, vale notar que a noção de graduação está clara no Artigo 7.

A Declaração da Rodada do Uruguai de 1986 lançou a mais abrangente rodada de negociações comerciais e incluiu referências específicas ao TED. Com relação ao tratamento especial e diferenciado dado aos países em desenvolvimento, com a conclusão da Rodada do Uruguai em 1994, os acordos da Organização do Comércio Mundial fazem referência explícita ao TED. As questões são: comprometimento de maior esforço, assistência técnica, baixo nível de obrigação e dimensão de tempo mais extenso (períodos de transição para implementação de decisões). As últimas duas questões são as mais importantes.

No lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais em 2001 (Rodada Doha) houve referência explícita ao TED. “Reafirmamos que as providências para o tratamento especial e diferenciado são parte integrante dos acordos da OMC. Percebemos as preocupações concernentes às operações dirigidas às restrições específicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos”. (Declaração Ministerial de Doha, WT/NIN/01)/dec/120, parágrafo 44).

2. Outras abordagens: Plurilateral, bilateral e unilateral

O TED plurilateral é encontrado em acordos de integração econômica ou regional que vinculam mais de dois países. De modo

geral, os tratados intergovernamentais tomam a forma de acordos de comércio preferencial ou regional (Acordo Aduaneiro e Áreas de Livre comércio são o melhor exemplo). O número total de acordos de comércio regional e preferencial era de aproximadamente 300 até o final de 2006.

A diferenciação entre acordos unilaterais e bilaterais é relevante. Os acordos unilaterais garantem acesso preferencial não recíproco ao mercado de um dos países (ex. O Sistema Generalizado de Preferências, SGP). O SGP confere redução de tarifas não recíprocas abaixo dos índices MFN. O SGP da União Européia, por exemplo, está disponível a 179 países e territórios (OMC, WT/TPR/S/102, 2002, p. 25).

Acordos bilaterais ligam apenas dois países e envolvem reciprocidade ou condicionalidade explícita em relação à exigência de desempenho (normas trabalhistas, meio ambiente, combate à produção e tráfico de drogas, etc.).

Exemplo recente de arranjo bilateral é o Acordo de Livre Comércio entre os EUA e o Chile. Considerando a União Européia como uma entidade política e econômica pode-se também mencionar o acordo bilateral entre a UE e o México. Estes acordos de comércio (a formação de uma área de livre comércio), envolvem reciprocidade. Com respeito às concessões de comércio não-recíproco que envolvem condicionalidade sobre as bases de exigência de desempenho, pode-se citar o Ato de Promoção de Comércio Andino e de Erradicação das Drogas (ATPDEA) dos EUA. O ATPDEA envolve a suspensão ou redução de tarifas para alguns produtos de acordo com a observância de certos critérios. Colômbia, Peru e Bolívia são beneficiários deste acordo.

3. TED: UE, EUA e Japão

A União Européia (EU) usou vários nomes de acordos, mas a maior parte deles se refere a acordos aduaneiros ou áreas de livre comércio. Dado o alcance dos acordos, pode-se referir aos arranjos comerciais como acordos aduaneiros imperfeitos, áreas imperfeitas de livre comércio e acordos de associação imperfeitos.

Os acordos de comércio da UE envolvem países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há também acordos com as economias em transição, e acordos com os países menos desenvolvidos. Alguns acordos são concebidos para serem pontes para possíveis acessos à UE. Os acordos comerciais implicam tratamento especial e diferenciado, principalmente em relação ao comércio de bens. No entanto, alguns arranjos incluem serviços (ex. acordos com Área Econômica Européia, alguns países da Europa Central e o México).

A maior parte dos acordos da UE envolve a suspensão da Tarifa Aduaneira Comum para produtos não sensíveis, bem como a redução de tarifas para produtos sensíveis (que recebem maior proteção). Isto se aplica a acordos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.

Os arranjos unilaterais são baseados na não reciprocidade (exemplo: o SGP e o ACP – a parceria África, Caribe e Pacífico). O SGP da UE beneficia cento e setenta e nove países e territórios. Este acordo engloba um grupo de países muito heterogêneos (Afeganistão, Brasil, China e etc). O ACP se refere ao tratamento especial e diferenciado para as antigas colônias européias (Angola, Haiti, Zimbábwe etc).

A UE possui um arranjo especial em bases bilaterais, o “tudo menos armas” (EBA). O EBA tem um arranjo geral e arranjos especiais com condicionantes. Portanto, os países beneficiários têm que cumprir com exigências de desempenho relacionadas aos direitos do trabalho e do meio ambiente. Dentro da estrutura do EBA existem dois esquemas específicos que fornecem tratamento especial e diferenciador para os países engajados no combate à produção e ao tráfico de drogas.

Além disso, a UE dá TED em bases regionais. Há grupos de arranjos específicos para os países euro-mediterrâneos e dos Balkans Ocidentais. A este respeito, pode-se mencionar, também, os acordos de associação com determinados países e territórios de outros continentes (Aruba, Santa Helena e etc).

Com respeito aos países em desenvolvimento, deve-se chamar a atenção para os recentes acordos de livre comércio com México, África do Sul e Chile. Um acordo de livre comércio com os

países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) está em negociação.

Os acordos comerciais dos Estados Unidos também englobam iniciativas unilaterais, bilaterais e plurilaterais. O SGP dos EUA inclui cento e quarenta e quatro países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Os EUA têm quatro arranjos unilaterais específicos. Três deles envolvem países na área de influência dos EUA, tais como América Central e América do Sul. Estes arranjos são o Ato de Recuperação Econômica da Bacia do Caribe (CBERA), que é uma versão maior da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI). O Ato de Parceria Comercial da Bacia do Caribe (CBTPA), e o Ato de Preferência Comercial Andina (ATPA). Em 2000, o governo americano decretou o Ato de Oportunidade e de Crescimento Africano (AGOA). Este acordo beneficia trinta e oito países da África subsaariana com a suspensão ou redução de tarifas para alguns produtos, bem como a isenção de tributos no acesso ao mercado americano.

Em bases bilaterais, os EUA têm treze arranjos com países em todo o mundo (Chile, na América do Sul, Cingapura na Ásia, Marrocos na África, Israel no Oriente Médio, etc). A falta de qualquer fator específico, que poderia ser associado com este grupo de países, indica que as iniciativas bilaterais não parecem seguir qualquer padrão claro. Os interesses econômicos e políticos em transformação dos EUA e seus parceiros comerciais são determinantes dos arranjos do TED.

Com relação aos arranjos plurilaterais, os EUA estão fortemente comprometidos com o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio com o Canadá e o México. Há determinantes óbvios do NAFTA nas dimensões econômica, política e geográfica. Além disso, os EUA estão envolvidos em negociações de acordos de livre comércio com países menos desenvolvidos e em desenvolvimento da América Central, América do Sul, África e Oriente Médio. Para ilustrar, a Área de Livre Comércio das Américas (FTAA) está em negociação e inclui trinta e quatro países independentes das Américas.

Em contraste, o Japão não é membro de nenhum acordo aduaneiro, áreas de livre comércio ou outros acordos regionais.

Em bases plurilaterais, o Japão é um membro da Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). O alcance da APEC é um tanto limitado (reduções voluntárias de tarifa em nove setores selecionados).

Com relação aos acordos bilaterais, o Japão tem um arranjo especial com os EUA: o Japão – EUA, Arranjo para uma Nova Parceria Econômica. Este acordo geral é uma cobertura para um grupo de arranjos específicos que englobam várias questões, tais como a suspensão ou redução de tarifas e a extinção de cotas de importação para alguns produtos, política de aquisição e desregulamentação do setor de seguros.

Mais recentemente, houve o acordo entre o Japão e Cingapura para uma Nova Era de Parceria Econômica, assinado em 2002 (OMC, WT/REG140/4, 2004). Este é um acordo econômico abrangente que inclui a liberalização de bens e serviços, bem como providências em relação à movimentação de pessoas naturais, propriedade intelectual e proteção ao investimento.

O acordo unilateral do Japão é o SGP que envolve cento e sessenta e dois países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. O Japão possui um grupo de critérios que incluem e excluem (graduação) países neste esquema. Deve-se notar que mais de 80% (oitenta por cento) das importações japonesas sob o SGP são provenientes de sete países da Ásia Ocidental (China, Taipei, Coréia do Sul, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas) (ibid, quadro II.3, p.31).

4. Conclusão

As motivações dos países desenvolvidos para conferir tratamento especial e diferenciado são muito heterogêneas e estão além das questões econômicas. A União Européia parece mostrar “preferência revelada” para arranjos com países na Europa. A UE tem, também, uma rede de arranjos que envolvem países e territórios dependentes e independentes com ligações coloniais anteriores. No entanto, dada a influência recíproca de interesses, a UE também está engajada em arranjos de negociações de livre comércio com vários países em desenvolvimento, em todo o mundo.

Os EUA estenderam suas iniciativas comerciais além de suas áreas naturais de influência (as Américas). A este respeito, é interessante notar as iniciativas e acordos recentes em negociação na África. Além disso, os EUA têm iniciativas unilaterais, bilaterais e plurilaterais, que envolvem TED para países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos. Um acordo bem mais ambicioso sob negociação é o da Área de Livre Comércio das Américas (FTAA), com trinta e três países. Contudo, de acordo com as propostas dos EUA este acordo parece ter um largo alcance (de investimento, intelectual, de propriedade, de serviços, de política de aquisição, etc.) e, desta forma, implica reciprocidade em larga escala.

O Japão, por sua vez, não é membro de nenhum arranjo plurilateral (acordos aduaneiros ou áreas de livre comércio), com exceção do esquema APEC, que é um tanto frouxo quando se consideram os compromissos efetivos. Outrossim, dadas as fortes relações comerciais entre o Japão e os EUA, o primeiro concede tratamento especial e diferenciado a produtos e firmas do segundo. Além disso, o SGP japonês está mais concentrado nos países da Ásia Oriental.

No que se refere ao TED, questão de grande relevância é o fato de que o grupo de países em desenvolvimento é muito heterogêneo. A este respeito, é arbitrário identificar grupos de países de acordo com alguns parâmetros, os quais poderiam ser usados em exercícios de classificação. A identificação de traços comuns e específicos corre o risco de simplificação exagerada, mesmo quando os grupos são definidos nas bases de um conjunto de variáveis ou critérios (por exemplo, nível de renda, vulnerabilidades, tamanho, etc).

O índice de renda per capita é geralmente usado para definir grupos de países. Por exemplo, as Nações Unidas tem uma lista dos países menos desenvolvidos baseada no nível de renda per capita. A classificação do Banco Mundial é ainda mais arbitrária, por ter grupos de países de baixa, média e alta renda. O grupo de renda média é dividido, ainda, em média alta e baixa (Banco Mundial, 2003).

Tamanho também pode ser usado como critério para identificar grupos de países. Isto acontece pela importância da

economia de escala como determinante de vantagem comparativa (OMC, WT/COMTD/SE/W/5, 2002). Contudo, nenhum limite de tamanho pode ser definido em bases técnicas. Não existe acordo, por exemplo, sobre a variável ou variáveis que podem ser usadas como medidas de tamanho (população, área, PIB ou corrente de comércio). Neste sentido, a conclusão básica é que “não há unanimidade sobre as características mais relevantes das pequenas economias”. Além disso, a literatura empírica tende a “ser um pouco contraditória e inconclusiva em uma série de pontos importantes” (OMC, WT/COMTD/SE/W/4, 2002, p.13).

Este mesmo tipo de conclusão pode ser aplicado a países em desenvolvimento, com respeito à identificação de aspectos específicos que poderiam caracterizar estes países, para que recebam tratamento especial e diferenciado dos países desenvolvidos. Desta forma, fatores heterogêneos tendem a influenciar o TED no sistema de comércio mundial. Estes fatores são multidimensionais, na medida em que eles envolvem aspectos econômicos e não econômicos.

Os esquemas SGP (Sistema Geral de Preferências) dos países desenvolvidos são influenciados não somente pela graduação baseada em fatores econômicos (penetração de mercado), mas também por considerações políticas. Iniciativas unilaterais como o ACP (Parceria África, Caribe e Pacífico) da UE e o CBI (Iniciativa da Bacia do Caribe) dos EUA são baseadas em considerações que vão além das questões econômicas ou comerciais. O mesmo pode ser dito em relação ao arranjo sobre Drogas (a iniciativa “Tudo menos as Armas”, EBA) da União Européia e do Ato de Erradicação de Drogas e Promoção de Comércio Andino (ATPDEA) dos EUA.

É duvidoso que os países desenvolvidos queiram definir critérios claros para identificar grupos de beneficiários. Isto para não mencionar o fato que os países desenvolvidos não têm critérios para arranjos específicos.

O aspecto mais relevante é que cada arranjo comercial proposto pelos países desenvolvidos tende a ter seu próprio grupo de critérios para conceder acesso a mercado preferencial, ou qualquer outro tipo de benefício para produtos oriundos

de países em desenvolvimento. Quando alguém migra para o sistema multilateral, além da ausência de definições claras de grupos de países, é importante perceber, de um lado, a existência do princípio e da prática de graduação e, de outro lado, a falta de concordância sobre um critério de graduação.

É verdade que tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento traz oportunidades e contribui para o desenvolvimento destes países. No entanto, é provavelmente ainda mais verdadeiro que o TED seja um instrumento de política externa dos países desenvolvidos e, desta forma, estes países necessitam de critérios flexíveis para avançar em seus interesses políticos e econômicos. Isto fica particularmente evidente no caso dos arranjos unilaterais.

Considerando os arranjos bilaterais, plurilaterais e multilaterais, a competição crescente no mercado mundial tem trazido estratégias de *toma lá, dá cá*, que implicam reciprocidade. As rodadas mais recentes de negociações no comércio multilateral têm colocado maior ênfase na reciprocidade.

Além disso, o número crescente de acordos comerciais regionais e de tratamento preferencial podem ser vistos como indicação de um fortalecimento significativo da reciprocidade em bases bilaterais e plurilaterais.

Percebe-se que o TED para os países em desenvolvimento não teve um progresso significativo através de mecanismos unilaterais (principalmente o SGP) e multilaterais (acordos da OMC). A evidência sugere que o TED tenha avançado mais através de arranjos bilaterais e plurilaterais relacionados a (imperfeitas) áreas de livre comércio. O problema básico com estes arranjos é que eles envolvem exigências de desempenho ou de reciprocidade. Neste particular, o TED para países em desenvolvimento nas suas relações comerciais (exemplo, acesso a mercado) pode ser parte da política econômica externa (ex.: proteção ao direito intelectual, proteção ao investimento e política de aquisição) dos países desenvolvidos.

Em relação aos interesses diversificados dos países em desenvolvimento, é ainda mais difícil generalizar acerca das estratégias destes países no que tange o TED. Países em

desenvolvimento continuarão a definir suas estratégias de acordo com as mudanças históricas. Aqui, o alcance da generalização é também extremamente limitado. O melhor exemplo deste argumento é o processo recente de revitalização dos acordos de integração regional na América do Sul. Sem dúvida alguma, além da questão energética, há outras determinações econômicas e não-econômicas que influenciam este processo.

Referências

Bairoch, P., *Myths et Paradoxes de L'Histoire Économique*, Paris, La Découverte, 1999.

EU DG Trade (2004), «EC Regional Trade Agreements» [Online]. Available at: <http://europa.eu.int/comm/trade> [4 May 2004].

Gonçalves, R., *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier, 2005.

Hoekman, B. e Kostecki, M., *The Political Economy of the World Trading System. From GATT to WTO*, Oxford, Oxford University Press, 1995.

Kenwood, A. G. and Lougheed, A. L., *The Growth of the International Economy, 1820-1860*, London, George Allen & Unwin, 1971.

Manchester, A. K., *British Preeminence in Brazil*, The University of North Carolina Press, 1933.

Mittaine, J. -F. and Pequerul, F., *Les Unions Économiques Régionales*, Paris, Armand Colin, 1999.

World Bank, *World Development Indicators 2003*, Washington, The World Bank, 2003.

WTO, *Agreement between Japan and Singapore for a New-Age*

Economic Partnership, WT/REG140/5, 30 April 2004.

WTO, *Discussion Paper on Regional Trading Arrangements*, Negotiating Group on Rules, TN/RL/W/114, 6 June 2003.

WTO, *Doha WTO Ministerial Declaration*, WT/MIN(01)/dec/120, November 2001.

WTO, *European Communities - Conditions for the Granting of Tariff Preferences to Developing Countries. Report of the Appellate Body*, WT/DS246/AB/R, 7 April 2004.

WTO, *Overview of Developments in the International Trading Environment, Annual Report by the Director-General*, Trade Policy Review Body, WT/TPR/OV/8, 15 November 2002.

WTO, *Preferential Treatment for Least-Developed Countries*, WT/L/304, 17 June 1999.

WTO, *Small Economies: A Literature Review*, Committee on Trade and Development, WT/COMTD/SE/W/4, 23 July 2002.

WTO, *Trade and economic performance: The Role of Economic Size*, Committee on Trade and Development, WT/COMTD/SE/W/5, 23 October 2002.

WTO, *Trade Policy Review European Union. Report by the Government*, WT/TPR/G/102, 26 June 2002.

WTO, *Trade Policy Review European Union. Report by the Secretariat*, WT/TPR/S/102, 26 June 2002.

WTO, *Trade Policy Review Japan. Report by the Secretariat*, WT/TPR/S/76, 17 October 2000.

WTO, *Trade Policy Review United States. Report by the*

Government, WT/TPR/G/126, 17 December 2003.

WTO, *Trade Policy Review United States. Report by the Secretariat*, WT/TPR/S/126, 17 December 2003.

Sistema Financeiro Internacional: Novas Questões, Novos Atores, Novas Agendas

Luiz Alfredo Salomão,

Diretor da Escola de Políticas Públicas e Governo-IUPERJ Janeiro 2007-01-12

1. Introdução

Ninguém que pretenda formular políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico de um país, ou mesmo de uma região importante, pode ignorar o ambiente econômico externo representado pelas instituições internacionais. Fazê-lo e tentar promover um processo autárquico de desenvolvimento é não só correr sérios riscos de insucesso, provocados por choques externos imprevisíveis num modelo que desconsidere as variáveis exógenas, como também implica em impor custos sociais desnecessariamente elevados à população que se quer beneficiar.

O Sistema Financeiro Internacional (SFI) é uma instituição, ou seja um conjunto¹ de costumes, acordos, regras e padrões formais e informais criados ao longo do tempo para regular as transações financeiras entre os países, sejam elas contrapartidas do comércio internacional de bens e serviços, sejam ainda a materialização de movimentos de capitais (investimentos, empréstimos, pagamentos de juros ou amortizações etc.). Tal instituição é integrada por diversas entidades (empresas exportadoras e importadoras, prestadores de serviços ligados ao

1 O conceito de instituição aqui empregado é emprestado pelo Neo-Institucionalismo, ou seja, um conjunto de regras e acordos, formais (leis, decretos, regulamentos, etc.) ou informais (hábitos e costumes consagrados), que condicionam ou pautam o comportamento dos atores sociais. As instituições podem ser criadas pelo Estado (p/ex.: um banco central ou uma política pública para o câmbio), pelo Mercado (p/ex.: um bolsa de valores, ou as regras de compra e venda de ativos), ou pela própria Sociedade (fundos privados de previdência com suas regras de participação). Para maiores detalhes (North, Douglas – 1990)

comércio, investidores, empresas emissoras de títulos de dívida e valores, intermediários financeiros e outros prestadores de serviços ligados a investimentos, tesouros e bancos centrais nacionais e agências multilaterais), mas não é representado/comandado por nenhuma delas em particular.

É o respeito a esta instituição (SFI) — observância de normas de conversão entre moedas e padrões monetários, além de regras de relacionamento e sistemas de pagamentos entre instituições financeiras — que permite viabilizar, através da fidúcia, da confiança, as relações econômicas entre atores de diferentes países, propiciando ganhos com o comércio (o aproveitamento das vantagens comparativas provenientes da especialização de cada país), bem como os benefícios associados aos movimentos de capitais. Numa visão *humeana*, o SFI foi criado ao longo de muitas décadas com a finalidade de garantir estabilidade nas transações e viabilizar a complementaridade entre atores econômicos e autoridades monetárias dos diferentes países. Sem ele o comércio se reduziria ao escambo, às trocas simples entre dois atores cujos interesses recíprocos teriam de ser necessariamente compatíveis, e o extraordinário progresso comercial alcançado no passado recente (como o comércio pela Internet, por exemplo) seria impossível. Da mesma forma, sem o SFI a transferência de poupança de uma parte para a outra do mundo seria muito limitada (para uma abordagem didática deste tema vide Baumann, Canuto e Gonçalves - 2004) e dificilmente países em déficit conseguiriam fechar seus balanços de pagamentos e manter seu crédito externo.

Não obstante tudo isto, o SFI é uma instituição em permanente transformação, não só em função dos interesses dos atores envolvidos (grandes empresas transnacionais, governos dos países mais poderosos, grandes intermediários etc.), como também em decorrência da invenção de novos instrumentos monetários e financeiros, das novas exigências de segurança das transações e das inovações tecnológicas, sobretudo na área da telemática.

O que se pretende neste ensaio é mostrar que: 1) o SFI evoluiu muito nos séculos XIX, XX e continua no XXI, partindo

de uma arquitetura baseada no Padrão-Ouro, para uma nova configuração baseada na completa integração de mercados de títulos, valores, moedas e derivativos, que são operados em diversas praças do mundo durante as 24 horas do dia; 2) neste processo evolutivo surgiram novos atores, novas questões e novas agendas; 3) países que pretendam manter trajetórias sustentadas de desenvolvimento não podem negligenciar tais agendas, atores e questões sob pena de interpretar de forma equivocada o ambiente interno/externo e postular soluções em termos de políticas públicas descoladas da realidade, inócuas ou contraproducentes.

2. Transformações recentes no SFI

Baumann, Canuto e Gonçalves (op. cit. pág 367) narram de forma sucinta como surgiu o Padrão-Ouro, primeiro na então hegemônica Inglaterra (1819/20), depois gradativamente nos EUA (que adotava um padrão bi-metálico, baseado no ouro e na prata) (1837/1900), na Alemanha (1871) etc. até alcançar cerca de 50 países, inclusive o Brasil e a Argentina. A adoção do Padrão-Ouro significava que o país garantia: 1) a livre conversibilidade das moedas nacionais em ouro; 2) liberdade para o movimento internacional do ouro (entrar e sair do país); 3) regras monetárias que correlacionavam a quantidade de moeda em circulação com a quantidade de ouro que possuía em estoque.

Ora, como cada país que adotava o Padrão-Ouro mantinha um estoque de moeda circulando equivalente a uma certa quantidade de ouro disponível e garantia sua conversão neste por uma relação fixa (preço ou paridade fixa da moeda em ouro), com o preço do ouro definido no mercado internacional resultava uma paridade fixa entre as diversas moedas. Ou seja, as taxas de câmbio eram estáveis e eventuais desequilíbrios no balanço de pagamentos era sanado por transferências internacionais de ouro, cujo impacto sobre o sistema econômico interno (por exemplo, em países que recebiam entradas de ouro para equilibrar seu déficit externo, havia expansão de meios de pagamento, aumento da produção e geração de

excedentes exportáveis, tendendo a recompor o equilíbrio). A operação do sistema monetário de cada país estava baseado na teoria quantitativa da moeda ($mv=pY$). Havia, assim, sérias limitações para o exercício da política monetária, a qual estava condicionada pelas políticas comercial e cambial, levando a uma harmonização de objetivos entre os países sem necessidade de grandes esforços de coordenação entre os tesouros e bancos nacionais dos mesmos. O funcionamento pleno do Padrão-Ouro está associado a uma fase de baixa inflação, de estabilidade dos mercados dos países mais avançados da época². Mas esta fase durou apenas cerca de 20 anos. Como frisam os autores anteriormente citados, é difícil determinar sua origem (sabe-se que o Padrão-Ouro não existia ainda em 1870, e que operava plenamente em 1900), mas ele chegou ao fim em 1914, com o início da Primeira Grande Guerra. Depois desta tentou-se reeditá-lo, mas sem sucesso. A distribuição do poder entre as potências havia mudado, com a ascensão dos EUA e o declínio da Inglaterra, os programas de reconstrução dos países envolvidos no conflito e a instabilidade política que vigiu no período entre-guerras inviabilizou a retomada do Padrão-Ouro em bases permanentes. Ainda assim, cerca de 50 países adotaram de novo aquele padrão monetário, seguindo a recomendação do Comitê Financeiro da Conferência de Genebra, de 1922. Mas o Padrão-Ouro conviveu com medidas de intervenção dos governos nos mercados — que o desfiguravam — até pelo menos 1936, às vésperas da Segunda Guerra.

Durante a Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas realizada em julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, que tinha como objetivo principal a discussão da reforma do sistema monetário internacional, pactuaram-se — entre 45 países não-comunistas — as novas regras em que passou a basear-se o SFI. O Sistema de Bretton Woods, como passou a

² Existem, no entanto, sérias e justificadas críticas ao funcionamento do SFI apoiado no Padrão-Ouro, na medida em que ele não era praticado de forma pura, em função da atuação dos bancos centrais e do efeito multiplicador da moeda promovido pelo sistema bancário, além de outras razões apresentadas no texto-base de referência.

ser chamado, visava evitar o ressurgimento de crises e depressões econômicas como as que haviam sido vivenciadas antes da I Grande Guerra, sobretudo a de 1929, bem como organizar um esforço conjunto de reconstrução da Europa devastada. Nessa ocasião surgiram o Banco Mundial (cujo nome correto é Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) e o FMI, cuja missão “*era assegurar a estabilidade econômica, intervindo/pressionando junto aos países quando eles não estavam contribuindo para a manutenção da demanda agregada global, permitindo que suas próprias economias entrassem em depressão. Quando necessário, o FMI forneceria liquidez na forma de empréstimos para os países que estivessem passando por uma fase de declínio econômico e incapacitadas de estimular, por meio de recursos próprios, a demanda agregada*” (Stiglitz, 2003, pág 38). Além do FMI e do BIRD, a conferência, sob a recomendação de John M. Keynes, formatou a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), com a missão de evitar o protecionismo e favorecer a integração internacional através do desenvolvimento do comércio.

É curioso notar que “*dentro de seu conceito original, o FMI era fundamentado num reconhecimento de que os mercados, em geral, não funcionavam bem – eles poderiam gerar desemprego em massa e deixar de disponibilizar verbas para os países que precisassem de ajuda na restauração de suas economias*” (Stiglitz, pág 38 e 39). Hoje, o FMI mudou radicalmente em relação ao seu momento de fundação. Como frisa o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz “*No começo, baseava-se no conceito de que, em geral, os mercados funcionam mal; agora defende a supremacia do mercado com fervor ideológico. Inicialmente fundamentado na crença de que era preciso pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas, hoje o FMI concede recursos somente se os países se engajarem em políticas como cortes de gastos, aumento de impostos e elevação das taxas de juros, medidas que levam a uma retração econômica. Keynes estaria se revirando no túmulo se pudesse ver o que aconteceu com o projeto que idealizou*” (idem, op.cit, pg 39).

Na década dos 80s e 90s ocorreram mudanças drásticas no FMI e no Banco Mundial, impulsionadas pelas ideologias neoliberais abraçadas e promovidas por Reagan nos EUA, Thatcher na Inglaterra e Helmut Schmidt na Alemanha. Mas não foram só as instituições multilaterais que cambiaram....

O mercado financeiro internacional também experimentou enormes transformações nas décadas de 70s e 80s provocadas pelas crises: (i) do petróleo (1973 e 1979) e conseqüente inundação de liquidez nos países produtores, que precisava ser reciclada (eurodólares, petrodólares), (ii) da elevação absurda dos juros promovida pelo sistema de regulação monetária dos EUA (FED) e conseqüente (iii) crise sistêmica dos países devedores (1982), que entraram em *default* quase coletivo e levaram vários bancos norte-americanos, europeus e asiáticos à falência ou a reestruturações forçadas. Não se pode omitir também o impacto e as transformações no mercado financeiro decorrentes dos avanços da telemática e da inventividade dos agentes financeiros para combinar tudo isso e criar novos ativos financeiros e tipos de operações antes desconhecidas (sobretudo no mercado de derivativos).

Estas transformações, que continuam em curso, se não destruíram completamente a arquitetura original do sistema de Bretton Woods, fizeram uma reforma completa, da fachada à estrutura. Se tais mudanças contínuas não forem percebidas e apreendidas pelos formuladores de políticas públicas para o desenvolvimento e pelos dirigentes dos organismos da sociedade civil que interagem com elas — como os partidos políticos e algumas ONGs, por exemplo — dificilmente tirar-se-á vantagens da nova geometria do SFI, bem como evitar-se-á os choques e as crises que este ocasionalmente provoca e propaga em escala planetária. Nesse caso os riscos de insucesso na promoção do desenvolvimento são enormes.

Nas seções seguintes, analisa-se em maior detalhe algumas mudanças no perfil das transações financeiras, dos atores nelas envolvidos e as novas questões e agendas públicas que elas colocaram para os governos. Há um intencional direcionamento no sentido de mostrar quais são, na perspectiva dos atores relevantes

que operam o SFI, nacionais e estrangeiros, os entraves à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento brasileiro, isto é, um clima que estimule o investimento em novos empreendimentos, sem o que não haverá crescimento econômico nem renda para redistribuir.

Infelizmente, este é um tema que ainda não freqüenta as agendas dos partidos políticos nem as capas dos veículos de imprensa com a intensidade que seria devida.

3. Novas formas de operação do SFI e novos atores

A primeira observação a fazer é quanto à mudança da forma de intermediar a poupança dos investidores estrangeiros, através do SFI, para que se transforme em meios de financiamento externo das operações de empresas (públicas e privadas) e governos. Até a década dos anos 80 do século passado, a forma predominante de intermediação era feita pelos bancos comerciais, liderados pelos grandes conglomerados financeiros transnacionais com sede principalmente na Europa, nos EUA e no Japão (Chase Manhattan, Citycorp, Bank of América, Manufacturers Hanover, Deutsche Bank, Crédit Lyonnais, BNP, Barclay, Sumitomo, etc.). De forma geral, os detentores de poupança (pessoas, empresas, governos) faziam depósitos ou compravam títulos destes bancos e estes recursos (passivos para os bancos) eram emprestados a tomadores (empresas e governos) de recursos externos (ativos para os bancos). Era necessário que as operações ativas dos bancos fossem saldadas por seus devedores para que os bancos quitassem seus compromissos (passivos) junto aos seus credores.

Tais operações se expandiram notavelmente na década dos 70s e início dos 80s, graças sobretudo à reciclagem dos recursos excedentes gerados pela elevação do preço do petróleo no caixa dos tesouros dos países produtores. Apesar de alguns acidentes provocados por excesso de facilidades dos bancos na concessão de crédito abundante a tomadores sem condições, o sistema funcionava bastante bem, até que o FED decidiu mudar drasticamente a política monetária norte-americana, elevando a

prime rate (mercado estadunidense) e por contágio fazendo subir a *Libor* (mercado europeu) a níveis superiores a 20% a.a., taxas nunca antes alcançadas. O resultado foi uma hecatombe para os países e empresas devedoras, que não tinham como servir (pagar as amortizações e juros) suas dívidas. A generalização da inadimplência provocou a incapacidade dos grandes bancos transnacionais, e os bancos menores em cada país que faziam parte da cadeia de intermediação de crédito, de honrar seus compromissos (passivos) junto aos seus credores.

Três conseqüências destes fatos: (i) a falência de bancos ou reestruturação em larga escala das bancas nacionais de vários países, às vezes com financiamento dos respectivos governos, e o surgimento de novos grupos financeiros resultantes destes processos; (ii) a reciclagem da dívida dos países devedores — com a assistência financeira do FMI, do BIRD e do Tesouro estadunidense (Plano Brady) — para que quitassem suas dívidas com os bancos comerciais e passassem a tomar recursos através do lançamento de papéis de dívida (letras, *bonds* etc.) para serem adquiridos pelos investidores no mercado financeiro internacional e (iii) o ingresso destes papéis de empresas e governos dos chamados *emerging markets* (países que reciclaram suas dívidas nas décadas dos 80s e 90s) nos mercados de títulos (*commercial papers, bonds* etc.) das principais praças, sobretudo Nova Iorque.

Sintomático do primeiro aspecto, a reestruturação dos sistemas bancários nacionais, é que muitos dos grandes bancos que operavam intensamente no mercado de euro-dólares desapareceram ou mudaram de donos, através de operações de fusão e aquisição. Não se ouve mais falar deles como operadores nos países tomadores de recursos, como o Brasil. Em seu lugar, emergiram como atores muito atuantes bancos de investimentos (Goldman Sachs, JP Morgan, Morgan Stanley, Lehman Brothers etc.) e administradores de recursos de terceiros (fundos de investimentos, como o Schroder,) que já existiam em escala menor e passaram a disputar este nicho com os próprios bancos comerciais. Sua principal função é aplicar recursos de pessoas físicas, da tesouraria das empresas e de investidores institucionais

(fundos de pensão, seguradoras, clubes de investimentos e outros) em ativos financeiros (ações, bônus, títulos de renda fixa, diversos derivativos³ etc.), bem como indicar para seus clientes as melhores oportunidades — e respectivos riscos associados — de ganhos no mercado financeiro internacional.

Para ilustrar o segundo aspecto, da mudança do perfil da dívida externa (pública e privada) dos países, vale recordar primeiro como era a situação do Brasil em 1988, quando fui Relator da CPI Mista da Dívida Externa, criada conforme previsto no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que examinou a gênese e a composição daqueles passivos externos. Pelos dados do Banco Central, a dívida externa total brasileira era de US\$ 102,6 bilhões, em 31/12/1988, sendo o setor público responsável por US\$ 90, 4 bilhões e o setor privado por US\$ 12,2 bilhões⁴. Tal dívida era distribuída da forma apresentada no Quadro I seguinte (Salomão, 1990).

Como se pode nele observar, três quartos da dívida externa brasileira eram detidos por bancos comerciais (74%), inclusive bancos brasileiros com agências no exterior (Brasil, Banespa e outros privados) (6,7%). As dívidas por financiamentos às importações de bens de capital (Eximbanks, KFW etc.) representavam 13% do total e os aportes para projetos apoiados por agências multilaterais (BID e BIRD) e assistência financeira (FMI, FIDA) também representavam 13% do total.

³ Aplicações financeiras especulativas em contratos representativos de operações de compra e venda a futuro de mercadorias (grãos, fibras, carnes, metais, minérios, energia, moedas, taxas de juros e outras *commodities*) negociadas em bolsas especializadas, mediante o depósito de uma margem que representa uma pequena proporção do valor da operação propriamente dita.

⁴ Esta desproporção entre as dívidas do setor público e do privado deveu-se a que, diante da escassez de divisas experimentada a partir do Setembro Negro de 1982, quando o México entrou em *défault*, o Banco Central, não tendo moeda estrangeira para vender aos devedores privados brasileiros para que estes pagassem seus débitos externos, cometeu o pecado de receber os valores correspondentes em cruzeiros (moeda nacional da época) e se subrogar na dívida em divisas das empresas. Para neutralizar os efeitos monetários daí decorrentes, o BACEN comprava títulos do Tesouro Nacional. Ou seja, de forma indireta, o Tesouro Nacional estatizou a dívida externa.

QUADRO I
DÍVIDA EXTERNA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
(saldos em 31/12/88) (% em relação ao total da dívida)

Discriminação da Dívida	Organismos multilaterais (BIRD, BID, FMI, FIDA)	Agências Gov. Estrangeiras (Eximbanks, KFW, outros)	Agências no Ext. de Bancos Brasileiros	Bancos Privados e Estrangeiros e Companhias	Total (%)
Setor Público	12,7	12,7	6,4	56,3	88,1
- Adm Direta	8,4	1,6	1,6	5,8	17,4
-Adm. Indireta	4,3	2,4	1,6	24,2	32,5
-Banco Central	-	8,7*	3,2	26,3	38,2
Setor Privado	0,3	0,3	0,4	10,9	11,9
-Financeiro	-	-	0,2	3,8	4,0
-Não Financeiro	0,3	0,3	0,2	7,1	7,9
Total	13,0	13,0	6,8	67,2	100,0

Fonte:Banco Central. Extraído da publicação “Dívida Externa e Soberania-Um ensaio sobre as perdas internacionais do Brasil”, pág12.

(*) A dívida por reescalonamento com agências governamentais é do Governo Federal, estando incluída em nome do Banco Central por razões contábeis.

A partir de 1996, com o excesso de liquidez internacional, a situação começou a mudar para os países endividados que haviam amargado longos anos de falta de acesso ao crédito externo. Eles foram estimulados a emitir bônus denominados em moeda estrangeira e colocá-los no mercado internacional.

Hoje, quase 20 anos depois da CPI da Dívida Externa, a situação é completamente diversa, como ilustra o Gráfico constante do Anexo I, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional [STN](#). Em fins de 2005, a dívida com o FMI contraída nas graves crises de 1998, 2001 e 2002 já havia sido liquidada, assim como os títulos chamados *Bradies*, emitidos pelo Tesouro Nacional na reestruturação da dívida externa dos anos 90s, também haviam sido quitados.

Do montante da dívida do Tesouro Nacional em fins de 2005, cerca de US\$ 67 bilhões, aproximadamente 79% (US\$

54 bilhões) correspondiam a novos bônus emitidos a partir de 1996. Da dívida contratual remanescente (21% do total), cerca de 14% corresponde a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.), aproximadamente 5% a agências estrangeiras de fomento às exportações (Eximbanks, KFW etc.) e bancos privados, e os 2% restantes à dívida junto ao Clube de Paris (tesouros e outros órgãos de governos estrangeiros). Os bancos privados detinham bem menos que 5% do total da dívida externa do Tesouro.

Em resumo, a dívida contratual do Tesouro que era 100% do total (74% dos quais com a banca) em 1988 caiu para 21% do total em 2006. O grosso da dívida externa pública atual é representado por bônus (79%), dos quais os últimos lançados vencem em 2037, o que serve para medir a confiança do SFI na gestão das finanças públicas do Brasil.

Os dados mais recentes disponíveis (junho de 2006) do Banco Central, indicam que os empréstimos em moeda, efetuados principalmente por bancos privados (estrangeiros e nacionais), representam apenas 35% da dívida externa registrada (pública+privada).

Note-se também que a partir de 2003, graças ao excepcional ciclo de expansão da economia mundial e do excesso de liquidez internacional que o acompanha, o Brasil — e outras nações devedoras — puderam fazer um processo vigoroso de desendividamento e de alongamento do perfil da dívida, conforme ilustram os Gráficos dos Anexos I e II.

O mesmo pode ser dito para as demais nações latino-americanas e outros países devedores, que também reestruturaram suas dívidas externas, frequentemente com a assistência financeira do FMI. O quadro apresentado no Anexo III relaciona todas as operações realizadas pelo Fundo na América Latina nos últimos anos.

Quando efetuou o *canje* de sua dívida externa pública, a Argentina devia o equivalente a US\$ 128 bilhões representados por 152 tipos de bônus denominados em diversas moedas estrangeiras, além de cerca de US\$ 16,5 bilhões denominados em pesos, os quais, antes da crise, eram conversíveis em dólares. Tal dívida foi trocada por apenas três tipos de bônus (denominados *Par*, *QuasiPar* e *Descuento*) que significaram para os credores

uma perda de aproximadamente 60% em relação aos valores nominais originais.

É preciso frisar que nesta configuração dos passivos dos países endividados⁵, representados por bônus, os bancos comerciais e de investimentos não arcam com qualquer risco de crédito (a não ser o relativo aos seus próprios recursos eventualmente investidos nestes papéis), pois se um emissor público de papéis de dívida (bônus) não honrar seu compromisso, os investidores que compraram tais valores vão cobrar diretamente ao devedor. Se um investidor qualquer comprou quotas de um fundo de investimento e este levou calote de um emissor de dívida, as quotas se desvalorizam e o investidor arcará diretamente com sua parte do prejuízo.

O risco no passado era diferente do atual e bancado pelo banco comercial que recebia depósitos ou vendia papéis e aplicava os recursos resultantes como empréstimos ao devedor final.

Para ajudar os investidores a administrarem seus riscos, há muitos anos existem empresas especializadas em avaliação da qualidade de papéis emitidos por países (risco soberano) e de empresas. São as chamadas agências de *rating* — uma espécie de “conceito”, ou “nota de classificação” atribuído a cada título por elas avaliado em função de seu risco. Ou seja, são agências classificadoras de risco. Um *rating* alto — como AA+ atribuído pela agência Ficht à Bélgica ou A dado ao Chile, que é considerado “grau de investimento” — significa que seus papéis tem baixo risco. Um *rating* baixo, BB-como o da Venezuela, significa alto risco para o investidor.

Apesar de serem empresas bem antigas, algumas delas com mais de um século de existência, tais agências de *rating* se tornaram atores importantes para os países em desenvolvimento e importadores de poupança muito recentemente. De fato,

⁵ Não se considera a partir desta seção a dívida externa privada tendo em vista que ela é de responsabilidade de cada empresa tomadora de recursos. Ou seja, se um tomador privado brasileiro não pagar seu bônus ou *commercial paper* na época do vencimento os credores podem pedir sua falência, mas o Estado brasileiro não entra em *défaul*. A loucura da década dos 80s, em que a dívida externa privada foi estatizada e a dívida pública dolarizada certamente não mais se repetirá.

Moody's, Standard&Poors e Ficht, para ficar apenas com as três mais famosas e tradicionais classificadoras de risco, ofereciam informação e orientação aos investidores no mercado acionário norte-americano desde o início do século XX (uma antecessora da atual S&P desde 1860), quando avaliavam as operações, os riscos e perspectivas de resultados das ferrovias e das empresas que operavam canais de navegação interior nos EUA, as quais emitiam ações para serem subscritas pelo público, então pouco informado e sem proteção de órgãos reguladores — como a atual SEC-*Securities and Exchange Commission*. Tais serviços eram bem valorizados pelos investidores que compravam os livros destas editoras contendo as avaliações das empresas. Na década dos 70 do século passado, elas passaram a avaliar também os papéis de renda fixa, os *bonds* emitidos pelas empresas (a Moody's monitora hoje 25.000 empresas emissoras de títulos, bem como os títulos de 100 nações soberanas) e pelos governos municipais (a Ficht monitora hoje 45.000 títulos municipais).

A partir do ingresso dos papéis de dívida de países emergentes no mercado financeiro internacional, começando pela Argentina — que nos anos 90s era considerada a grande estrela do mercado e exemplo a ser seguido pelos países emergentes — as agências passaram a fazer *ratings* destes países e das respectivas empresas emissoras de dívida. Para ilustrar como funciona, vale a pena consultar o sítio eletrônico da Ficht, sobretudo a página de *rating* das empresas brasileiras que têm títulos (*bonds*) negociados no exterior [FICHT](#) (páginas 4 a 7).

Some-se a estes atores — importantes na medida em que classificam os países e empresas, e tais classificações servem de orientação para os investidores do mercado financeiro internacional, direcionando assim a poupança externa para este ou aquele país, ou empresa — o JP Morgan que calcula um índice próprio (o *EMBI-Emergent Market Bond Index*), também conhecido como risco-país⁶, popularizado pelos noticiários econômicos diários das TVs e dos jornais.

⁶ Calculado com base na comparação da cotação de um título representativo da dívida externa do país no dia com a cotação média de uma cesta de títulos de países emergentes. EMBI significa Emergent Market Bond Index

Além dos bancos de investimentos e das agências classificadoras de risco, novos atores também fornecem para o SFI indicadores da saúde econômica e qualidade do ambiente de negócios dos diversos países: as grandes consultoras, publicações especializadas e fóruns de negócios internacionais. Dentre elas destacam-se: a McKinsey, *The Heritage Foundation*, o Fórum Econômico Mundial (Davos) e a *The Economist Intelligence Unit* (da revista inglesa *The Economist*). Os estudos e cálculos que apresentam seguramente influenciam a alocação dos chamados investimentos externos diretos (IED), que são disputados tanto por países em desenvolvimento quanto por países desenvolvidos (Gonçalves, 2005, pág 181).

Por razões de espaço, não cabe aqui descrever a metodologia empregada por estes atores para avaliarem e classificarem os países receptores de IED. Vale a pena, porém, resumir os métodos empregados pela *The Economist* e pelo Fórum de Davos⁷. Basicamente, estas entidades ouvem um painel de 500 altos executivos de empresas transnacionais com vistas a colher suas opiniões acerca dos fatores de atração, ou não, aplicáveis a cada país para direcionar seus investimentos no exterior.

Por exemplo, na visão dos executivos entrevistados pela *The Economist*, os principais fatores de atração de IED na China são: os “novos mercados consumidores”, os “baixos custos do trabalho” e as “novas parcerias”. Na Índia, os fatores que mais despertam a atenção dos investidores são: as “novas oportunidades de terceirização” e o “acesso à mão-de-obra altamente qualificada”. No Brasil e nos EUA, o principal fator de atração do capital estrangeiro são “as oportunidades de aquisição de novas empresas”.

O relatório relaciona os motivos e preocupações dos investidores que condicionam o IED, os quais diferem entre si quando tratam dos países desenvolvidos ou dos países em desenvolvimento. Tais motivos e preocupações negativos, no caso dos países desenvolvidos, são: custos elevados, estagnação dos mercados e câmbio volátil, nessa ordem.

⁷ Este trecho do artigo está baseado no relatório REISE América Latina de novembro de 2004, elaborado pela Escola de Políticas Públicas e Governo do IUPERJ para a PETROBRAS. Documento reservado.

No âmbito dos países em desenvolvimento, as causas básicas de preocupações negativas são: instabilidade política, corrupção, burocracia e falta de regras legais respeitadas por todos.

Solicitados a relacionar os fatores positivos mais importantes nas decisões de investimento em determinado país, os quinhentos executivos ouvidos na pesquisa do *The Economist* estabeleceram a seguinte escala de valores, apresentada em ordem decrescente de importância:

- qualidade e disponibilidade de financiamento local;
- qualidade dos fornecedores locais;
- disponibilidade de incentivos fiscais especiais;
- localização geográfica;
- políticas públicas especiais favoráveis ao capital estrangeiro;
- comércio internacional e regime cambial livres;
- sistema tributário geral;
- mercado de trabalho e qualificação da mão-de-obra;
- qualidade da infra-estrutura;
- ambiente político (estabilidade e efetividade);
- estabilidade macro-econômica;
- políticas públicas gerais favoráveis à livre empresa e à competição;
- oportunidades no mercado local.

Em sentido contrário, os executivos ouvidos definiram também os fatores que consideram de maior risco, ou negativos, para o desempenho das carteiras de negócios no exterior, especificando aqueles que se aplicam mais aos países desenvolvidos e aqueles relativos aos países em desenvolvimento. Apresenta-se a seguir, em ordem decrescente de importância, os fatores de risco atribuídos aos investimentos externos em países em desenvolvimento, que correspondem aos do subcontinente sul-americano:

- crescente competição com firmas locais;
- mercado estagnado;
- custos elevados;

- segurança pública deficiente e, com igual peso, regimes tributários instáveis e crescente competição com firmas multinacionais;
- falta de mão-de-obra qualificada;
- infra-estrutura (comunicações, energia, transportes etc.) de baixa qualidade e, com igual peso, burocracia, governo que não observa as regras do estado de direito e instabilidade macroeconômica;
- concorrência volátil e, com igual peso, corrupção, cobrança de propina e instabilidade política.

É curioso que os respondentes atribuem prioridades bem diferentes aos mesmos fatores quando se trata de países desenvolvidos, estabelecendo, portanto, uma escala de valores diversa daquela válida para os países em desenvolvimento. De qualquer sorte, tendo em vista a variedade dos ramos de negócios em que atuam os executivos sondados (automobilística 7%, química 4%, bens de consumo duráveis e varejo 12%, serviços financeiros 16%, serviços profissionais 14%, telecomunicações 4%, energia 3% etc.), as suas experiências e a importância dos respondentes da pesquisa (57% de presidentes, executivos-chefes, diretores-gerentes gerais e 18% de vice-presidentes de grandes multinacionais), vale considerar como representativos tanto os fatores positivos quanto os negativos no estabelecimento de uma escala a ser aplicada para a seleção dos países de destino do IED.

O relatório da *EIU - The Economist* também faz um *ranking* dos vinte países melhor situados em matéria de qualidade do ambiente para negócios, sem no entanto especificar a metodologia utilizada. A lista dos “vinte mais” do *The Economist* publicada em 2005 é encabeçada pelo Canadá e pela Holanda (nota 8,6), pela Finlândia (nota 8,5) e pelos EUA, Singapura, Reino Unido, Hong Kong e Dinamarca (nota 8,4). O Chile é o último da lista dos *Top 20* e o único sul-americano a figurar no *ranking* dos 20+ (nota aproximada 8).

Como dito anteriormente, outros subsídios para conceituar países como recipientes de IED são fornecidos pelo Fórum Econômico Mundial, através do relatório sobre a competitividade global, combinando também os resultados das análises e

discussões promovidas por esta ONG mais conhecida por suas reuniões pomposas em Davos, na Suíça, — com os da pesquisa de opinião (*EOS-Executive Opinion Survey*) feita com executivos de cem países. O relatório fornece um perfil por países, que é sintetizado por dois índices:

- o *GCI-Global Competitiveness Index*, elaborado com a colaboração dos professores Jeffrey Sachs e John McArthur, visa avaliar a capacidade das diversas economias nacionais de atingir o desenvolvimento econômico sustentável, com base no impacto de elementos macro-econômicos, institucionais e outros.

- o *BCI-Business Competitiveness Index*, elaborado pelo professor Michael Porter, que complementa o GCI, com ênfase especial nos fatores de nível micro-econômico que conduzem as empresas a se desempenharem com mais eficiência e produtividade.

Para os efeitos da presente análise, o GCI é mais relevante. O índice era composto por três pilares básicos que traduziam condições críticas para o desenvolvimento econômico: a qualidade do ambiente macro-econômico, o estado das instituições públicas nacionais e o estado de prontidão tecnológica. Na última classificação, feita em 2006, o Fórum utilizou sub-índices mais abrangentes e interessantes para o cálculo da nota GCI aplicada a cada país. Basicamente considerou três sub-índices que traduzem os seguintes aspectos:

- Requisitos Básicos: Instituições, Infra-estrutura, Macroeconomia e Saúde e Educação Primárias.

- Reforços da Eficiência: Educação Superior e Treinamento, Eficiência de Mercado (de bens, trabalho e financeiro) e Prontidão Tecnológica.

- Fatores de Inovação: Sofisticação dos Negócios e Inovação

No Anexo IV estão relacionados os cinquenta primeiros países do *ranking* elaborado pelo Fórum, em 2006, no qual o único figurante sul-americano é o Chile, situado em 27º. lugar, à frente da Espanha e da Itália. Note-se que o Chile estava em 22º. lugar em 2004, tendo sido ultrapassado por cinco outros países, dentre os

quais a França. O Anexo V apresenta a classificação relativa a todos os 125 países estudados, na qual o Brasil aparece em 66º., atrás da Costa Rica, Panamá, México (58º.) e El Salvador, logo após a Colômbia (65º.). É impressionante a recuperação da Argentina que subiu da 78ª. posição em 2003 para a 69ª., logo após o Brasil, bem como merece destaque a posição bem pior da Venezuela, 88ª.

Em classificações anteriores, de 2003 e 2004, a posição geral do Brasil era prejudicada pela variável denominada “ambiente macroeconômico”, que retrata o panorama geral das contas externas e das finanças públicas do país. O “ambiente institucional” recebia nota superior à média geral (GCI), contribuindo assim positivamente.

Em 2006, as análises feitas levaram à classificação do Brasil em cada sub-índice e no índice geral, conforme ilustrado a seguir (para maiores detalhes vide [Relatório WEF 2006](#)):

BRASIL

GCI	Reqst. Básicos	Reforço de Eficiência	Fatores de Inovação
66º	87º	57º	38º

Por maior que seja a antipatia que desperta o conservadorismo e o *glamour* exacerbados do Fórum Mundial de Davos, não se pode deixar de reconhecer a razoabilidade dos resultados obtidos por seus consultores pela aplicação dos critérios antes descritos ao caso do Brasil.

Sem dúvida alguma, de fato, os chamados Requisitos Básicos, ou seja:

(i) a precariedade das instituições brasileiras — sobretudo as do Estado, mas não apenas estas — ;

(ii) a insuficiência e o estado deplorável da infra-estrutura econômica nacional (logística, especialmente transportes rodoviário e aéreo, energia elétrica, gás, saneamento etc.);

(iii) os fundamentos de uma economia em que o governo federal tem uma dívida colossal e a reproduz em espiral ascendente provocada por taxas de juros estratosféricas;

(iv) educação primária e serviços básicos de saúde de má qualidade, e piorando de forma consistente ao longo do tempo, só poderiam, contribuir negativamente para o índice síntese (GCI), a despeito de progressos localizados, como, por exemplo, nas contas externas e no nível de consumo das classes de renda mais baixa.

Da mesma forma, os aspectos considerados como de Reforço da Eficiência geral também parecem bem escolhidos pelos autores do estudo e, ainda que os dados relativos ao Brasil estejam em situação bem melhor (57^o.) do que os Requisitos Básicos (87^o.), também estão a exigir cuidados das autoridades no sentido de aproximar a sociedade brasileira das exigências do futuro que caracterizam a chamada “sociedade do conhecimento”. A universidade brasileira merece uma reforma de profundidade e as instituições dedicadas à P&D continuam sem contar com financiamento adequado e sem prioridades bem focadas. Não se pode perder de vista que melhorias nos aspectos qualificados como de Reforço podem repercutir positivamente também nos chamados Requisitos Básicos.

Finalmente, é confortante saber que o padrão brasileiro de realização de negócios está bem situado em relação ao resto do mundo (Fatores de Inovação em 38^o. lugar). Mas isso não é suficiente para alavancar o desenvolvimento, sobretudo na sua componente social e institucional. Muito menos para melhorar a distribuição da renda.

De qualquer sorte, ainda que difiram na margem quanto ao peso de cada fator, estas consultoras internacionais e fóruns de empresários têm opiniões convergentes com respeito aos problemas que os países têm de resolver para voltar à senda do desenvolvimento.

4. Novas Questões, Novas Agendas para a América Latina

Como dito anteriormente, nos últimos 4 anos a economia mundial passa por um ciclo econômico extremamente favorável, com intensa demanda mundial por matérias primas e alimentos, elevação dos preços de quase todas as *commodities*, farta liquidez

internacional e consumo aquecido nas economias-locomotivas. A América Latina aproveita bem este momento, com os países reduzindo suas dívidas públicas, sobretudo desendividando-se em moeda estrangeira e melhorando o perfil da dívida remanescente — isto é, alongando prazos e reduzindo os custos de financiamento. O gráfico contido no Anexo V-A indica como os países latino-americanos endividados reduziram sua relação Dívida Pública/PIB.

Todos os países devedores do FMI aproveitaram a liquidez abundante para saldar seus compromissos junto à instituição, seja porque as taxas de juros do Fundo eram superiores às oferecidas pelo mercado, seja para que os respectivos governos não permanecessem formalmente obrigados a seguir suas recomendações em matéria de política econômico-financeira. O resultado disso é que o FMI ficou com “clientela” pequena, tendo sido objeto de comentários jocosos o esforço de austeridade que teve de fazer nas festas do fim-de-ano passado por falta da receita de juros pagos pelos países que lhe deviam.

O gráfico contido no Anexo V-B causa forte impressão, pois mostra como a carteira do FMI caiu de cerca de 70 bilhões de DES (direitos especiais de saques) em 2003, para cerca de apenas 25 bilhões de DES em meados de 2006, uma queda de 65%. Neste período, a América Latina era responsável por apenas 10% do total dos créditos do Fundo (ou seja, cerca de 2,5 bilhões de DES), vale dizer praticamente não depende mais do FMI.

Os resultados do Banco Mundial e do BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento ainda não estão disponíveis, mas pode-se imaginar que seus ativos não tenham despencado na mesma proporção, seja porque seus custos de financiamento são menores do que os do mercado, seja ainda porque o grau de intromissão do BIRD e do BID, com suas condicionalidades, nas políticas internas de cada país é bem menor do que o do FMI. Pode-se afirmar, no entanto, que o Banco Mundial perdeu influência e prestígio no mundo em desenvolvimento, particularmente na América Latina, a partir do fracasso das políticas induzidas pelo chamado Consenso de Washington, fortemente endossadas pelo BIRD.

Verifica-se, portanto, que o momento é propício para que estas instituições sejam reformadas, porquanto seus perfis atuais não fazem sentido se os países que, em tese, delas necessitam não mais recorrem aos seus recursos como antes. É a hora de reformular suas agendas. Uma boa perspectiva seria vê-las retornar aos seus objetivos primordiais com alguma atualização. Vale recordar que nos primórdios de Bretton Woods as funções do FMI e do BIRD eram de apoiar financeiramente os países para evitar a ocorrência de recessões nacionais que pudessem arrastar o resto do mundo, bem como financiar a reconstrução dos países arrasados pela guerra e o desenvolvimento.

Novas agendas para o FMI, o Banco Mundial e o BID certamente deveriam incluir entre os programas financiáveis em condições especialíssimas, como prioridade absoluta, a erradicação da miséria (na América Latina, na África e na Ásia), o reequacionamento do consumo de combustíveis fósseis no mundo para evitar os males do efeito estufa, além de outros temas contidos nas Metas do Milênio da ONU.

5. Conclusão: Novas Questões e Novas Agendas para o Brasil e a América Latina

Não obstante haver questões relativas ao desenvolvimento de âmbito internacional e agendas multilaterais, é necessário que cada país também estabeleça suas próprias agendas para o crescimento. Como se viu na seção 3, há várias frentes para serem trabalhadas no Brasil — que são válidas também para todos os países latino-americanos, com a exceção do Chile em alguns pontos — com vistas a destravar o desenvolvimento, ou para torná-lo sustentável, sendo necessário mobilizar toda a sociedade para viabilizar aquele objetivo.

Regra geral, as variáveis que influenciam os fundamentos macroeconômicos ou dizem respeito à infra-estrutura são mais enfatizados nas discussões em todas as esferas. Seria redundante, portanto, abordar aqui estes temas que já estão nas agendas dos governos e no *mainstream* dos debates entre os economistas, políticos e empresários: taxa de juros, dívida pública, despesa da

previdência social etc., de um lado, e parcerias público-privadas, concessões, destinação de recursos vinculados para as estradas etc., de outro.

As questões da saúde e da educação primárias, de responsabilidade do Estado, também assinalada na seção 3 anterior já foram discutidas à exaustão e são esferas da administração pública em que o problema principal não é a escassez de recursos, mas sim as falhas de gestão. O problema é que os recursos são gastos de forma dispersiva e ineficaz.

O que não tem sido objeto de um debate adequado e de decisões estratégicas são algumas questões institucionais fundamentais, que ainda não se tornaram problemas de política pública, isto é, não estão na agenda dos responsáveis pelas grandes definições, nem foram equacionadas suas soluções.

O tema da reforma das instituições políticas brasileiras, por exemplo, notadamente os sistemas partidário e eleitoral, está na agenda do Congresso e da Presidência da República há meses. A falta de decisões a respeito prende-se à complexidade dos interesses envolvidos, e à insegurança sobre o que é de fato melhor para o país. Não se trata de falta de vontade política, mas sim da dificuldade de fazer escolhas e de correr riscos.

Isto não deve ser motivo de surpresa, porquanto tais instituições políticas são sempre questionadas, inclusive em muitas democracias estáveis (França e Inglaterra, por exemplo) e em quase todos os países latino-americanos (mais recentemente: México, Equador mostraram fragilidades graves neste campo e a Venezuela abriu a discussão da reeleição sem limites que promete mobilizar o país). Não há sistema eleitoral perfeito e como ele afeta e é afetado pelo arranjo partidário, também não há sistema de partidos sem defeito.

Mas há outras instituições que precisam ser aperfeiçoadas com urgência, não para satisfazer aos requisitos de consultores e fóruns internacionais, como a WEF de Davos, mas sim para remover entraves graves ao desenvolvimento dos países e promover o bem-estar da população brasileira e das nações-irmãs.

No caso do Brasil, além de lançar um programa de aceleração do crescimento econômico, o novo governo do presidente Lula

poderia concentrar energias em certas tarefas — algumas das quais não são de sua responsabilidade específica, mas sobre as quais pode influir decisivamente — essenciais para construir um ambiente propício ao desenvolvimento. Trata-se de reformar ou criar instituições novas e capazes de equacionar melhor nossos graves problemas com respeito a:

- O funcionamento da Justiça brasileira, tanto no nível dos estados da Federação, quanto da Justiça Federal. Ainda que o Brasil não tenha os mesmos graves problemas de insegurança jurídica que muitos de seus vizinhos apresentam, há fatores específicos que a provocam. Nossos problemas continuam sendo: acesso à Justiça, morosidade absurda na tomada de decisões sobre o processo judicial e a possibilidade quase infinita de recursos procrastinatórios, além de sentenças e despachos de juízes que a população não compreende ou que fogem às mais comezinhas regras do direito. Estas questões não foram resolvidas pela pseudo-reforma do Judiciário decidida pelo Congresso em 1999, que ficou na superfície dos problemas.

- A baixa produtividade, a burocracia e os processos de trabalho obsoletos praticados nas várias instâncias da administração pública e a péssima qualidade da gestão governamental. Há certos setores, do interesse das elites (BACEN, certos órgãos da Fazenda), onde a qualidade da gestão é elevada, às vezes superior aos padrões observados na iniciativa privada. Porém, naqueles setores que atendem à maioria da população, o funcionamento da máquina administrativa obedece a padrões lamentáveis.

- O combate sistemático à corrupção, deixando de lado o estilo tanto bombástico — por exemplo, as prisões de quadrilhas pela PF, que tanto agradam à mídia — quanto inócua e frustrante, pois os processos judiciais são demorados e inconclusos, ficando os acusados impunes.

- O combate à pirataria e à informalidade, que segundo estimativas da CPI que trabalhou sobre este tema na legislatura passada, mencionadas pelo deputado Júlio Lopes, ascende a R\$ 30 bilhões por ano e impede a geração de cerca de 1,5 milhões de empregos formais (Lopes, Júlio- 2006).

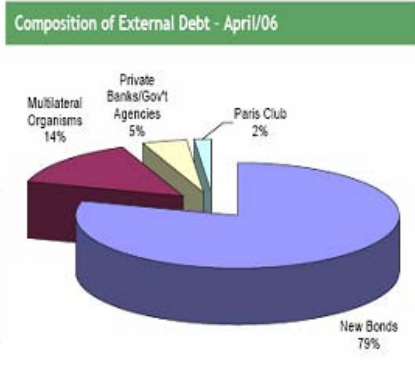
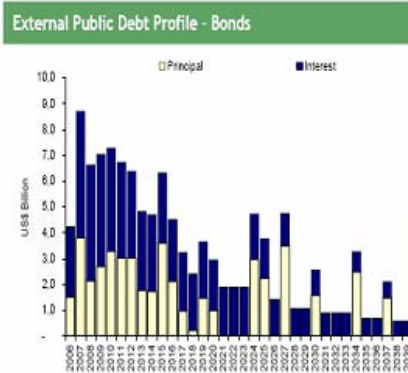
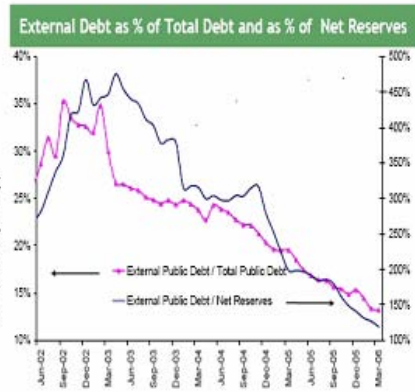
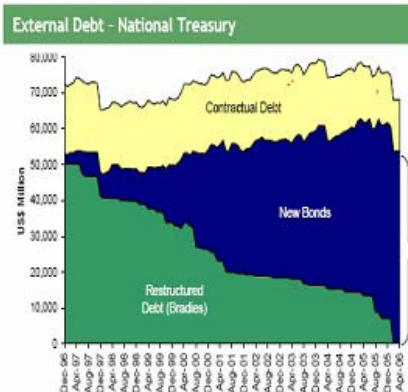
- O fortalecimento das Agências Reguladoras, que foram criadas para atender a um modelo de delegação de serviços públicos e de exploração de recursos naturais, adotado na década dos 90s, mas que nunca foi implantado de forma conseqüente, com seus recursos contingenciados para gerar superávits primários e com nítidas insuficiências de quadros técnicos.

Estes pontos podem ser abordados segundo diferentes enfoques administrativos e podem receber soluções de variados matizes ideológicos. No espaço deste artigo não cabe propor soluções ou sugerir o encaminhamento da discussão das mesmas. O que não se pode é continuar ignorando-os. Se eles não entram na agenda do governo para valer, ou o Brasil continuará a crescer de forma medíocre, ou se desenvolverá nos mesmos padrões de injustiça e de falta de cidadania vigentes.

ANEXO I

PERFIL DA DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA BRASILEIRA (elaboração da STN)

A steady level of public external debt



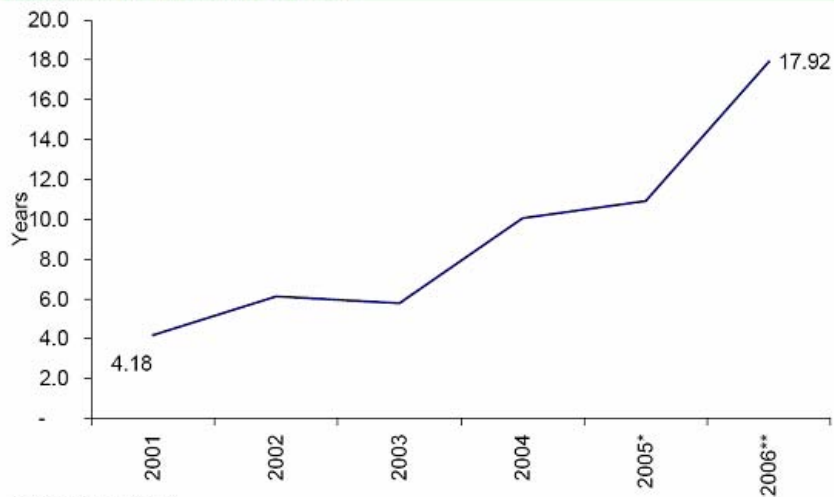
ANEXO II

ALONGAMENTO DO PERFIL DA DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA (elaboração da STN)



Average Maturity has been increasing

Average Maturity - At Issuance of New Bonds



Source: National Treasury

*Does not include the A-bond.

** As of May/06

ANEXO III
RELACIONAMENTO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS
COM O FMI (ÚLTIMOS ACORDOS)

PAÍSES	TIPO DE ACORDO*	INÍCIO	TÉRMINO	LIMITE APROVADO (SDRmilhões)	SAQUES (SDRmilhões)
ARGENTINA	Stand-By	Sep. 2003	Jan. 2006	8.981.00	4.171.00
	Stand-By	Jan. 2003	Aug. 2003	2.174.50	2.174.50
	Stand-By	Mar. 2000	Jan. 2003	16.936.80	9.756.31
	Dos quais em SRF	Jan. 2001	Jan. 2002	6.086.66	5.874.95
BOLIVIA	Stand-By	Apr. 2003	Mar. 2006	145.78	111.50
	PRGF	Sep. 1998	Jun. 2002	100.96	63.86
	PRGF	Dec. 1994	Sep. 1998	100.96	100.96
BRASIL	Stand-By	Sep. 2002	Mar. 2005	27.375	17.199.64
	Dos quais SRF	Sep. 2002	Sep. 2003	7.609.69	7.609.69
	Stand-By	Sep. 2001	Sep. 2002	12.144.40	11.385.37
	Dos quais SRF	Sep. 2001	Sep. 2002	9.950.87	9.950.87
	Stand-By	Dec. 1998	Sep. 2001	13.024.80	9.470.75
	Dos quais SRF	Dec. 1998	Dec. 1999	9.117.36	6.512.40
CHILE	Stand-By	Nov. 1989	Nov. 1990	64.00	64.00
	EFF	Aug. 1985	Aug. 1989	825.00	806.25
	Stand-By	Jan. 1983	Jan. 1985	500.00	500.00
COLÔMBIA	Stand-By	May. 2005	Nov. 2006	405.00	0.00
	Stand-By	Jan. 2003	May. 2005	1.548.00	0.00
	EFF	Dec. 1999	Dec. 2002	1.957.00	0.00
COSTA RICA	Stand-By	Nov. 1995	Feb. 1997	52.00	0.00
	Stand-By	Apr. 1993	Feb. 1994	21.04	0.00
	Stand-By	Apr. 1991	Sep. 1992	33.64	25.64
EQUADOR	Stand-By	Mar. 2003	Apr. 2004	151.00	60.40
	Stand-By	Apr. 2000	Dec. 2001	226.73	226.73
	Stand-By	May. 1994	Dec. 1995	173.90	98.90
EL SALVADOR	Stand-By	Sep. 1998	Feb. 2000	37.68	0.00
	Stand-By	Feb. 1997	May. 1998	37.68	0.00
	Stand-By	Jul. 1995	Sep. 1996	37.68	0.00
GUATEMALA	Stand-By	Jun. 2003	Mar. 2004	84.00	0.00
	Stand-By	Apr. 2002	Mar. 2003	84.00	0.00
	Stand-By	Dec. 1992	Mar. 1994	54.00	0.00
HAITI	PRGF	Nov. 2006	Nov. 2009	73.71	0.00
	PRGF	Oct. 1996	Oct. 1999	91.05	15.18
	Stand-By	Mar. 1995	Mar. 1996	20.00	16.40

HONDURAS	PRGF	Feb, 2004	Feb, 2007	71.20	40.68
	PRGF	Mar, 1999	Dec, 2002	156.75	108.30
	PRGF	Jul, 1992	Jul, 1997	47.46	33.90
MÉXICO	Stand-By	Jul, 1999	Nov, 2000	3,103.00	1,939.50
	Stand-By	Feb, 1995	Feb, 1997	12,070.20	8,758.02
	EFF	May, 1989	May, 1993	3,729.60	3,263.40
NICARAGUA	PRGF	Dec, 2002	Dec, 2006	97.50	83.58
	PRGF	Mar, 1998	Mar, 2002	148.96	115.32
	PRGF	Jun, 1994	Jun, 1997	120.12	20.02
PANAMA	Stand-By	Jun, 2000	Mar, 2002	64.00	0.00
	EFF	Dec, 1997	Jun, 2000	120.00	40.00
	Stand-By	Nov, 1995	Mar, 1997	84.30	84.30
PARAGUAI	Stand-By	May, 2006	Aug, 2008	65.00	0.00
	Stand-By	Dec, 2003	Nov, 2005	50.00	0.00
PERU	Stand-By	Jun, 2004	Aug, 2006	287.28	0.00
	Stand-By	Feb, 2002	Feb, 2004	255.00	0.00
	Stand-By	Mar, 2001	Jan, 2002	128.00	0.00
URUGUAI	Stand-By	Jun, 2005	Jun, 2008	766.25	263.59
	Stand-By	Apr, 2002	Mar, 2005	1,988.50	1,988.50
	Dos quais SRF	Jun, 2002	Aug, 2002	128.70	128.70
	Stand-By	May, 2000	Mar, 2002	150.00	150.00
VENEZUELA	Stand-By	Jul, 1996	Jul, 1997	975.65	350.00
	EFF	Jun, 1989	Mar, 1993	3,857.10	2,005.60

(*) Tipos de operação, significado das siglas.

STAND-BY: Direito assegurado ao país membro de sacar recursos da Conta de Recursos Gerais (GRA) até um limite específico e durante um período de tempo determinado, usualmente um ou dois anos, desde que o país membro observe os termos estabelecidos no apoio financeiro acordado.

SRF: Ajuda de Suplementação de Reservas.

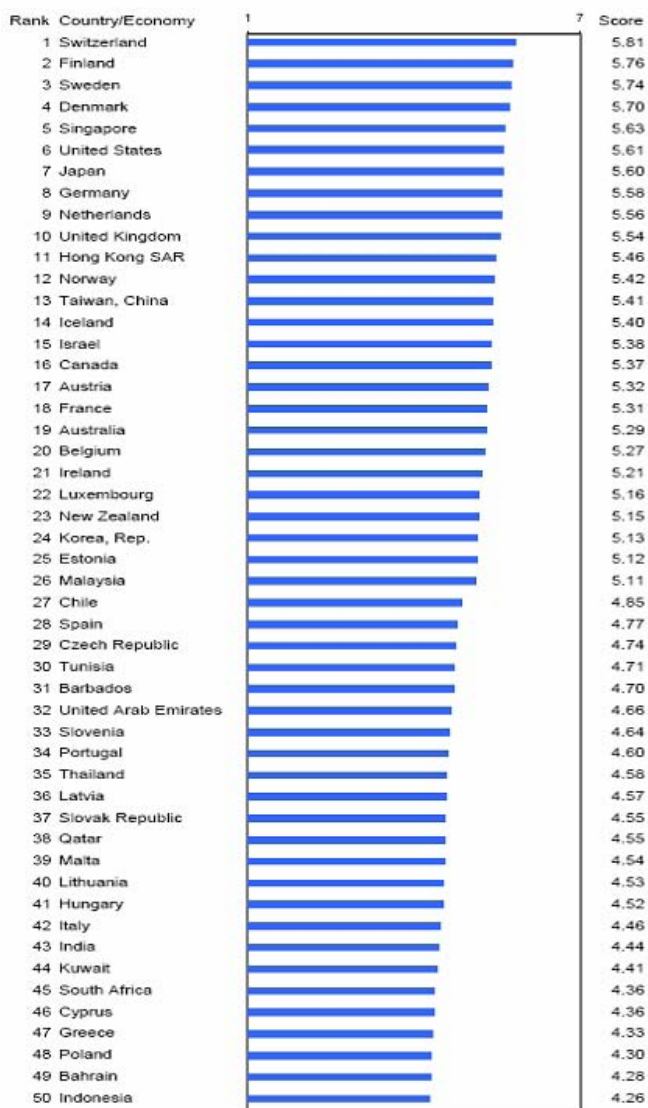
PRGF: Ajuda para Redução da Pobreza e para o Crescimento.

EFF: Linha de Crédito do FMI destinada a apoiar reformas estruturais, com maturidade mais extensa

SDR- Unidade de Conta empregado pelo FMI, significa Direitos Especiais de Saques.

ANEXO IV: CLASSIFICAÇÃO DOS 50 PAÍSES MAIS COMPETITIVOS

Global Competitiveness Index 2006-2007 | Top 50



Source: World Economic Forum

ANEXO IV

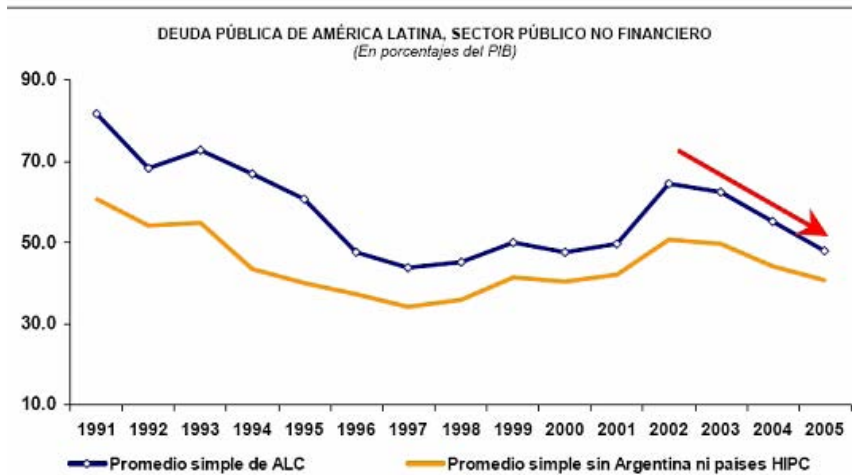
ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DE 125 PAÍSES PESQUISADOS

Table 1: Global Competitiveness Index rankings and 2005 comparisons

Country/Economy	GCI 2008 Rank	GCI 2008 Score	GCI 2005 Rank	Country/Economy	GCI 2004 Rank	GCI 2006 Score	GCI 2005 Rank
Switzerland	1	5.81	4	Azerbaijan	84	4.06	82
Finland	2	5.76	2	Colombia	85	4.04	58
Sweden	3	5.74	7	Brazil	86	4.03	57
Denmark	4	5.70	3	Trinidad and Tobago	87	4.03	66
Singapore	5	5.63	5	Romania	88	4.02	67
United States	6	5.61	1	Argentina	89	4.01	54
Japan	7	5.60	10	Morocco	70	4.01	76
Germany	8	5.58	6	Philippines	71	4.00	73
Netherlands	9	5.56	11	Bulgaria	72	3.96	61
United Kingdom	10	5.54	9	Uruguay	73	3.96	70
Hong Kong SAR	11	5.46	14	Para	74	3.94	77
Norway	12	5.42	17	Guatemala	75	3.91	95
Taiwan, China	13	5.41	8	Algeria	76	3.90	82
Iceland	14	5.40	16	Vietnam	77	3.89	74
Israel	15	5.38	23	Ukraine	78	3.89	68
Canada	16	5.37	13	Sri Lanka	79	3.87	80
Austria	17	5.32	15	Macedonia, FYR	80	3.86	75
France	18	5.31	12	Botswana	81	3.79	72
Australia	19	5.29	18	Armenia	82	3.75	81
Belgium	20	5.27	20	Dominican Republic	83	3.75	91
Ireland	21	5.21	21	Namibia	84	3.74	79
Luxembourg	22	5.16	24	Georgia	85	3.73	86
New Zealand	23	5.15	22	Moldova	86	3.71	89
Korea, Rep.	24	5.13	19	Serbia and Montenegro	87	3.69	85
Estonia	25	5.12	26	Venezuela	88	3.69	84
Malaysia	26	5.11	25	Bosnia and Herzegovina	89	3.67	88
Chile	27	4.85	27	Ecuador	90	3.67	87
Spain	28	4.77	28	Pakistan	91	3.66	94
Czech Republic	29	4.74	29	Mongolia	92	3.60	90
Tunisia	30	4.71	37	Honduras	93	3.58	97
Barbados	31	4.70	—	Kenya	94	3.57	93
United Arab Emirates	32	4.66	32	Nicaragua	95	3.52	96
Slovenia	33	4.64	30	Tajikistan	96	3.50	92
Portugal	34	4.60	31	Bolivia	97	3.46	101
Thailand	35	4.58	33	Albania	98	3.46	100
Latvia	36	4.57	39	Bangladesh	99	3.46	98
Slovak Republic	37	4.55	36	Suriname	100	3.45	—
Oman	38	4.55	46	Nigeria	101	3.45	83
Malta	39	4.54	44	Gambia	102	3.43	109
Lithuania	40	4.53	34	Cambodia	103	3.39	111
Hungary	41	4.52	35	Tanzania	104	3.39	105
Italy	42	4.46	38	Benin	105	3.37	106
India	43	4.44	45	Paraguay	106	3.33	102
Kuwait	44	4.41	49	Kyrgyz Republic	107	3.31	104
South Africa	45	4.36	40	Cameroon	108	3.30	99
Cyprus	46	4.36	41	Madagascar	109	3.27	107
Greece	47	4.33	47	Nepal	110	3.26	—
Poland	48	4.30	43	Guyana	111	3.24	108
Bahrain	49	4.28	50	Lesotho	112	3.22	—
Indonesia	50	4.26	69	Uganda	113	3.19	103
Croatia	51	4.26	64	Mauritania	114	3.17	—
Jordan	52	4.25	42	Zambia	115	3.16	—
Costa Rica	53	4.25	56	Burkina Faso	116	3.07	—
China	54	4.24	48	Malawi	117	3.07	114
Mauritius	55	4.20	55	Mali	118	3.02	115
Kazakhstan	56	4.19	51	Zimbabwe	119	3.01	110
Panama	57	4.18	65	Ethiopia	120	2.99	116
Mexico	58	4.18	59	Mozambique	121	2.94	112
Turkey	59	4.14	71	Timor-Leste	122	2.90	113
Jamaica	60	4.10	63	Chad	123	2.61	117
El Salvador	61	4.09	60	Burundi	124	2.59	—
Russian Federation	62	4.06	53	Angola	125	2.50	—
Egypt	63	4.07	52				

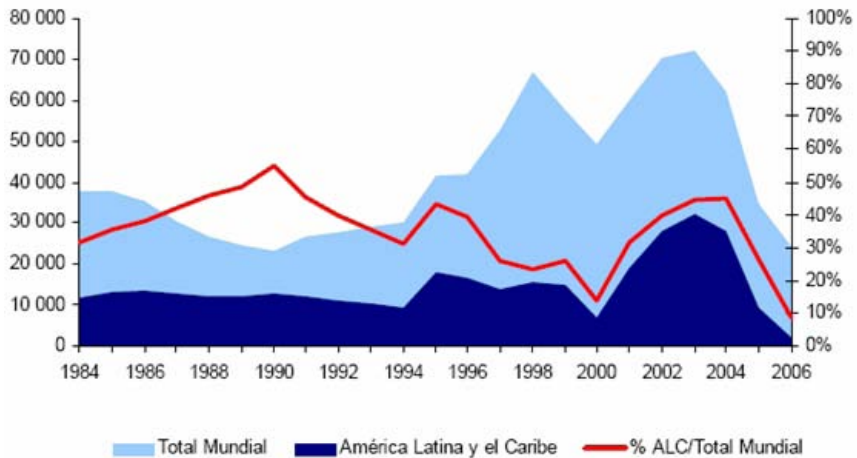
ANEXO V - A

Cae la relación deuda pública/PIB



ANEXO V - B

AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: PRÉSTAMOS CONCEDIDOS POR EL FMI (En millones de DEG)



Fonte: CEPAL, palestra do secretário executivo José Luiz Machinea, Estúdio Econômico de América Latina y el Caribe, 2005-06, 25-07-2006

Referências

North, Douglass Cecil. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, c1990. viii, 152 p. (The political economy of institutions and decisions).

Baumann, Renato; Canuto, Otaviano e Gonçalves, Reinaldo “Economia Internacional – Teoria e Experiência Brasileira”, Editora Campus, Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

Stiglitz, Joseph E. “A Globalização e seus Malefícios”, Editora Futura, São Paulo, 2003.

Salomão, Luiz, “Dívida Externa e Soberania-Um ensaio sobre as perdas internacionais do Brasil” , Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasília, 1990.

Gonçalves, Reinaldo “Economia Política Internacional-Fundamentos Teóricos e as Relações internacionais do Brasil”, Editora Campus, Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

Lopes, Júlio “Pirataria – Desatar esse Nó” –Ed. Futura, Rio de Janeiro, 2006.

Secretaria do Tesouro Nacional http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/RoadShow_Asia2.pdf.

José Luís Machinea, CEPAL <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/26135/P26135.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>.

www.imf.org.

http://www2.standardandpoors.com/portal/site/sp/en/us/page.siteselection/site_selection/1,1,1,1,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0.html.

<http://www.moody.com/moodys/cust/profile/forgotPasswordPg.aspx>.

http://www.fitchratings.com/corporate/sectors/issuers_list_corp.cfm?mm_id=§or_flag=5&marketsector=1&detail=&body_content=issr_list&start_alpha=All&start_row=1&searchText.

Comércio Internacional: Uma Nova Ordem Jurídico-Econômica

AMI – Acordo Multilateral de Investimentos

Gerardo José de Pontes Saraiva

O autor é Cel (Rfm) do Exército, do Quadro de Engenheiros, Mestre em Engenharia Civil e Doutor em Ciências (COPPE / UFRJ), de onde é Professor (colaborador). Atualmente é Assessor do CEE – Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Os países industrializados não poderão viver como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta, a um preço próximo do custo de extração e transporte... Para tanto, terão que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos que assegurem a consecução de seus desígnios. (Henry Kissinger, ex-Secretário de Estado dos EUA, Folha de São Paulo, 29.06.77).

INTRODUÇÃO

O fracasso do socialismo real¹ e o vertiginoso processo de globalização do capitalismo, sob o ponto de vista da colonização ideológica do imaginário social promovida pelo neoliberalismo, abalaram fundamentalmente o *ethos* do mundo ocidental cristão, cujas origens remontam aos filósofos gregos Platão e Aristóteles, cristianizados, respectivamente, por Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.

Se o socialismo real, em grande parte, parece não significar mais do que uma página virada da história política moderna, o

¹ *Socialismo Real* é um termo cunhado por Charbonneau e significa o comunismo condensado na realidade histórica. Vide, do mesmo autor, *Marxismo e Socialismo Real*, pág. 16.

rearranjo do sistema capitalista que emergiu da grande crise mundial dos anos 70 (choques do petróleo), revigorado pela chamada terceira revolução industrial (liderada pela informática), acelera o processo de globalização econômica, financeira e tecnológica, retomando com vigor inaudito o impulso universalizante que já fora tão bem tematizado por Max Weber no início deste século, quando introduziu o seu clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nele, Max Weber chamava a atenção para uma das questões históricas que mais arrebatava os espíritos ilustres do seu tempo na Europa: o motivo pelo qual a modernidade gestada pela civilização ocidental teria tornado essa civilização a única capaz de universalizar os seus valores e experiências vitais por entre os conjuntos dos povos da terra. Em outras palavras, por que a modernidade ocidental estava cada vez mais remodelando a vida de quase todos os povos da humanidade.

Max Weber identificou, no desenvolvimento excepcional da racionalidade técnico-científica, em todos os campos de atividade do homem ocidental, a raiz profunda dos dois maiores legados do Ocidente ao Mundo: o Estado Moderno, fundado na competência do funcionário-burocrata, treinado e especializado, e a força mais significativa da nossa vida, um Capitalismo nunca antes encontrado, baseado na organização racional do trabalho livre, orientada para o mercado real em moldes lucrativos, mediante o cálculo estratégico derivado das aplicações técnicas da ciência.

A expansão vertiginosa das relações de produção e consumo é muito mais poderosa do que todas as tradições culturais e formas de vida não-capitalistas que venham a ser atingidas pelo impacto da trajetória expansionista do capitalismo moderno.

Vencidas as últimas resistências do Antigo Regime², por força das revoluções políticas modernas, o primeiro capitalismo industrial, no bojo do liberalismo econômico, foi ganhando o

2 *Antigo Regime*, tradução literal da expressão francesa *ancien régime*, designando o período histórico que se encerra com a Revolução Francesa. O *Antigo Regime* se caracteriza como uma cultura de tipo sacral, uma organização política baseada na monarquia absoluta, uma organização econômica estruturada pelas corporações e uma organização social estratificada nas camadas da nobreza, clero e povo. A liquidação do *Antigo Regime* abriu caminho para a dessacralização da cultura, o advento das democracias políticas e do liberalismo econômico e a ascensão da burguesia.

controle dos Estados nacionais modernos e é adotado como paradigma de desenvolvimento em toda a Europa e no conjunto de suas antigas e novas colônias.

Mesmo a Igreja Católica, somente no final do século XIX, na figura central do magistério pontifício (Papa Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum* – 1891, marco inicial), venceu um prolongado estado de perplexidade e repúdio à modernidade, passando a expressar suas preocupações e orientações diante da rápida mundialização do capitalismo industrial liberal, bem como da ascensão dos movimentos socialistas alternativos ao sistema capitalista, constatando que o conflito entre capital e trabalho se houvera tornado o drama crucial dos tempos modernos.

A transnacionalização do sistema econômico capitalista, sob o signo da ideologia e das práticas neoliberais, volatiliza as fronteiras geográficas e políticas dos Estados nacionais, rumo à utopia do mercado universal sem barreiras ou limites, em nome dos valores supremos exaltados pela tradição liberalista: a propriedade privada, a liberdade individual, a eficiência e a competitividade.

A intervenção moderadora do poder público estatal ou mesmo de instâncias civis e religiosas preocupadas com a regulação ética das relações econômicas tem sido obstaculizada e até mesmo impedida por esse movimento de globalização das relações capitalistas de mercado, inteiramente confiado às forças da livre concorrência, avesso a todo tipo de controles e regulamentações de poderes extra-mercadológicos, introduzindo, assim, uma espécie de neo-darwinismo social, pelo qual apenas os indivíduos bem dotados da espécie (os mais fortes, mais ricos, qualificados, competentes e astutos) teriam as melhores oportunidades para vencer o processo *natural* de competição, em detrimento dos *incapazes* e *derrotados*. O velho conflito crucial da sociedade industrial entre capital e trabalho tornou-se artigo de luxo, reservado a um núcleo cada vez mais reduzido de cidadãos bem integrados nos circuitos avançados da produção e do consumo de bens sofisticados. Em outras palavras, ao conflito capital-trabalho superpôs-se um dilema ainda mais dramático, que consiste na crescente integração dos núcleos mundiais dotados de opulência econômica e excelência técnico-científica, cada vez

mais distanciados e indiferentes a uma imensa massa amorfa de excluídos sócio-econômicos, políticos e culturais.

A situação, ademais, tende a agravar-se, conforme se pode depreender pela continuação da leitura deste trabalho, na tentativa, ainda existente, da introdução, no relacionamento entre as nações, principalmente, no setor socioeconômico-jurídico, do **AMI –ACORDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS.**

1. UM BREVE HISTÓRICO

Acompanhando o desenrolar da história dos dois últimos séculos, vê-se nascer e morrer uma civilização que deve ser reconhecida como sendo essencialmente uma *Civilização Industrial*. A primeira onda da civilização, que conduzia o homem sempre para a frente sob o domínio de uma razão cada vez mais poderosa, terminava num ponto alto: o da explosão científica. Momento estratégico, porque as ciências, que eram no princípio pura expressão do saber, muito cedo encontrariam aplicações cada vez mais numerosas e importantes, que iriam permitir o surgimento de técnicas novas que se multiplicariam e constituiriam o fluxo da *Segunda Onda*, que teria incontável poder.

À saída da Idade Média, após as hesitações da Renascença, a época moderna tomava corpo. Nascia a *Civilização Industrial* que abria as velas sobre um mundo que, de velho, tornava a ser jovem. E o primeiro impulso dessa onda, que nos carrega há mais de dois séculos, incorporava-se no Capitalismo. Este conheceria diferentes idades, formas múltiplas e variadas, altos e baixos. Viveria, primeiro sua infância à sombra dos primeiros grandes teóricos que lhe dariam a estrutura essencial. Entre eles, Smith e Ricardo se destacariam como os mais poderosos e fecundos pensadores, que traçariam o desenho rigoroso dos caminhos a seguir. Fortalecido pela sua orientação, apoiado nas suas intuições mestras, o mundo seria criado segundo um modelo mercantil e industrial, que se revelaria cada vez mais forte, a ponto de parecer irreversível. Herdeiro dos grandes movimentos de acesso à liberdade que amadureciam no decorrer do Século XVIII, o liberalismo, que a ingenuidade do momento julgava ser a

expressão soberana do futuro homem, aplicando-se à realidade econômica, perderia seu brilho e sua auréola. A partir do momento em que se soldassem *Liberalismo* e *Capitalismo*, estava-se forçosamente mergulhado no movimento caótico e soberanamente perigoso (como o futuro mostraria) do *Capitalismo Liberal*. Apenas iniciada a era industrial, viveríamos, então, dois séculos que seriam o triunfo de um Liberalismo equívoco e de um Capitalismo fecundo, porém implacável. Durante o Século XIX, o liberalismo econômico criaria estruturas novas, se isentaria de qualquer dificuldade e colocaria os primeiros degraus de uma civilização que se movimentaria inteiramente em volta do binômio *capital / trabalho*, isto é, se traduzirmos esse binômio em termos humanos, em volta da dialética³ trágica capitalistas-trabalhadores.

Depois das tentativas da infância, os passos da civilização industrial se firmariam com o decorrer de uma adolescência cheia de vitalidade, brilhante de audácia, e que alimentavam os mais suntuosos sonhos. Acreditava-se viver à entrada do Paraíso. Mas chegou o momento da primeira maturidade, e a realidade liquidou violentamente os sonhos. O edifício construído com tanto cuidado, a Torre de Babel pretensiosa que sobressaía no horizonte dourado, desabaria de um só golpe, num marasmo sem igual. Seria o tonitruante alarido da *Grande Depressão*. O Capitalismo, após suas fascinantes promessas, revelava sua mensagem essencial. As fortunas aniquilavam-se, o desemprego tornava-se epidêmico, a moeda sofria uma desvalorização que a reduzia ao estado de fantasma, as indústrias se enfraqueciam; uma agitação de incrível violência abria os abismos nos quais tudo parecia soçobrar.

Mas, apesar da desconfiança compreensível e justificada, o

3 Para Hegel, *dialética* é o processo pelo qual o pensamento se desenvolve segundo suas próprias leis, que são as mesmas do ser, ou seja, segundo o ritmo ternário da tese, da antítese e da síntese. Com isso, Hegel justifica o desenvolvimento do mundo e a evolução do pensamento humano pelo processo dialético, segundo o qual não há *condição permanente: em cada fase das coisas existe uma contradição que só o conflito dos contrários pode resolver* (Will Durant, *História da Filosofia - A Vida e as Idéias dos Grandes Filósofos*, Cia. Editora Nacional, s.d., p. 292). A tese gera a antítese; da luta entre ambas, resulta a síntese. Toda síntese, uma vez firmada, passa à condição de tese. Esta é a armadura filosófica de que Marx se apossou.

Capitalismo liberal, tornando-se um pouco menos liberal, recebeu um novo impulso. O *New Deal* recolocaria a causa em movimento. Após a primeira maturidade, viria a segunda: mais circunspecta, mais prudente, mais comedida, mais crítica. Após a inesquecível *Depressão*, um ressurgimento devolveria a vida ao Capitalismo que havia esbarrado na morte. Até a Segunda Guerra Mundial, ele se afirmaria, estenderia seus tentáculos sobre um mundo que seria inteiramente entregue ao seu poder e obedeceria aos seus imperativos sem pestanejar.

Desde o começo, e mais ainda quando se tornou o senhor inquestionável da Indústria, soberana de um reino que seria do domínio e da submissão impotente, o Capitalismo firmava-se sem máscara, como uma permanente e radical agressão. Em tal situação, conforme a eterna lei do pêndulo, uma nova força iria quase fatalmente nascer, contestatória, reivindicadora, perseverante. O Socialismo assim apareceria desde a primeira metade do Século XIX, quando o Capitalismo tomava impulso e começava a afirmar-se como uma força incontida e incontrolável, que iria impor a agonia do liberalismo econômico e criar novas condições que iriam rapidamente obrigá-lo a tomar caminhos imprevistos. Nasceria então o *Neocapitalismo*, menos rígido, menos dogmático, menos implacável; o velho Capitalismo conservaria seus princípios fundamentais, aos quais permaneceria fiel, mas tornar-se-ia mais flexível, e tentaria, com mais ou menos sucesso, fazer-se um pouco mais humano. Depois da infância, da adolescência, da maturidade, esboçava-se uma velhice ainda fecunda, mas menos segura, aceitando a reflexão crítica e desejando caminhos novos. É assim que continuamos submersos numa civilização industrial que só pode prosseguir. Porém, de agora em diante ela não repousa mais somente sobre o Capitalismo. Com o Socialismo, criou-se, por assim dizer, uma radical dialética. A tese capitalista perdeu o fôlego. Perto dela a antítese socialista torna-se cada vez mais cáustica. E quando ela se torna puro Marxismo (ou como pretende a tradição leninista: socialista *científica*) não há lugar para nenhuma síntese. As forças estão bloqueadas (daí a propriedade da expressão *bloco capitalista, bloco comunista*). O problema, hoje, se apresenta confuso e sombrio. Não se apresenta mais um

confrontamento nítido entre sistemas, doutrinas e ideologias, entre capitalismo e socialismo.

Ambos bóiam à tona da mesma corrente de fundo, a cultura tecnológica e a sociedade de consumo, em fase de planetização. Boiando, por vezes, se aproximam e se chocam um com o outro, mas os choques são hoje menos ocasião de atrito do que oportunidade para clandestinas e inconfessáveis fecundações, sem se que possa anunciar, sequer, a ilusão de um possível encontro.

É aí que nos situamos, sem que alguém possa prever em que rumo nos encontraremos amanhã, um amanhã que já é presente; e, pior do que isso, nos ameaça.

2. CAPITALISMO E SOCIALISMO, NEOCAPITALISMO E NEOLIBERALISMO

2.1 Capitalismo - Socialismo: Uma Atualização Sumária

Atualmente, o mundo — e, em especial, a América Latina — parece estar vivendo um momento em que há uma grande decepção com a política e com os políticos. São vários os motivos. Por um lado, a direita se apropriou das palavras da esquerda. Por outro, a prática política da esquerda não se diferencia dos partidos de centro e de direita. Os modelos de socialismo com referências concretas desapareceram. A esquerda está vivendo momentos difíceis de confusão, de crise. Parte da esquerda acha que a política é a arte do possível, que não há outra realidade a não ser o neoliberalismo, que não há outra opção e temos que nos adaptar a essa realidade tentando humanizá-la. Daí, o equívoco. Política é a arte de fazer possível no futuro o que hoje parece impossível; o que funciona é a prática política e não o discurso.

As propostas do socialismo (pelo menos no papel) são generosas: a construção de uma sociedade justa em que todos seriam iguais. Uma espécie de utopia. O grande erro do socialismo — do socialismo real, pelo menos — que sumiu como uma bolha de sabão, foi ignorar a transcendência, a eterna insatisfação e busca de respostas que atribulam a alma do ser humano; crer que

educação, saúde, alguma comida para todos e trabalho colocavam o homem no limiar do paraíso. Limitando a utopia, a vida perdeu sentido para o homem que, burocrata, fazia parafusos, cumpria metas, e ninguém tinha idéia do que fazer com eles. O socialismo real morreu por temer a liberdade, por falta de imaginação, por ter o stalinismo transformado uma sociedade em um caldeirão mefistofélico. A revolução deveria cumprir seus propósitos, mudar a sociedade e desaparecer antes de transformar-se em fosséis, onde a transcendência e o ideal utópico são substituídos pelo culto ao líder, mumificando-o e exibindo-o, mesmo depois de morto.

O problema do socialismo, no entanto, não é monopólio dele. O capitalismo finge ser espiritual e imprime em seu dinheiro *In God we trust*⁴, mas na prática ele é mais estéril, materialista, hipócrita e muito menos generoso; é apenas mais esperto, porque, como o diabo, é mais velho. Observando o mundo em que vivemos neste limiar de um novo milênio, neoliberal da idéia única e do *deus mercado*, o que se vê são oligopólios que se devoram, em luta mortal, por mais uma fatia de mercado, para impor um modo novo de vida. De alimentar-se, de divertir-se, de plantar ou falar ao telefone, enquanto a maioria da humanidade permanece à beira do caminho, não dispendo, sequer, de meios de subsistência.

Nestes tempos de pensamento único, em que o deus mercado é mundialmente adorado, talvez valha a pena chamar a atenção para um aspecto: o capitalismo tem sido colocado por muitos pensadores no banco dos réus, passando, assim, a ser o portador do mal na face moderna do regime que atualmente predomina no globo, sendo o responsável pela concentração de renda nas mãos de poucos — o que implica a exclusão de bilhões de pessoas. Na realidade, o capitalismo não é intrinsecamente mal; nem o dinheiro. O dinheiro não tem valor moral. É o seu uso que o define do ponto de vista ético, da mesma forma como o que acontece com o rádio, a televisão ou a internet. *Mutatis mutandis*, de certa maneira, pode-se aplicar isso ao capitalismo: as mudanças nele introduzidas, principalmente pelo neoliberalismo, é que dele fizeram esse verdadeiro Moloque, a que tudo deve ser sacrificado.

⁴ *Em Deus, nós confiamos*. Disso não temos dúvida: o importante é saber se Deus confia neles...

Feito este parêntese, retomemos nossa rápida atualização de mudanças no funcionamento do capitalismo globalizado.

Capitalismo é um sistema inerentemente instável e o é tanto mais quanto se encontra em seu estágio inicial, lembrava o veterano Galbraith em entrevista concedida em dezembro de 1999 à revista do Fundo Monetário Internacional. Se depois de todas as crises recentes, ainda fosse necessário resgatar essa antiga verdade, os acontecimentos de maio deste ano se encarregariam de dissipar qualquer dúvida.

O aumento em meio ponto percentual da taxa de juros nos Estados Unidos e a desvalorização adicional da moeda da União Européia, as quais, isoladamente, não provocariam nenhuma catástrofe, tomadas, porém, em conjunto, indicam o início de um inevitável período de ajustamento macroeconômico entre as três grandes economias (Estados Unidos, União Européia e Japão) e suas respectivas moedas. Em consequência disso, haverá, nos próximos meses e anos, mudanças significativas na velocidade com que vêm crescendo essas economias e com sua capacidade de importar, exportar e de acumular *déficits* ou *superávits* na balança de comércio e nas contas correntes. Isso significa uma tendência para o aumento não só da taxa de juros, mas da taxa de incerteza da economia mundial.

Há quase duas décadas, o mundo capitalista convive com um fenômeno denominado *New Economy*: em vez da produção real de bens e serviços, são os mercados financeiros que determinam a sorte da economia mundial. Mas, há tempos, dissipou-se o temor de que essa absurda inversão das relações entre mercadoria e dinheiro pudesse conduzir a uma nova crise econômica mundial.

Desde a primeira moratória mexicana no início dos anos 80, sucedeu-se toda uma série de crises financeiras regionais, cada uma delas, porém, capaz de ser contida. O México, pelo menos era a impressão, poderia ficar na bancarrota quantas vezes quisesse. Sempre haveria um novo *pacote* de ajuda do FMI e dos bancos credores: *migalhas* de US\$ 20 bilhões, US\$ 60 bilhões, uma ninharia. Da crise de endividamento de todo o Terceiro Mundo dos anos 80, àquela época o bicho-papão dos analistas, há muito ninguém ouve mais falar. Algo mudou, pois o

problema não foi resolvido. E é preciso ser resolvido? E quem vai se importar com isso, se nesse meio tempo passaram a circular ao redor do globo US\$ 2 ou 3 trilhões em forma de títulos da dívida da periferia capitalista?

Bertrand Russel, cuja reputação começa a recuperar-se depois de longo crepúsculo, teria dito que o problema do mundo era os burros estarem cheios de certezas e os inteligentes se caracterizarem pelas dúvidas. Não há como discordar ao ver um especulador de excepcional êxito como George Soros *pendurar as chuteiras* e anunciar que os mercados se tornaram excessivamente voláteis para seu gosto. Ele não é o único a tomar essa decisão. Outras figuras importantes dos mercados financeiros decidiram se aposentar ou confessam não compreender mais o que vem acontecendo.

O mesmo quadro repete-se no Leste Europeu. Realmente, a chamada *transformação para a economia de mercados* dos antigos países socialistas foi por água abaixo. Em termos de economia real, pelo menos, a privatização de empresas estatais foi, em grande parte, um fiasco — mas, afinal, o que vem a ser *economia real*? Mesmo onde há muito não germina mais uma semente, dívidas assustadoras transformam-se miraculosamente em ativos da especulação transnacional.

Faz anos que as finanças russas estão quebradas, sem que se possa entrever qualquer tipo de conseqüência. Os empréstimos do FMI são remetidos religiosamente e, com eles, o clã bizantino de Ieltsin (e de seu sucessor?) aproveita para comprar presentes de Natal na Califórnia ou na costa oriental. A cada mês, a Rússia despeja novamente nos mercados financeiros transnacionais cerca de US\$ 1 bilhão de dólares, sem que esse dinheiro tenha passado sequer uma vez por investimentos reais.

Também, não parece mais criar problema a crise asiática, que em 1997-98 abalou o mundo. A catástrofe da economia real, que arruína vários milhões de almas, parece não ter feito mal ao mercado financeiro, no qual o otimismo corre novamente solto e os índices das ações, de Seul a Manila, com ligeiras perturbações, pairam em alturas etéreas, como se crise não houvesse existido. Atrás, porém, dessa fachada restaurada se oculta um volume

monstruoso de *créditos podres*, que jamais poderão ser saldados.

2.2 Neocapitalismo

Apesar de já tratado o Capitalismo, mister se faz que, aqui, sejam introduzidas algumas outras considerações, pois até agora nos reportamos quase que tão somente ao Capitalismo liberal. Julgamos que isto seja necessário para que possamos analisar, mesmo de modo sucinto, o Neoliberalismo em suas ligações com o Neocapitalismo, pois o Capitalismo não pode ser objeto de nossa repulsa em todas as modalidades em que se tem transformado e subsistido.

Realmente, é possível que a evolução político-econômica dos países adiantados tenha levado essas regiões a um diferente e novo sistema de Capitalismo, livre dos graves erros do liberalismo.

Infelizmente, porém, o Capitalismo que grassa nas nações subdesenvolvidas, depois de eufemisticamente nomeadas *países em desenvolvimento* e agora tratadas como *emergentes*, em seu conjunto, é liberal.

Àqueles que, apesar das evidências ainda põem dúvida nossa assertiva, permitimo-nos lembrar, a título de exemplo, este espantoso anacronismo: um famoso economista brasileiro, contestando a validade da legislação que estabelece o salário mínimo individual, protestava quanto à interferência do Legislativo nesse assunto porque, dizia, *a legislação do salário mínimo procura transpor para o campo social um problema que é, em sua essência, econômico*.⁵ Acreditava-se estar de novo nos mais belos dias do puro Capitalismo liberal, e certas páginas desse autor parecem tiradas diretamente de Adam Smith. Isso em pleno Século XX. Em decorrência de tal concepção é que o salário aparece — e muitas vezes o é efetivamente — *um contrato ilusório imposto ao pobre pelo rico*.⁶

Ora, esse é um Capitalismo, sem dúvida, predominantemente liberal e o Capitalismo liberal é inquestionavelmente inaceitável, tanto nas suas premissas quanto na sua práxis. Mas nada obriga o Capitalismo a ser liberal. E, na medida em que certas formas

⁵ GUDIN, Eugênio. *Inflação, Importação e Exportação, Café, Crédito, Desenvolvimento, Industrialização*. Rio, AGIR, 1959, p. 239.

⁶ CHATELET, François. *Les Lumières — Le XVIIIe Siècle*. Paris, Hachette, 1972, p. 189.

de Capitalismo não pactuam com a filosofia que desemboca no liberalismo, respeitam o trabalho, polarizam-se sobre o homem, evoluem sem ferir o bem comum, elas são perfeitamente condizentes com o Humanismo.

É preciso, pois, que se analise em que condições o Capitalismo concreto seria aceitável e quais os corretivos necessários para torná-lo conciliável com o autêntico pensamento humanista. Jolivet coloca este problema em termos equilibrados ao recapitular os dados que se nos oferecem:

...o Capitalismo, por si, não está ligado ao liberalismo até ao ponto de não poder comportar correções e arranjos que o tornem menos contrário às exigências de uma justa e equilibrada ordem social. Na realidade, tem recebido, quase em toda parte, modificações mais ou menos extensas e profundas. Resta, porém, saber se é capaz de transformar-se até o ponto de desvencilhar-se do liberalismo, que lhe deu sua forma histórica, permitindo o advento de um regime social que ponha fim à chaga do proletariado.⁷

Julgamos que a maioria dos economistas se tenha encontrado tomados de entusiasmo, vendo o Capitalismo, principalmente no período pós-guerra (1945-1970), qual Fênix secular, ressurgir de suas cinzas e graças a ele terem imaginado que uma nova esperança tivesse aparecido em nossa civilização. Neste espírito, um economista contemporâneo escreve entusiasticamente: *O Capitalismo, no passado, foi uma conquista. Não é anormal que ele assim permaneça hoje, e que deva continuar no futuro.⁸*

Mesmo um espírito cáustico como Galbraith, que sempre nutre uma reserva meio cínica, se entregou a essa euforia: *Uma nova época abençoada, disse, abre-se para os economistas políticos;*

⁷ JOLIVET, Régis. *Traité de Philosophie, t. IV. Morale*. Paris, Emmanuel Vitte, 1941, p. 304.

⁸ GUINDEY, Guillaume. *Vingt et une questions sur le Capitalisme*. Vendôme, P.U.F., p. 93.

*mesmo para aqueles que encontram refúgio nos computadores.*⁹

Essas opiniões e afirmações tiveram sua razão de ser. De fato, há cerca de sessenta anos, desde a célebre crise de 1929, que forçou o Capitalismo a rever suas estruturas, o Estado reassumiu seu papel. Compreendeu-se que *os meios de ação do Estado-gendarme, do Estado-árbitro não pareciam mais suficientes para fazer prevalecer o interesse geral no meio do interesse deixado às iniciativas privadas.*¹⁰

Era preciso, portanto, que a procura do lucro, motivo principal das empresas privadas, se integrasse na busca do bem comum e que o Estado, promotor deste, retomasse o seu lugar, assumindo suas verdadeiras funções, que o liberalismo econômico o fizera perder. Keynes, talvez, foi o economista capitalista que mais contribuiu para operar essa decisiva transformação.

Seria injustiça e má fé negar que o Neocapitalismo trouxe considerável progresso no sentido das transformações de estruturas que humanizam sensivelmente a economia. Portanto, muito judiciosa a opinião de Fernando Bastos de Ávila, quando afirma que não se pode condenar o Neocapitalismo, porque, diz ele, *não se poderia condenar um conjunto de medidas sociais e econômicas que representam um incontestável progresso sobre a situação histórica anterior.*¹¹

No entanto, por maiores que tenham sido as modificações do Neocapitalismo, não acreditamos que ele satisfaça às exigências sociais de justiça, de vez que a mentalidade em que repousa é ainda por demais capitalista e muito pouco humana para ser aceita como humanista. Três fatores decisivos podem ser apontados contra o Neocapitalismo: tendo suas raízes no liberalismo, ultrapassou-o no que se refere a certas estruturas, mas não no plano da orientação fundamental. Assim, continua pregando o *primado da produção, o primado do dinheiro e o primado do lucro*. Ora, esses três dogmas do

⁹ GALBRAITH, John Kenneth, SALINGER, Nicole. *Tout savoir ou presque sur l'Économie*. Paris, Seuil, 1978, p. 185.

¹⁰ CHAZEL, M., POYET, H.. *L'Économie Mixte*. Paris, P.U.F., 1963, p.5, citado por Charbonneau, 1983, p. 76.

¹¹ ÁVILA, Fernando Bastos de, S.J. *Neocapitalismo, Socialismo e Solidarismo*. Rio, AGIR, 1963, p. 40.

Neoliberalismo incompatibilizam-no com a doutrina social humanista. Fixando-nos apenas neste último aspecto, o *primado do lucro*, não podemos negar que ele seja legítimo, quando realizado numa justa proporção; entretanto, embora necessário, ele nunca pode ser considerado como a razão de ser da empresa, pois, em assim sendo, o Neoliberalismo é o herdeiro dos pontos de vista liberais de Adam Smith. Mesmo tendo sido esse conceito de lucro temperado pelo fato de se haver restituído ao bem comum alguns de seus direitos, fazendo-se com que o lucro se enquadrasse nas exigências impostas por esse bem comum; mesmo havendo tido demarcados os seus direitos, o lucro continua sendo a última razão de ser dos investimentos, que se distribuem menos por causa das necessidades e conveniências do que com vista aos benefícios esperados. Disso resulta uma economia de consumo, de luxo e de lucro.

Essas considerações permitem-nos manter as mais sérias reservas em relação ao Neoliberalismo, o qual deveria ser chamado, como já o faz a maioria dos economistas, de Neoliberalismo. Enquanto neoliberal, a nova economia capitalista está sempre viciada pelos princípios diretores do liberalismo: se se libertou de Quesnay (caráter fisiocrático), ainda não abandonou Adam Smith.

Para evitar equívocos, sempre perigosos, queremos deixar bem clara nossa posição: nem capitalismo, nem socialismo (pelo menos como este tem sido praticado, principalmente o *socialismo real*). Imprescindível se faz adotar uma terceira posição¹² — qualquer seja o nome que lhe seja dado — uma posição que corresponda a uma filosofia que possibilite uma sociedade político-econômica organizada, que propicie ao ser humano que se o considere como *pessoa que é*, com toda a dignidade e os direitos de um ser humano.

2.3 Neoliberalismo

Infelizmente, à medida que se aproximava o novo milênio, as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que

¹² Não se confunda isso com essa *Terceira Via* tão decantada na recente reunião de alguns Chefes de Estado em Berlim.

as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1970. (Eric Hobsbawm, A Era dos Extremos).

Como já se assinalou na Introdução deste trabalho, uma das questões históricas que mais arrebatava os espíritos ilustrados do seu tempo na Europa foi introduzida, no princípio do Século XX (1904), por Max Weber em seu livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*: como e por que a modernidade no Ocidente teria moldado a civilização ocidental de modo a torná-la a única capaz de universalizar seus valores e experiências vitais. Essa visão de Max Weber continua realista.

O Capitalismo industrial brilhou intensamente nas décadas de 45 até os anos 70, durante a segunda revolução industrial, motivado pelo crescimento e expansão da indústria. Vários países do Terceiro Mundo se industrializaram, e a reconstrução dos países arrasados pela guerra também foi um dos fatores desse crescimento e dessa expansão. O mesmo aconteceu nos países da Europa Oriental, os quais, através de um capitalismo planejado de Estado, reproduziram a indústria já padronizada no Ocidente.

No começo dos anos 70, desembocando nos anos 80, surge uma situação de crise no capitalismo mundial, coincidente com o início da terceira revolução industrial.¹³ No final da década de 60, já a taxa de juros vinha caindo em toda parte. A subida dos preços internacionais do petróleo força os países altamente industrializados, para compensarem as perdas na importação dos combustíveis, a buscar suas vantagens comparativas em setores de ponta, como a engenharia genética, a química fina e a informática, ou na produção sintética de bens que substituam produtos primários.

A grande crise do modelo econômico de pós-guerra chegou em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão. Essa recessão apresentava, pela primeira vez, uma característica: a ocorrência simultânea de baixas

¹³ Quando se fala em terceira revolução industrial, é porque depois da máquina e da organização racional da produção, o elemento decisivo se torna a informação, que a informática permite armazenar e empregar de forma ágil e adequada.

taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Isso mudou tudo, pois, a partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. Hayek e seus seguidores afirmavam que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira especial, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos teriam destruído os níveis necessários de lucro das empresas e desencadeado os processos inflacionários que teriam dado origem — consequência natural — a uma crise generalizada das economias de mercado. O remédio seria, então, manter um Estado forte, sim, mas tão somente em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e de controlar o dinheiro; deveria, no entanto, ter um poder muito fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

Preconizavam, mais, que a estabilidade econômica deveria ser a meta suprema de todo governo, para o que seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos do bem-estar e a restauração da taxa *natural* de desemprego, ou seja, um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Além disso, para incentivar os agentes econômicos, seriam imprescindíveis reformas fiscais, o que, traduzindo, significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Disso resultaria, como resultou, uma nova e *saudável* desigualdade que dinamizaria as economias avançadas, então às voltas com a estagflação — segundo eles — resultado direto de Keynes e de Beveridge ¹⁴, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais teriam deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado.

¹⁴ *Plano Beveridge*. Plano concebido por Sir William Beveridge em 1942, para a revisão do sistema de seguridade social da Inglaterra. Cobria oito causas primárias de necessidades: (i) desemprego; (ii) invalidez; (iii) perda de rendimentos por falta de emprego regular; (iv) aposentadoria; (v) necessidades oriundas do casamento (mulheres); (vi) despesas com crianças (infância); (vii) despesas com funeral; (viii) doença ou incapacidade. (SANDRONI, 1996, verbete *Plano Beveridge*).

Partindo dessa *realidade*, as lideranças do capitalismo mundial se convenceram de que a única saída para a queda constante dos lucros dos capitalistas seria seguir os princípios neoliberais propostos em primeiro lugar por Friedrich Hayek em 1944, os quais, porém, só foram efetivamente postos em prática na década de 70. Na realidade, tratava-se de uma veemente reação intelectual e política ocorrida nos países centrais do capitalismo contra o Estado de bem-estar social europeu e o Estado intervencionista, inclusive o do *New Deal* norte-americano, promovido por Roosevelt após a depressão ocorrida a partir do *crash* da bolsa de Nova York em 1929.

Segundo esses princípios, o único regulador da economia deve ser o mercado e o Estado deve deixar de intervir na economia (no sentido da distribuição de renda, da implementação de políticas sociais — saúde, educação, emprego, moradia). Segundo ainda Hayek, o que levou às dificuldades econômicas atuais foi o excesso de responsabilidades que o Estado assumiu, que o tornou necessariamente deficitário. Para corrigir esse erro, o Estado deve largar esse fardo, deixando as atividades econômicas para a iniciativa privada, a regulamentação dessas atividades para o mercado, e as responsabilidades sociais para os indivíduos.

Liderados por Hayek, outros importantes ideólogos neoliberais como Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig von Mises, Lionel Robins constituíram, em 1947, a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos, cujo propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras.

Essa política levou mais ou menos uma década (os anos 70) para ser implementada, quando a maioria dos governos da OCDE — Organização Europeia Para o Comércio e o Desenvolvimento — tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Inicialmente foi implantada na Inglaterra (governos Thatcher e Major: 1979-1997) e nos EUA (governos Nixon e Reagan: 1980-1992). Posteriormente, outros países, inclusive da América Latina, adotaram-na também: em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha; a Dinamarca, Estado

modelo do bem-estar escandinavo, em 1983, caiu sob o controle de uma clara coalizão de direita, o governo de Schluter; a partir daí, todos os Estados da Europa Ocidental, exceção da Áustria¹⁵ e da Suécia, adotaram regimes políticos de direita.

Os governos neoliberais tiveram diferentes maneiras de implementar sua filosofia, melhor diria, sua ideologia (não consideramos o neoliberalismo como uma filosofia), mas de maneira geral, suas ações foram, mais ou menos, semelhantes: contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, reduziram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego maciços, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical, cortaram gastos sociais.

Seus efeitos não se fizeram esperar. Nos EUA, a população abaixo da linha da pobreza passou de 24 para 32 milhões entre 1980 e 1988 (governos Reagan). Na Inglaterra, os problemas sociais se agravaram enormemente, voltando a surgir um problema inexistente desde o início do século: população de rua. Em ambos os países, muitas indústrias faliram e o desemprego aumentou de forma descomunal. O número de desempregados na Comunidade Européia chegou a 38 milhões.

Essas conseqüências sociais não são aleatórias: são previstas pelos idealizadores de tal política. As relações trabalhistas são desregulamentadas, os contratos de trabalho são *flexibilizados*, as exigências legais relativas ao emprego da mão-de-obra são diminuídas, deixando que as relações trabalhistas sejam reguladas pelo mercado. Isso implica flexibilização das relações trabalhistas, isto é, enfraquecimento do sindicalismo, de modo que o mercado possa exercer plenamente seu papel regulador, sem empecilhos.

Ao desregulamentar e flexibilizar as relações trabalhistas — num momento em que as novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra estão entrando intensivamente —, a política neoliberal precariza o trabalho. E isso por dois motivos: (a) apenas uma pequena parte dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores

¹⁵ Em outubro de 1999, Joerg Haider, acusado de neonazista, obteve quase 30% de votos, tornando-se o seu partido, o FPÖ — o Partido da Liberdade — a segunda força política no país e, atualmente, fazendo parte da coligação governamental.

especializados, têm seus empregos relativamente garantidos e (b) por outro lado, uma série de atividades, que antes eram realizadas pelas próprias empresas, são terceirizadas; o contrato nessas empresas é, via de regra, mais precário do que nas empresas originais, os salários são mais baixos e há menos garantia.

Não é sem razão que, em todos os países onde foram adotadas as medidas neoliberais, aumentou fantásticamente o trabalho informal (sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, sem seguridade social): de camelôs ou ambulantes, as oficinas domésticas e de artesãos.

Os teóricos do neoliberalismo prevêem a constituição de uma população permanentemente desempregada: seja jovens que não conseguirão entrar no mercado de trabalho — nem sequer o informal —, sejam adultos que perdem o emprego e não conseguem nunca mais um novo emprego, nem mesmo precário. O desemprego está se tornando endêmico no mundo inteiro; no entanto, no Primeiro Mundo, há ainda uma série de garantias e de condições de vida que permitem algum tipo de sobrevivência para os desempregados. Já nos países do Terceiro Mundo, ser jogado no desemprego permanente significa estar entregue à própria sorte. E, no limite, cair na criminalidade.

Assim sendo, os teóricos neoliberais reconhecem que só haverá lugar ao sol para uma parte da população; uma outra parte sobreviverá graças a ingentes esforços; finalmente, uma última parte não terá vez: são os verdadeiros *excluídos*.^a

A soberania nacional — idéia tão cara aos cidadãos dos Estados nacionais, e idéia-força das lutas contra a dominação colonial ou imperialista — torna-se, para os políticos neoliberais, um empecilho a seus planos. Só admitem uma soberania, a do capital e, frente a esta, os países devem se curvar.¹⁶

Um dos aspectos mais cínicos da fase atual é que os neoliberais, através de uma certa mídia amestrada, querem fazer-nos acreditar que essa política que está sendo implementada é a única possível na atual situação do mundo, é a única que a economia mundial nos permite. Por estranha ironia do destino, depois de ter denunciado Marx

¹⁶ No Jornal do Brasil de 09.02.99, em excelente artigo à p. 11, 1^o cad., com o título *Requiem para a Soberania*, Moacir Werneck de Castro trata desse tema com muita atualidade.

durante mais de cem anos por defender uma teoria marcada pelo determinismo econômico, os capitalistas, *defensores da liberdade*, afirmam que o único caminho que temos de seguir é aquele indicado, deterministicamente, pela situação econômica mundial, a que eles, aliás, nos levaram; e que tudo o que está sendo feito ou será feito, o está sendo ou o será por exigência da economia.

O Neocapitalismo *hayekiano*, ou o Neoliberalismo — ou qualquer nome que se lhe dê — por maiores novidades que tenha tolerado ou assimilado nas relações de trabalho, continua a preservar a essência do Capitalismo: a hegemonia do capital no processo histórico da vida de uma nação.

E mais uma ironia da história! O capitalismo, segundo a célebre tese de Max Weber, nascera sob o signo da austeridade puritana, a qual via na prosperidade econômica o sinal da predestinação divina. Esse mesmo capitalismo evoluiu no sentido da sociedade consumista que é a própria contradição de suas origens culturais.

3. OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Constituída na Rodada do Uruguai, através da assinatura da Ata de Marrakech em Dez de 1994, a OMC (sigla em inglês: WTO – World Trade Organization) é uma instituição intergovernamental, Entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, e substituiu o *Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio* (GATT - General Agreement on Tariffs and Trade). Tem sede em Genebra, Suíça, *Compreendendo mais de 149 Estados-membros, mas ainda não o Brasil, a Rússia e a China, ela tem por único objetivo suprimir todos os entraves ao comércio mundial. Seu postulado é que quanto mais comércio houver, mais crescimento e riqueza haverá para todos. Na realidade, a história econômica demonstra exatamente o contrário: o livre comércio aproveita essencialmente aos países fortes e arruina os fracos, como o atestam numerosos países da África e da América Latina, que acreditaram nessa quimera ideológica, ou a ela foram submetidos.*¹⁷

A OMC é, antes de tudo, hermética e muitas idéias falsas

¹⁷ Bernard Cassen, Bernard.Cassen@Monde-diplomatique.fr

circulam sobre ela. Suas sessões se desenrolam a portas fechadas e os textos que delas resultam são confidenciais até o momento em que são assinados. A imprensa, inclusive a especializada em Economia, contenta-se em emitir comunicados e lacônicos resumos oficiais. Em matéria de organização multilateral, trata-se de uma instância fechada, sujeita a enormes pressões por parte dos interesses econômicos dominantes, e nela não existem representantes nem de sindicatos, nem de consumidores, nem de cidadãos.

Indiretamente, por meio da regulamentação das transações comerciais, a OMC se imiscui em quase todos os campos da vida política, econômica e social dos países membros: da concentração de inseticida (DDT) aceitável nos legumes até a presença de organismos geneticamente manipulados (OGM) na nossa alimentação diária, passando pelo futuro dos serviços públicos, as regras da OMC ditam os rumos dos negócios no mundo.

A OMC inclui, hoje, 149 países, a Assembléia Ministerial, teoricamente a instância suprema, composta pelos ministros das finanças dos países membros, tem obrigação de reunir-se somente a cada dois anos. Nesse ínterim, os tecnocratas tratam dos assuntos rotineiros. Eles não prestam contas aos parlamentos nacionais, os quais não são nem mesmo informados do teor das negociações em andamento. Por outro lado, esses tecnocratas são fiscalizados pelos emissários dos atores econômicos mais poderosos. Assim, a Câmara de Comércio Internacional, na brochura de sua apresentação, se vangloria de *exercer uma influência sem igual sobre as negociações da OMC*.

Os assuntos mais sensíveis são tratados por ocasião das reuniões *informais*, que são convocadas pelo seu diretor. Os países do Sul não são nem mesmo convidados. Quando muito, alguns deles são arbitrariamente selecionados para dar às reuniões dos países em desenvolvimento uma aparência de representação. Na realidade é a *QUAD* — Estados Unidos, Canadá, União Européia e Japão — que fixa tanto o conteúdo dessas reuniões, como o calendário das negociações. Os tecnocratas — *embaixadores [?]* — na OMC são nomeados pelos ministros das finanças e do comércio exterior de seus respectivos países, que não se sentem

na obrigação de consultar, a esse respeito, nem as populações, nem seus representantes eleitos no Congresso.

As Assembléias eleitas não podem, assim, exercer suas prerrogativas, de vez que sequer tomam conhecimentos dos assuntos tratados e, muitas vezes, decididos e postos em execução.

3.1 GATT: Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio

Para melhor entender o que se passa, mister se faz voltar ao contexto das últimas negociações do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), aquelas da 8ª Rodada, a mais longa e a mais ambiciosa de todas as negociações multilaterais sobre comércio já realizadas, verdadeira novela em capítulos, que durou mais de sete anos. Mas, ninguém conhecia o enredo e seu conteúdo. Fora a parte que se referia à agricultura, motivo de uma *queda de braço* entre os Estados Unidos e a União Européia, muito noticiada pelos meios de comunicação, havia um manto de silêncio sobre o que se negociava... Na sede do GATT em Genebra ou nas sessões de negociação em Bruxelas, Washington ou Chicago, eram elaboradas regras que iriam afetar todos os aspectos da vida social e econômica de seus membros.

3.2 A RODADA DO URUGUAI: A Grande Virada

A convite dos norte-americanos (governo Reagan), em setembro de 1986, todos os países membros do GATT se reuniram em Punta del Leste, no Uruguai. Foi o lançamento da 8ª Rodada. De fato, tratava-se de uma re-elaboração total dos acordos originais. Quatro novos setores, até então mantidos como prerrogativas nacionais, foram incluídos no âmbito do GATT:

- A Agricultura, setor considerado como vital e, na Europa, tradicionalmente objeto de medidas protecionistas, foi incorporada à nova ordem do comércio internacional.

- Os serviços — seguros, transportes, construção, turismo, comunicações (imprensa, setor audiovisual e telecomunicações), finanças e bancos, e até educação e saúde também foram

incorporadas à autoridade do GATT.

- Buscou-se também uma liberação dos investimentos. As *medidas relativas aos investimentos comerciais* (TRIMS) previam a proibição de recusar os investimentos ou a compra de empresas nacionais e de seu patrimônio fundiário por empresas estrangeiras.

- A *propriedade intelectual* (TRIPS) — direitos de autor, licenças, brevês industriais, marcas, patentes... — a partir de então extensivas às espécies vegetais e animais geneticamente manipuladas e aos *processos* biológicos e partes do corpo humano; tudo passa a ser objeto de patentes e, conseqüentemente, aparece o direito de cobrar *royalties* sobre cada geração futura de seres vivos geneticamente manipulados.

Os FOGS (*Funcionamento dos Sistemas do GATT* — expressão utilizada antes de se falar em OMC) arrematam essa arquitetura com um arsenal de *represálias cruzadas* contra os países que venham a infringir as regras, os países *delinqüentes* podem ter suas exportações boicotadas. Em todo esse processo, os técnicos do GATT eram monitorados pelos oligopólios emergentes e os responsáveis políticos iam perdendo qualquer parâmetro de referência.

3.3 Desregulamentação: o Método Adotado

Para forçar a abertura de setores inteiros das economias, para garantir a aplicação de todas as cláusulas de liberalização, a 8ª Rodada define novos critérios. Assim, as *Barreiras Técnicas ao Comércio* filtram as diferentes práticas protecionistas consideradas *discriminatórias*. Entre esses novos critérios, as normas sanitárias e fito-sanitárias definem os parâmetros que passam a reger as legislações nacionais. Os países, por exemplo, deixam de poder legislar sobre a exposição de certos tipos de alimentos a determinados tipos de radiação e suas associações de consumidores perdem o direito de impor normas estritas para os resíduos de DDT nos legumes. Tudo passa, então, a obedecer

ao *Codex Alimentarius*, que fixará as taxas de resíduos químicos ou de aditivos autorizados, bem como as regras de rotulagem dos produtos alimentícios. Deve-se observar, por oportuno, que as delegações nacionais que formam o Comitê do Codex Alimentarius são compostas em larga maioria pelos representantes das maiores firmas agro-pecuárias, farmacêuticas e vegetarianas.

A 8ª Rodada do GATT previu, também, um mecanismo de solução de controvérsias que permite condenar os países que não sigam suas regras ao pé da letra. Para julgá-los, nomeia-se, caso a caso, um comitê de peritos (*painel*) de três pessoas, que decide em segredo e não tem obrigação de publicar suas deliberações. Em menos de trinta meses de vida, os veredictos da OMC já impuseram, entre outros, o milho transgênico norte-americano ou a suspensão dos acordos preferenciais sobre a banana entre a União Européia e os países ACP (África – Caribe – Pacífico), decorrentes dos acordos de Lomé. Da mesma forma, um corpo de jurados da OMC decretou a ilegalidade da proibição européia sobre a carne de rebanhos tratados com hormônio.

3.4 - OMC, Uma Surpresa?

Na realidade, diríamos que sim, de vez que, como acima se afirmou, esta organização é, antes de tudo, hermética. Uma surpresa, pois, exceto para aqueles países membros do QUAD. Ao findar o ciclo de negociações mais ambicioso de toda a história, convinha dar a seus resultados a força de lei.

Desde sua criação em 1947, o estatuto jurídico do GATT era o de um *Comitê Interino para a Organização Internacional do Comércio*. Atrelar a assinatura da 8ª Rodada do GATT à sua transformação em OMC, foi uma estratégia muito hábil: a única maneira de ratificar, sob pressão e em meio à confusão, um ato que poucos governos teriam aceitado. Um grupo de negociadores do FOGS avançou o processo sem nada submeter aos países-membros. Foi somente em dezembro de 1993, por ocasião de uma reunião informal, que os chefes das delegações tomaram conhecimento dos estatutos da futura OMC: uma organização permanente, dotada de estrutura poderosa e de um sistema

impiedoso de árbitro das disputas.

Após sete anos de negociações, chantagens e acertos, em 15 de dezembro de 1993, os negociadores norte-americanos e europeus cancelaram, em Genebra, a *Ata Final* que incorporou os resultados das negociações comerciais multilaterais da Rodada Uruguai e constituiu a Organização Mundial de Comércio, OMC. Em 15 de abril de 1994, a mesma ata foi assinada em Marrakesh pelos ministros dos países-membros. A manobra consistiu em transformar o GATT, contrato provisório desde 1947, em uma organização permanente com extensos poderes: a OMC. E, com o objetivo de atribuir uma legitimidade usurpada, em 15 de maio de 1998, a 2ª assembléia de ministros da OMC festejou triunfalmente, no Palácio das Nações, sede da ONU em Genebra, seu cinquentenário — quando, na realidade, ela tinha exatamente 3 anos e 6 meses de vida.

Observe-se, além do mais, que a OMC é um instrumento autônomo da Organização das Nações Unidas e, portanto, não se submete às suas regras. Tradicionalmente, a criação de toda organização internacional exige consulta e uma coordenação com as outras agências da ONU. Ora, por ocasião do tratado que instituiu a OMC (Marrakesh, 15 de abril de 1994, assinado por 97 países), o secretário da ONU, Boutros Boutros-Ghali, foi convidado como simples *observador* — o que provocou, aliás, um incidente diplomático. A partir do momento em que entrou em funcionamento, em janeiro de 1995, a OMC esvazia as prerrogativas das organizações da ONU (OIT, UNCTAD, OMPI,...). Tudo o que se refere, de perto ou de longe, a comércio de direitos autorais até normas alimentares, passa a ser competência exclusiva da OMC.

Ao mesmo tempo em que escapava do controle da ONU, a OMC teve o cuidado de assegurar *parceiros competentes* para avaliar as políticas econômicas dos Estados. Seu *órgão de avaliação das políticas comerciais* é composto pela própria OMC, pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)!

Nestas instituições, os votos têm valor proporcional às contribuições dos países membros: um dólar = um voto. Este *modelo* fim-de-século da democracia, onde a OMC, o FMI e o Banco Mundial têm um poder inigualável sobre as decisões macroeconômicas que regem o destino dos povos, explica porque

mundialização rima com pauperização.

A OMC foi ratificada pelos parlamentares dos países cujas constituições o exigiam, o que não é o caso, por exemplo, da Inglaterra ¹⁸, praticamente a forceps. Os procedimentos para a ratificação foram apressados, sofreram pressões, sem que os parlamentares pudessem tomar conhecimento dos textos para os quais davam seu aval. Na Espanha, tudo se passou em sessão urgente noturna; nas Filipinas, o governo obteve a maioria parlamentar por 3 votos, enquanto centenas de milhares de pessoas, bispos à frente, manifestavam sua contrariedade nas ruas. No Congresso norte-americano, consta, o apoio teria sido obtido por suborno financeiro. Na França, a ratificação da OMC deu-se em 15 de dezembro de 1994. Pressionados por Edouard Balladur, Primeiro Ministro de François Mitterrand (num governo de co-habitação, em que o Primeiro Ministro era de partido de oposição ao Presidente) e pelo Ministro da Economia e das Finanças Alain Juppé. Além disso, os deputados tiveram, apenas, uma semana para ler um documento de 500 páginas antes da votação, Ou seja, não tiveram tempo de ler as novas *tábuas da lei* do comércio internacional, as quais, uma vez aprovadas, passaram a dominar o mundo.

Os CPEs que se utilizaram do GATT, desse modo, conseguiram realizar duas façanhas simultâneas: transformar as espécies vivas e a criação artística em mercadorias e, a pretexto de regulamentar o comércio internacional, ingerir-se em todos os níveis das políticas internas dos países e regiões.

3.5 OMC: Algumas Conseqüências

A pretexto de regulamentar o comércio mundial, na realidade a OMC determinou os instrumentos de desregulamentação das legislações essenciais: direitos de trabalho, proteção social, saúde pública, meio ambiente, etc. À medida que esta instituição serve de instrumento de privatização dos serviços públicos, os cidadãos

¹⁸ Continuamos citando o texto elaborado na Coordenação contra os clones do AMI, 40 rue de Matte, 75011, Paris, França, traduzido por integrantes do ATTAC (Ação para Tributação das Transações financeiras e Apoio aos Cidadãos), São Paulo, junho de 1999.

perdem seus direitos fundamentais imprescritíveis.

Embora enganados, durante algum tempo pelos discursos de retomada do desenvolvimento, muitos cidadãos começam a perceber que a ideologia do crescimento econômico esconde uma evidência. O crescimento econômico é um fator de desigualdade e de concentração de riquezas que, hoje, se alimenta da destruição do emprego: aumento de desemprego, redução dos serviços públicos. (com precarização dos contratos de trabalho e, freqüentemente, manutenção e aumento e/ou criação de novas tarifas e impostos). Enquanto os serviços públicos são progressivamente eliminados, instala-se um sistema de duas conseqüências: os mercados da educação, saúde e outros são entregues aos interesses privados e ficam acessíveis tão somente a uma clientela considerada *solvente* (digna de crédito), enquanto a população menos capitalizada, ou totalmente descapitalizada, fica cada vez mais desamparada. Não lhes sobra — quando sobra! — mais do que *direitos pobres para pessoas pobres*, dentro de uma lógica humilhante de assistencialismo.

A invocação do crescimento econômico constitui, portanto, um *slogan* útil para bloquear a aspiração a uma repartição de riquezas mais eqüitativa. Assim, o argumento da competitividade serve sempre de desculpa para que sejam admitidas demissões em massa, batizadas curiosamente de *planos sociais*.¹⁹

As regras da OMC constituem, na realidade, uma nova etapa de um programa paciente e metódico de desregulamentação para impor o comércio *livre*. Para tanto, os tratados de Maastricht, NAFTA, APEC ou GATT/OMC têm uma arquitetura semelhante. Seus objetivos são claros: a transferência das prerrogativas dos Estados para as burocracias internacionais.

A desregulamentação — sem que se imponha qualquer obrigação — da circulação de mercadorias, dos serviços e dos capitais produz um supermercado planetário com uma concentração econômica a favor de um punhado de oligopólios, que dominam mundialmente os seus setores respectivos. A concorrência de todas as economias e de todos os trabalhadores condena $\frac{3}{4}$ da humanidade à precarização do trabalho e à

¹⁹ Os já famosos PDV.

pobreza. Bilhões de pessoas já não têm capacidade de auto-suficiência. Pescadores, artesãos, pequenos comerciantes são eliminados impiedosamente. Os setores de serviços estão sujeitos a um enxugamento maciço. Enquanto as fronteiras devem ser permeáveis a todas as mercadorias, a livre circulação de pessoas é, em contrapartida, cada vez mais restrita.

Os investimentos diretos do exterior — IDE — realizados pelas empresas transnacionais provocam uma corrida permanente às inovações tecnológicas. Provocam, mais, um hiperdimensionamento das capacidades de produção. Por outro lado, as retrações brutais e desordenadas ocasionadas pelas fusões e pelos deslocamentos das empresas transnacionais conferem-lhes oportunidades sem precedentes, pois podem reduzir permanentemente seus efetivos e instalar-se em regiões onde os salários são mais baixos. A miragem da exportação cria uma situação permanente de oferta de excedentes e uma pressão nos custos de produção, que atinge primeiramente os salários.

Entre 1995 e 1996, 73% dos IDE foram exclusivamente destinados à fusão e à recompra de empresas (Relatório sobre investimento no mundo — UNCTAD 1996). Esses investimentos aceleram as concentrações e a emergência de monopólios. Na esmagadora maioria dos casos, essas aquisições e fusões são acompanhadas por demissões em massa ou pela falência de concorrentes.

Mesmo nos países da OCDE, estão ocorrendo essas demissões em massa. Já em 1995, (segundo dados do Herald Tribune, abril de 95), as 200 maiores empresas transnacionais (25% das atividades econômicas mundiais) não forneciam mais do que 0,75% de empregos no planeta.

A intensificação da concorrência internacional, que leva todos os trabalhadores do mundo a uma competição forçada, implica a quase escravidão dos trabalhadores dos países onde os salários não ultrapassam 225 dólares por mês. A vantagem *comparativa*, com a qual jogam os patrões das transnacionais, favorece os países que propõem condições muito *atraentes* para o capital, impondo aos trabalhadores condições lamentáveis. Mais de 700 áreas de *livre comércio* oferecem aos investidores estrangeiros

privilégios de extraterritorialidade, enquanto as legislações sociais nem existem e os sindicatos são violentamente excluídos. Com a tirania dos mercados financeiros, a destruição dos empregos se acelerou. Se um grupo cotado na bolsa quer enviar um *signal claro* aos mercados financeiros, que trate de demitir!

Enquanto a pretensão liberal de uma auto-regulação dos mercados esconde a ingerência dos investidores na política econômica dos Estados, as Nações Unidas prevêem uma *maior utilização das fusões, recompras, alianças e joint-ventures* para veicular a expansão internacional.

Os anos 90 conheceram um extraordinário *boom* de investimentos diretos estrangeiros (IDE) e de investimentos financeiros, majoritariamente turbinados pelos fundos de pensão e pelos fundos de investimentos norte-americanos. O volume de títulos permutados no jogo de investimentos diretos aumentou 334% em dez anos. 20% de todos os bens no estrangeiro pertencem às 100 maiores empresas transnacionais.

Os 21 trilhões de dólares, hoje sob controle de investidores e especuladores (dos quais 50% são norte-americanos), ultrapassam o PNB de todos os países industrializados reunidos. O menor deslocamento pode acarretar conseqüências totalmente desproporcionais.

A mobilidade permanente dos capitais, nos sete dias da semana e nas vinte e quatro horas do dia — as novas tecnologias de comunicação imprimindo a velocidade da luz a essa mobilidade — acarreta uma instabilidade financeira enorme e generalizada. É o “efeito bolha”.

Em fins de setembro de 1995, num ambiente carregado de História, o hotel Fairmont, em São Francisco, Califórnia, ao mesmo tempo, uma instituição e um ícone, onde só se hospeda quem *venceu na vida*, um homem que também soube fazer história, Mikhail Gorbachev, recepcionou a elite do mundo. Mecenas norte-americanos, gratos por sua atuação no desmonte da União Soviética, patrocinaram-lhe a sede local para a fundação, que leva o seu nome.

Naquela reunião, o prestígio do novo *braintrust* global, Fundação Gorbachev, reuniu autoridades de destaque, como George Bush, George Schultz e Margareth Thatcher, e alguns

novos donos do planeta como Ted Turner, proprietário da CNN (que fundiu suas empresas com as da Time Warner e, assim, montou o maior complexo em comunicações do planeta), e o mandarim do livre comércio asiático, Washington SyCip (precisavam ser ouvidos, também, arautos do livre comércio, vindos de Singapura e de Pequim) e John Gage, diretor da firma norte-americana de computadores, Sun Microsystems.²⁰

Como último presidente da União Soviética e ganhador do Prêmio Nobel, Gorbatchev definiu o objetivo do conclave: apontar caminhos para o Século XXI, *rumo a uma nova civilização* e debater o futuro da *Tecnologia e Trabalho na Economia Global*.

Os pragmáticos reunidos no Fairmont resumem o futuro da humanidade em um par de números e um neologismo: *20 por 80* e *tittytainment* (segundo o veterano da política internacional, Zbigniew Brzezinski, uma combinação de *entertainment* — diversão, entretenimento — e *tits*, uma gíria norte-americana para os seios e tetas). Ao cunhar a expressão, Brzezinski pensou menos em sexo e mais no leite da mãe que amamenta. Com uma mistura de diversão anestesiante e alimento suficiente — o *entretimento*, numa tentativa de tradução — a vasta legião de frustrados e excluídos poderia ser mantida satisfeita. Uma espécie de versão nova do *panem et circenses*. Só que, agora, sem alimento nem diversão.

De maneira prosaica, os dirigentes discutem as dosagens capazes de manter os supérfluos 4/5 da população entretidos, à custa do esforço do 1/5 privilegiado. Está fora de cogitação o engajamento social das empresas privadas, já assoberbadas pela concorrência global. Outras organizações que cuidem dos desempregados.

Assim, nas três jornadas memoráveis dentro do Fairmont, a direção indicada pelo conclave retrocedia diretamente à época pré-moderna. Não mais a sociedade dos dois terços, que os europeus tanto receavam na década de 1980, como modelo perverso de distribuição de riqueza e posição social. O padrão mundial do futuro seguirá a fórmula 20 por 80. Desponta a sociedade de um quinto e, nela, os sem-emprego terão de ser controlados por meio

²⁰ Três jornalistas puderam participar de todos os trabalhos desse evento, realizado no período de 27 Set a 03 Out 1995.

do tal *entretenimento*.

Não se trata mais daqueles sacrifícios habitualmente necessários em tempos de crise. Quando se defende a redução de salários e as leis que protegem o trabalhador da demissão, o que está se propondo são cortes no quadro de conquistas sociais e diminuição de ganhos, apesar da produtividade crescente.

Os reformadores da era da globalização põem em marcha algo mais do que o mero gerenciamento de uma crise. Eles querem rescindir o acordo tácito do governo com a sociedade, o pacto que mantinha a disparidade social em limites suportáveis, mediante redistribuição de renda de cima para baixo. O modelo europeu do Estado de bem-estar social estaria superado, afirma-se, pois teria se tornado exageradamente caro.

3.5.1 *Dois Casos Específicos*

Dentro do contexto em que estão sendo tratadas algumas conseqüências da filosofia de procedimento da OMC, há dois aspectos que julgamos merecem destaque: a transformação do que é vivo em mercadoria e o aspecto ecológico.

3.5.1.1 *Transformação do que é vivo em Mercadoria*

As grandes empresas agro-alimentícias e fármaco-químicas que apostavam na *revolução genética* necessitavam poder patentear a matéria viva, a fim de tornar seus investimentos rentáveis. Colocando toda a imprensa internacional contra a pirataria e a falsificação, uma campanha muito bem orquestrada conseguiu colocar a propriedade industrial entre as prerrogativas do GATT. Depois, o adjetivo *industrial* foi mudado para *intelectual*. Despercebidamente, as patentes sobre a matéria viva foram inseridas nos acordos do GATT. O potencial desta última etapa da mercantilização é quase ilimitado. Sendo a reprodução a virtude essencial da matéria viva, a magnífica perspectiva das empresas do setor é receber *royalties* sobre cada geração da matéria viva manipulada.

Para a indústria biotecnológica, as amostras genéticas, sejam elas humanas, animais ou vegetais, constituem a

matéria-prima da nova era industrial, baseada no controle e na manipulação da vida. Plantas e animais transgênicos, culturas e enxertos de tecidos e órgãos animais ou humanos geneticamente manipulados: toda a agricultura, a alimentação, e a medicina são afetadas. Novos e gigantescos monopólios se perfilam e estão *privatizando a herança genética da biosfera, incluindo a espécie humana (Vandana Shiva).*

Por trás dos gigantescos interesses em jogo, se coloca uma grave questão ética e filosófica. As patentes sobre a matéria viva, inclusive sobre partes e processos biológicos do corpo humano, põem em questão nossa concepção sobre a vida e a noção de integridade da pessoa humana. *A humanidade não será mais uma comunidade de sujeitos e sim um mercado de objetos.* ²¹ Uma coisa é certa: se não dominarmos estas tecnologias, serão elas que nos dominarão. Se não reagirmos agora, nossos descendentes não mais poderão fazê-lo. Juntos, numerosos movimentos no mundo inteiro, devemos exigir a interdição de toda patente sobre matéria viva e uma moratória dos organismos geneticamente modificados.

3.5.1.2 Comércio e Ecologia

Um dos mais perniciosos acordos de comércio está em gestação: o *Global free logging agreement* (literalmente, Acordo mundial para se abaterem livremente as florestas). Estimulado pelo governo Clinton, esse projeto foi incluído para apresentação na OMC, para ser assinado em novembro de 1999, (em Seattle, nos Estados Unidos). Argumento: a eliminação das tarifas alfandegárias e a suspensão das **medidas não tarifárias** (mais claramente: as medidas de proteção ambientais e sanitárias) sobre produtos florestais deverá estimular a demanda mundial e, portanto, aumentar o ritmo de produção; então, desmatamento na Amazônia, na África, na Indonésia... De certa forma, trata-se de um acordo de *devastação livre!*

Desregulamentação, competitividade, conquista de mercados são conseqüências nefastas do *mercado livre, potencializadas* no plano ecológico. Gigantismo, monocultura,

²¹ Andrew Kimbell, *The human body shop*, editor.

intensificação da exploração dos recursos naturais, tais como florestas, terras cultiváveis, águas de superfície e subterrâneas, atmosfera..., todos os meios naturais sofrem um impacto cada vez mais irreversível. A desenfreada concentração industrial, o aumento de todo tipo de transporte ameaçam o equilíbrio do clima e a camada de ozônio. Por outro lado, a cada ano se colocam no mercado, sem a menor precaução, centenas de novos produtos químicos, com conseqüências imprevisíveis sobre a saúde e o meio ambiente.

Com a mundialização da agro-pecuária, a encefalite bovina, a famosa *doença da vaca louca*, ultrapassou fronteiras.

Esse aspecto negativo do produtivismo de mercado tem seu corolário. A agricultura numa escala humana, a pesca artesanal, a criação de gado tradicional estão condenadas pela liberalização forçada dos mercados. As práticas, ecologicamente mais duradouras, aquelas que deveriam ser preservadas e estimuladas, são eliminadas. Mas, na realidade, trata-se de transferência de riquezas. Ao subordinar todas as atividades econômicas aos imperativos do mercado mundial, os tratados de comércio também ameaçam as magras legislações nacionais, no que se refere à proteção do ambiente. Neste sentido, as cláusulas do AMI, sobretudo no que se refere à exportação, são apavorantes. No quadro da NAFTA, por exemplo, uma cláusula desse tipo desencadeou um litígio escandaloso: a empresa norte-americana Ethyl Corporation atacou a legislação canadense que proibia a venda do MNT, um perigoso aditivo a carburantes fabricado por ela. A legislação canadense teve que ser revogada e, cúmulo dos cúmulo, o governo federal foi obrigado a pagar aos poluidores 13 milhões de dólares por perdas e danos!

Os novos setores foram introduzidos na Rodada do Uruguai como temas a serem debatidos com o objetivo de serem incluídos no final do ciclo. Uma vez iniciada uma negociação, as pressões para que cheguem ao fim com sucesso são constantes e irresistíveis; e as mudanças adotadas são irreversíveis.

Estamos numa fase histórica em que a OMC despojou os países de boa parcela de sua soberania nacional e estamos no ponto de entrar numa fase ainda mais perigosa. Estamos em um

*momento-chave, em que ainda há tempo de barrar o embargo da OMC sobre os outros setores que ela cobiça.*²² As vítimas da mundialização da economia constataam as mesmas conseqüências: mundialização do saque, da pobreza, da poluição.

A forma de se expressar dos porta-estandartes do novo globalismo quer fazer crer que tudo não passa de um processo natural, resultante de um progresso técnico e econômico, impossível de deter. Charlatanice! A interdependência econômica de forma alguma é fenômeno natural, mas sim provocado por uma política deliberada, consciente de suas metas. Cada acordo, cada lei, foi aprovada por governos e seus parlamentos, cujas deliberações removeram as barreiras alfandegárias, permitindo o livre trânsito de capital e mercadorias, por cima das fronteiras nacionais. Da liberação do comércio de divisas, dentro do mercado interno europeu, até a expansão contínua de acordos como o do GATT sobre tarifas e comércio internacional, os políticos dos países industrializados do Ocidente, sistematicamente, criaram condições com as quais já não sabem lidar.

4. AMI - ACORDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS

L’A.M.I., tel un Dracula politique, ne peut vivre à la Lumière. ²³ (Lori Wallach, jurista norte-americano de Direito Comercial Internacional, in *Le Monde Diplomatique*, fev. 1998).

4.1 Preliminares

Essa filosofia (concedamo-lhe este nome), melhor diria, essa política sócio-econômica preconizada por Hayek, adotada pelos países da OCDE e impingida aos países periféricos, não foi julgada satisfatória pelos países centrais.

Um projeto de submissão total ao mercado globalizado,

²² Martin Khor, *The World Network*.

²³ A.M.I., qual um Drácula político, não pode viver à Luz.

visando a submeter o mundo às exigências do neoliberalismo está em curso e o seu fracasso (sob a ótica dos neoliberais) na *Rodada do Milênio*²⁴ não significa que ele tenha sido abandonado.

Esse projeto traz em seu bojo uma restrição das instituições e regras democráticas, eclipse da ética na política, a supressão dos direitos sociais dentre os direitos humanos e a produção de um amplo setor social de excluídos — os sem-teto, os sem-terra, os sem-trabalho permanente, os sem-trabalho, os sem-tudo.

O processo de globalização da economia nada mais é do que uma evolução do mercado. Na realidade, trata-se da interpenetração econômica através das fronteiras, nos processos de produção e de comercialização, com a dominação do capital financeiro em nível mundial. Com isso, o Estado-nação perde parte de sua capacidade de controlar a economia nacional, diante do capital financeiro internacional²⁵.

Definir com exatidão é sempre difícil. Muito difícil, diríamos, impossível, é definir *neoliberalismo*, pois, na realidade, não se trata de uma filosofia ou de um sistema. Mais se identifica com a ideologia dominante do capitalismo globalizado das três últimas décadas do século passado. Melhor, talvez, possa ele ser caracterizado como um *movimento*²⁶ *ideológico*, dada a sua natureza fluida e simbólica; um fenômeno *histórico concreto de crescente integração dos mercados mundiais transnacionalizados*²⁷, *através da ressignificação dos velhos postulados do liberalismo*

²⁴ Conferência da OMC, realizada em Seattle – EUA, no período de 30 Nov a 03 Dez 99.

²⁵ Cf. Samir Amin (1994), *La nouvelle Mondialisation Capitaliste. Alternatives Sud*, I (1), 19-44; François Hourtat (1994), *A Mundialização da Economia, Cadernos Fé e Política*, (11), 59-82.

²⁶ Importante realçar, porém, que a classificação do neoliberalismo como *movimento*, *modelo* ou *projeto neoliberal*, isto é, como fato objetivo em si mesmo, deve ser vista com cautela, pois poderíamos cair na armadilha de sua reificação ou substantivação, levando-nos a interpretá-lo como formas simplistas e deformantes ao invés de suas determinações objetivas. Isso prejudicaria não só o conhecimento da realidade, como traria consequências práticas desastrosas para a vida de milhões de pessoas.

²⁷ Preferimos utilizar o termo *transnacional* em vez de *multinacional*, de vez que o prefixo **trans** implica que as Empresas transnacionais atravessam todas as dimensões econômicas e de um lugar para outro, enquanto o prefixo **multi** dá

econômico capitalista. O termo globalização expressa um processo empírico de revolução tecnológica dos padrões de desenvolvimento das sociedades capitalistas, do qual a ideologia neoliberal é o marco mais destacado, sem, contudo ser a única ideologia atuante.^b De fato o neoliberalismo não existe em país algum como modelo ou projeto econômico global e homogêneo.

Na realidade, o neoliberalismo não é praticado como tal nem mesmo nos países centrais que recomendam medidas de corte liberal aos países periféricos. Não são neoliberais nem Estados Unidos, nem Inglaterra, nem Japão. Ali, o Estado joga um papel preponderante na economia de mercado, através de subsídios, políticas industriais, medidas de proteção, etc (...). (BONAVIA, p. 48)

Implementada essa política sócio-econômica nos EUA, em alguns países da Comunidade Econômica e da América Latina, seus efeitos perversos logo se fizeram sentir: aumento da população abaixo da linha de pobreza, aumento da taxa de desemprego (exceto nos EUA), diminuição da participação salarial no PIB, etc.

Não são, porém, aleatórias essas conseqüências sociais; na realidade elas são previstas pelos idealizadores de tal política: desregularizar as relações trabalhistas, flexibilizar os contratos de trabalho. Isso significa diminuir as exigências legais relativas ao emprego de mão-de-obra, deixando que as relações trabalhistas sejam reguladas pelo mercado. Disso resulta uma *flexibilização das organizações trabalhistas, ou seja, um enfraquecimento dos sindicatos, para que o mercado possa exercer plenamente seu papel regulador sem empecilhos. Com a mesma finalidade, as exigências legais — os famosos direitos dos trabalhadores, consignados em lei — devem ser restringidas. A finalidade dessas medidas teria como objetivo uma melhoria da produtividade das empresas e das condições de trabalho, possibilitando a plena*

uma idéia enganosa de múltiplas nacionalidades.

vigência das leis de mercado. Não se pode negar que é possível o aumento da produtividade; com certeza, porém, afirma-se que as condições de trabalho estão piorando. ²⁸

Concedamos mais que essa política de abertura total do comércio tenha sido concebida e adotada por economistas, que não leram, ou leram e não entenderam, a história da Economia, baseando-se na genial e simples teoria de David Ricardo, adotada por políticos ignorantes e/ou mal intencionados.

De fato, se tudo tivesse corrido de acordo com aquela teoria econômica, nunca deveria ter-se criado uma tal situação no mercado de trabalho. Até hoje, os apologistas do mercado livre, esquecidos de que a análise de uma política econômica só faz sentido no seu contexto, ensinam que o intercâmbio irrestrito de bens através das fronteiras aumenta a prosperidade das nações, em proveito de todos os participantes. A título de justificativa, professores e políticos reportam-se à doutrina da *vantagem comparativa de custos*, que o economista inglês David Ricardo elaborou no Século XIX. Na época, Ricardo tentava explicar o motivo pelo qual o intercâmbio intenso pode favorecer os países menos produtivos. Como exemplo, citava o comércio de vinhos e tecidos entre Portugal e Inglaterra, principais mercadorias de troca desses países. Só que os ingleses precisavam despendar mais trabalho, isto é, eram menos produtivos e, portanto, seus produtos deviam ser considerados caros demais para exportação. Mesmo assim, podia ser lucrativo para Portugal vender vinhos para a Inglaterra e, com os ganhos, comprar tecidos ingleses. De outro lado, a Inglaterra tinha vantagem na venda de tecidos a Portugal e na importação de vinhos portugueses, devido à relação de preços de ambos os bens dentro de suas respectivas fronteiras. Segundo o exemplo apresentado por Ricardo, na Inglaterra uma hora de trabalho na indústria têxtil correspondia a um índice de 1,2 na labuta do produtor de vinhos. Inversamente, em Portugal, a relação era de 1 para 0,8 — assim, o vinho valia menos para o parceiro ibérico do que para o inglês. Resultava para ambas as partes uma vantagem comparativa de custos. Compensava para Portugal investir mais mão-de-obra na produção de vinhos

²⁸ LESBAUPIN, p. 4.

e não fabricar têxteis, enquanto a Inglaterra se especializava nesse outro setor. Por meio do comércio recíproco, ambos os países podiam consumir mais vinho e mais tecidos, sem precisar trabalhar mais.

A teoria de Ricardo, como se assinalou acima, é tão simples como genial. Explica por que o comércio entre as nações floresce desde tempos imemoriais com produtos que podiam ser manufaturados por ambas as partes. No entanto, no mundo atual, nada disso mais significa. A brilhante teoria de Ricardo baseia-se numa suposição que deixou de existir há tempos: vantagens comparativas de custos somente aceleram o comércio enquanto capital e empresas privadas não tiverem mobilidade e ficarem dentro do país. Para Ricardo, isso ainda era óbvio. *A experiência*, escrevia ele, *comprova que a insegurança e a aversão de toda pessoa por deixar o país onde nasceu e confiar-se a outro governo barram a migração de capital.*

Essa premissa, hoje, está totalmente ultrapassada, pois nada atualmente é mais móvel do que o capital. Investimentos internacionais, agora, dirigem os fluxos comerciais. Transferências de bilhões, à velocidade da luz, determinam as taxas de câmbio, bem como o poder internacional de compra de um país e de sua moeda. Diferenças relativas de custo deixaram de ser a força motriz dos negócios, pois o que conta, atualmente, é a vantagem absoluta em todos os mercados e países, simultaneamente.

Deste modo, sempre que empresas transnacionais mandam produzir onde a mão-de-obra seja mais barata, ou onde os encargos sociais e os custos de proteção ambiental sejam nulos ou insignificantes, elas reduzem os níveis absolutos de seus custos. Podem rebaixar o preço das mercadorias e também o preço do trabalho.

A diferença deixa de ser uma questão acadêmica, pois a busca desenfreada pela vantagem absoluta, no lugar da vantagem relativa, alterou fundamentalmente os mecanismos do desenvolvimento da economia mundial.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) já avalia em, aproximadamente, 40.000 empresas que mantêm fábricas em mais de três países. As

cem maiores já contabilizam para si receitas anuais de quase 1,4 trilhões de dólares. Presentemente, as transnacionais já dominam dois terços do comércio mundial, sendo que quase a metade desse intercâmbio ocorre dentro da rede da própria corporação.²⁹

Daí nossa assertiva, acima, de que uma teoria econômica, por mais brilhante que seja, tem que ser considerada no contexto em que é formulada.

4.2 AMI: O que é afinal?

AMI — Acordo Multilateral de Investimentos, pouco citado pela mídia, é conhecido nos meios governamentais brasileiros pela sigla em língua Inglesa MAI. Negociado no maior segredo desde 1995, no conhecido *castelo de La Muette* (A Muda), em Paris, no seio da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube fechado dos 29 países mais ricos do mundo, e onde 90% das transnacionais têm assento, sob um silêncio ensurdecador, o AMI respondia a uma única preocupação: a proteção e o tratamento privilegiado dos investidores. Em lugar de *multilateral*, a leitura do texto revelava um único objetivo: todos os direitos para os investidores, todas as obrigações para os Estados. Os Estados, ali representados, se propuseram liberar, sem restrição nem condição, toda a riqueza nacional, sob qualquer forma de ativos em que ela se apresente e sem se importar com qual *investidor* se apresentar para adquiri-la.

Destinado a tornar-se um tratado, o acordo deveria ter um *status* jurídico superior às constituições nacionais. Toda legislação contrária, provisoriamente poupada, será desmantelada a seu tempo. Sanções que deverão ser apoiadas: qualquer obstáculo à obtenção de lucros gerará direitos a indenizações, estabelecidas a portas fechadas pela Câmara de Comércio Internacional. Não importa a que grupo multinacional isso venha a atender, o que nas palavras da ABB e de seu presidente significa *investir onde quiser, na hora em que quiser, para produzir o que quiser, se abastecendo e vendendo como quiser e se sustentando sobre todos os meios*

²⁹ United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), World Investment Report, Nova York – Genebra, 1995.

de *constrangimento possíveis (sociais, fiscais ou ecológicos)*.³⁰

Um verdadeiro direito de pilhagem oferecido não tanto aos verdadeiros investidores, mas aos especuladores, às aplicações financeiras voláteis, que representam hoje mais de 85% dos investimentos.³¹ Um modelo de ditadura do tipo colonial, na linha do Tratado de Tien-Tsin de 1858, que obrigava a China a se abrir aos *investidores* da época, no apogeu das grandes companhias ocidentais, que monopolizavam o tráfico do ópio com o qual envenenavam o país em nome da *liberdade* do livre comércio.

Um país signatário do acordo poderia dele retirar-se nos primeiros 5 anos, mas, mesmo assim, continuava sujeito às suas obrigações por um prazo de 15 anos após a notificação de sua saída.

Ainda por cima, a definição de *investimento* era muito ampla. Ela abrangia os recursos naturais, o setor agrícola, as empresas de produção e de serviços, os ativos financeiros, a propriedade intelectual e artística. Além disso, ao impor a circulação, sem qualquer controle, de todas as transações em todas as bolsas do mundo, o AMI teria definitivamente arruinado qualquer projeto visando a controlar a especulação financeira.

Se o AMI tivesse sido assinado na OCDE, suas cláusulas teriam sido impostas não somente aos governos nacionais, mas, também, aos regionais. O acordo daria aos investidores o direito de apelar para uma corte da Câmara de Comércio Internacional — CCI, caso se sentissem lesados por legislações ou decisões de um Estado ou de um governo local, cuja lei ou regulamentação prejudicasse os possíveis lucros.

As negociações do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) na OCDE fracassaram. Graças à pressão dos movimentos internacionais de cidadania, o AMI não pôde ser assinado. Nunca tantos esforços tinham sido empreendidos pela sociedade civil para impedir os governos de ceder diante das forças do mercado.

³⁰ Observatório da Mundialização, *Luz sobre o o AMI. O teste de Drácula*, L'Esprit frappeur, Paris, 1998..

³¹ Cerca de 21 bilhões de dólares, conta apenas 3 bilhões em investimentos estrangeiros diretos. Fonte: Nações Unidas, Relatório de Investimentos Mundiais, 1997.

Exposto à luz do dia, tal um vampiro, o AMI teve que recuar. O combate valeu a pena: pela primeira vez, um tratado de comércio pensado para dar lucro unicamente às empresas transnacionais foi derrotado.

A retirada da França das negociações acarretou a suspensão na OCDE em 3 de dezembro de 1998. Mas o caso não acabou. O governo francês e a União Européia estimulam, hoje, a transferência da negociação para a *Organização Mundial do Comércio* — OMC. Estranha manobra, pois a OCDE tinha sido escolhida em 1995 como *fórum de negociação* do AMI, justamente porque os países do Terceiro Mundo não tinham aceitado essa discussão dentro do GATT (o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, que posteriormente se transformou na OMC).

O AMI, na Organização Mundial do Comércio, nada mais é que o retorno ao ponto de partida; uma nova tentativa de fazer recuar os Direitos Sociais nos países do Norte, com a finalidade de impor aos países do Sul regras sobre investimentos estrangeiros que submetem ainda mais esses últimos países às empresas transnacionais e aos especuladores. Paralelamente, desenrolam-se, no Fundo Monetário Internacional, outras negociações obscuras, para a revisão de seu estatuto no interior da nova Parceria Econômica Transatlântica (PET).

Mas, há um lado positivo: essa transferência do AMI para o OMC pode constituir-se numa oportunidade histórica para fazer brilhar, à luz do dia, o verdadeiro papel de uma organização que ameaça diretamente a democracia, e para denunciar um tratado cuja função é submeter o mundo à lógica do lucro das empresas transnacionais. É, sem dúvida, a ocasião ímpar para cidadãos e cidadãos compreenderem o cenário que enganou a maioria dos (ir)responsáveis políticos.

É importante que se recue a abril de 1997 para que o monstro saia das sombras, de início no Canadá e nos Estados Unidos e, a seguir, na Europa. Essa experiência lhe seria fatal, pois o AMI, *tal como um vampiro político, não pode viver na luz*, segundo expressão de Lori Wallach.³² O tratado foi dissecado e analisado, antes que as campanhas de sensibilização dos cidadãos e de seus

³² Lori Wallach, *A declaração universal dos direitos do capital*, Manière de voir, nº 42, *Anatomia da Crise financeira*, nov-dez de 1998.

eleitos, da mobilização ativa de grupos associativos, da militância de algumas sólidas organizações não-governamentais (ONGs) tentassem em vão a suspensão temporária das negociações um ano mais tarde e depois, definitivamente, na cúpula da OCDE, no fim de outubro de 1998, após a retirada do governo francês.^c

As regras da OMC não são inelutáveis: elas devem ser fundamentalmente revisadas. As pessoas que, tanto no Norte como no Sul, pagam o preço da globalização da economia têm o direito de saber o que está sendo tramado e têm um papel legítimo a desempenhar nesses assuntos. que lhes dizem respeito.

Enterrado na OCDE, o vampiro reaparece em outro local: os protagonistas tentam implantar suas cláusulas em outros espaços, para contornar os protestos e escapar à vigilância dos movimentos sociais.

Por um lado, o Comissário Europeu para Comércio Exterior, o thatcheriano ultraliberal, Sir Leon Britten, propõe, sem nenhum mandato do Conselho de Ministros da União Européia, um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Européia: o *Novo Mercado Transatlântico* (NMT) o qual, rejeitado pela França, reaparece no mês de maio de 1998 com o nome de *Parceria Econômica Transatlântica* (PET). Por outro lado, um clone do AMI já está em gestação na OMC, espaço que o Primeiro Ministro francês julga mais apropriado.

4.2.1 PET: Parceria Econômica Transatlântica

Projeto de comércio livre incondicional entre a União Européia e os Estados Unidos lançado no início de 1998, o NMT (Novo Mercado Transatlântico) foi denunciado, já no início de maio, pelo Presidente Chirac e pelo Primeiro Ministro Jospin. Três semanas depois, os senhores Clinton, Blair e Britten, reunidos na Cúpula de Londres em 18 de maio de 1998, aprovaram então, com o acordo velado da França, um novo texto, quase idêntico ao NMT, chamado *Parceria Econômica Transatlântica* (PET), cujas negociações são ainda mais opacas que as do FMI.

Trata-se de uma série de acordos visando a instaurar entre a União Européia e os Estados Unidos uma área de livre

comércio, fazendo desaparecer, a curto prazo, as chamadas *barreiras técnicas*, nos mais diversos setores, tais como: produtos manufaturados, agricultura (incluindo as biotecnologias), serviços, direitos alfandegários industriais, comércio eletrônico global, direitos de propriedade industrial, investimentos financeiros, contratos de serviço público e concorrência. Mas, para despolitizar a questão e na esperança de evitar uma nova reação da opinião pública, introduziu-se uma série de conceitos novos — normas de reconhecimento mútuo, equivalência de funções, *status quo* bilateral. Na realidade, trata-se de impor o direito de comercialização automática, dentro da União Européia, de todos os produtos e serviços norte-americanos. Mais uma vez, o aspecto político é esvaziado! Os empresários negociarão as modalidades do acordo diretamente com os altos funcionários dos ministérios econômicos. No que tange às convenções coletivas e ao direito do trabalho, essas ficam particularmente ameaçadas e abandonadas à mercê das empresas: a Comissão Européia reconhece que *as regras de conduta facultativas (das empresas) constituem um instrumento eficaz para reforçar a capacidade dos meios empresariais de melhorar (sic) as condições de trabalho no mundo inteiro.*

A PET, como o AMI, prevê o reforço da proteção aos investimentos no exterior. Essa proteção teria um caráter retroativo que possibilitaria condenar os Estados, sobretudo alguns *países do sul*, que tenham nacionalizado empresas européias ou norte-americanas.

Paradarmtratamento especial aos investimentos, superando um importante obstáculo à PET, foi preciso que se chegasse a um novo acordo sobre a questão das leis extraterritoriais. Este acordo prevê que a Europa renuncie ao recurso aos mecanismos de solução de controvérsia (os chamados *panels*) da OMC, se os norte-americanos se absterem de aplicar sanções às empresas européias. Este texto estipula, igualmente, que os Estados Unidos e a UE se colocarão de acordo para excluir da PET os Estados que não respeitem os direitos de propriedade dos investidores. Um registro internacional dos Estados transgressores seria aberto, não a partir de uma decisão judicial, mas de uma simples denúncia.

A Europa se alinharia, assim, à concepção norte-americana,

segundo a qual o direito de propriedade é sagrado e assinaria um acordo de proteção aos investimentos que só se aplicaria aos *terceiros países*, isto é, outros que não os Estados Unidos e os países da UE! Trata-se de um procedimento profundamente anti-democrático, que visa a implantar os princípios do AMI sem passar pelos parlamentos nacionais e pelo parlamento europeu. Enquanto o Sr. Strauss-Khan (Ministro da Economia e das Finanças da França) declara que "o compromisso de Londres não é um acordo constrangedor, o texto da Diretriz da Comissão Europeia especifica: *os acordos negociados no quadro da Parceria Econômica Transatlântica se aplicam ao conjunto dos territórios das partes envolvidas independentemente de sua estrutura constitucional, em todos os níveis de poder e nas condições fixadas.* (texto aprovado pelo Congresso de Ministros europeus em 9 de novembro de 1998).

A PET vai ainda mais longe. Sua intenção vai muito além de um acordo para a zona livre de comércio total entre os Estados Unidos e a Europa. Trata-se, para os dois gigantes econômicos, de se acertarem sobre as regras a impor para o resto do mundo. No anexo 2 do projeto de programa de ação da PET, está escrito com todas as letras: *estaremos cooperando com os trabalhos preparatórios à reunião ministerial (da OMC) de 1999, a fim de colocar o investimento na ordem do dia das negociações multilaterais.* Fortemente apoiada pelas empresas transnacionais que fazem parte do *Diálogo dos Negócios Transnacionais (Transatlantic Business Dialogue — TABD)*, a PET pretendeu impor-se antes do fim de 1999, utilizando a *Rodada do Milênio*. Em resumo, o AMI que saiu da OCDE envereda pelo túnel de Bruxelas para instalar-se na OMC.

A Rodada do Milênio não atendeu a pretensão dos países desenvolvidos. Mas eles não desistiram, nem desistirão. Várias outras rodadas foram realizadas posteriormente. O AMI continua vivo.

Notas:

- a Assumimos aqui idéias de Elimar Nascimento, apresentadas em exposição sobre o tema no Seminário sobre *sujeitos sociais, valores e configurações culturais: elementos para reflexão das políticas sociais no Brasil* Esse

seminário, coordenado por Ivete Ribeiro e Ana Clara Torres Ribeiro, realizou-se no período de 21 a 23/09/95, promovido pelo Centro João XXIII-IBRADES.

- b Revista *Atualidade em Debate*, Caderno n° 36, julho-agosto/ 1195, pp. 9-10.
- c Para conhecer o resumo e o desdobramento dessas ações, leia: *L'AMI, non merci*, Coordenação contra o AMI, 40, rue de Malte, 75011, Paris; e-mail: ecoropa@magic.fr.

Referências

ALEXIM, João Carlos, *A Globalização do Trabalho*, Jornal do Brasil, 1.Cad., p.9, 30.06.2000.

ARRIGHI, Giovanni, *O Longo Século XX, - Dinheiro Poder e as Origens do nosso Tempo (Trad. de Vera Ribeiro)*, Editora UNESP, São Paulo, 1994.

BONAVIA, Pablo, GALDONA, Javier, *Neoliberalismo y Fé Cristiana*, Montevideo, OBSUR, 1994.

BRIE, Christie de, *A Mundialização da Resistência*, Le Monde Diplomatique, Dez 1998 (Trad. de Argemiro Pertence).

CHARBONNEAU, Paul-Eugène, *Marxismo e Socialismo Real*, Edições Loyola, São Paulo, 1984.

COORDENAÇÃO CONTRA OS CLONES DO AMI, *O CLONE DO AMI – Acordo Multilateral de Investimentos na OMC – Organização Mundial do Comércio*, 40 Rue de Malte, 75011, Paris, France. (Tradução – ATTAC, São Paulo, junho de 1996).

DRAIBE, Sônia M., *As Políticas Sociais e o Neoliberalismo – Reflexões Suscitadas pelas Experiências Latino-americanas*, in Revista da USP n. 17, pp. 86-101.

DUARTE, Leneida. *Pecados do Capital*, caderno *Idéias*, p. 1,

Jornal do Brasil, 29.01.2000.

GALBRAITH, John Kenneth, SALIGER, Nicole, *Tout savoir or presque sur l'Économie*, Paris, Seuil, 1978.

HEILBRONER, Robert, *The Nature and Logic of Capitalism (A natureza e a Lógica do Capitalismo)*, Editora Ática S.A., São Paulo, 1988.

HEILBRONER, Robert, *21st Century Capitalism, (O Capitalismo do Século XXI)*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1994.

IANNI, Octávio, *A Era do Globalismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.

JOLIVET, Régis, *Traité de Philosophie, t. IV, Morale*, Paris, Emmanuel Vite, 1941.

KURTZ, Robert. *Capitalismo nas Estrelas*, in *Folha de São paulo*, cad. *MAIS*, p. 8, 07/11/1999.

LONGO, W. P., *A viável Democratização do Acesso ao Conhecimento*, in *Revista Lugar Comum/UFRJ* 9-10, pp. 195-207, Rio de Janeiro (Set. 99 a Abr 2000).

LONGO, Wladimir Pirró e, *A Viável Democratização do Acesso ao Conhecimento*, *Revista Lugar Comum/UFRJ*, 9-10, pp. 195-207, Rio de Janeiro, setembro de 1999 a abril de 2000.

LUX, Kenneth, *O Erro de Adam Smith – De como um Filósofo moral inventou a Economia e pôs Fim à Moralidade*, Livraria Nobel S. A. São Paulo, 1993.

MARTIN, Hans-Peter, SCHUMANN, Harald, *Die Globalisierungsfalle*, Rowohlt Verlag GmbH, Hamburg, 1996.

PELIANO, José Carlos, *Ciência e Tecnologia na virada do Século*, in *Jornal dos Economistas*, nr. 134, pp. 12-13, Jun 2000.

RICÚPERO, Rubens, *Ansiedade*, in Folha de São Paulo, cad. Dinheiro, p. 2, 14/05/2000

RICÚPERO, Rubens, *Velhas Verdades, Incertezas Novas*, in Folha de São Paulo, cad. Dinheiro, p.2, 21/05/2000.

SEKLES, Flava (corresp.), *O Lado cruel da Globalização*, Caderno ECONOMIA, p.11, Jornal do Brasil, 16 Set 1999.

UTZERI, Fritz, *Quero a Utopia de volta*, JB, primeiro caderno, p.8, 21 Out 1999.

VV.AA., *L'AMI, non, merci!*, Observatoire de la Mondialisation 40, Rue de Matte, 75011, Paris, s.d.

WEBER, Max, *Die Protestantische Ethic und der Geists des Kapitalismus (A Ética Potestante e Espírito do Capitalismo)*, Guazzelli & CIA. Ltda., São Paulo, 1996.

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808-947X



9 771 808 947 002

www.esg.br/cee
cee@esg.br